

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DANILA SÍRIA SILVA FERREIRA

JESUÍTAS EM SANTA CATARINA:
a formação escolar no Colégio Catarinense (1751 a 1905)

UBERLÂNDIA

2025

DANILA SÍRIA SILVA FERREIRA

JESUÍTAS EM SANTA CATARINA:
a formação escolar no Colégio Catarinense (1751 a 1905)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU

UBERLÂNDIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383j Ferreira, Danila Sírila Silva, 1989-
2025 Jesuítas em Santa Catarina [recurso eletrônico] : a formação escolar
no Colégio Catarinense (1751 a 1905) / Danila Sírila Silva Ferreira. - 2025.

Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5243>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1961-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 35/2025/950, PPGED				
Data:	Cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	9:00 horas	Hora de encerramento:	11:30 horas
Matrícula do Discente:	12412EDU008				
Nome do Discente:	DANILA SIRIA SILVA FERREIRA				
Título do Trabalho:	"JESUÍTAS EM SANTA CATARINA: A formação escolar no Colégio Catarinense (1751 a 1905)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL. A trajetória dos fundamentos históricos, filosóficos e políticos do ensino de Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G145, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Egberto Pereira dos Reis - UNIPAM; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, indicada pelo orientador(a) do(a) candidato(a) para presidir a banca.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/12/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Egberto Pereira dos Reis, Usuário Externo**, em 05/12/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 07/12/2025, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6907890** e o código CRC **E8C7DE59**.

DANILA SÍRIA SILVA FERREIRA

JESUÍTAS EM SANTA CATARINA:
a formação escolar no Colégio Catarinense (1751 a 1905)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU

Uberlândia, 28 de novembro de 2025.

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU

Prof. Dr. José Carlos de Sousa Araujo - UFU

Prof. Dr. Egberto Pereira dos Reis - UNIPAM

Dedico este trabalho ao meu amado esposo, Aldo, e aos meus filhos, Amanda e Aldo Filho. Sem eles, eu não teria conseguido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, à Deus, por iluminar meu caminho e sustentar-me em cada passo, concedendo sabedoria, força e amparo em todos os momentos.

Ao meu querido esposo e aos meus filhos, por todo amor, paciência e compreensão diante das minhas ausências, e por acreditarem em mim, mesmo quando o cansaço parecia maior que a vontade. Vocês são o sentido de todas as minhas conquistas.

Aos meus pais e irmãos, que, mesmo diante das adversidades da vida, contribuíram com meus primeiros passos.

A minha sogra (*in memoriam*), que por muito tempo foi a minha rede de apoio na educação dos meus filhos e na conciliação da maternidade, trabalho e estudos.

Ao professor doutor Armino Quillici Neto, que, acima do título, mostrou-se humilde e ético. Sua dedicação, sabedoria e paciência foram fundamentais para que este trabalho ganhasse forma e significado.

A banca de defesa de dissertação do mestrado: Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Prof. Dr. Márcio Danelon e Prof. Dr. José Carlos de Sousa Araujo.

Aos professores que, com compromisso e sensibilidade, se mostraram verdadeiros intelectuais orgânicos, permitindo-me aprender e crescer ao longo desta caminhada.

À equipe gestora da escola em que trabalho, pelo incentivo constante, pela compreensão diante das minhas limitações e pelo apoio nos momentos em que precisei conciliar a docência com a vida acadêmica.

A cada pessoa que, de alguma maneira, acreditou e caminhou comigo neste percurso, deixo aqui minha sincera e eterna gratidão.

“Os homens não se medem pelo lugar que ocupam, mas pelo caminho que trilham.”

— Padre Antônio Vieira

RESUMO

A dissertação “Jesuítas em Santa Catarina: a formação escolar no Colégio Catarinense (1751–1905)”, inserida na linha de História e Historiografia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, investiga as intencionalidades formativas que orientaram a fundação e o desenvolvimento do Colégio Catarinense, em Florianópolis (SC), no contexto da atuação da Companhia de Jesus no Brasil. A pesquisa parte da questão orientadora: Quais as intensões formativas que orientaram a fundação e o desenvolvimento do Colégio Catarinense entre 1751 e 1905?; buscando compreender como a educação jesuítica se configurou como instrumento de colonização, disciplinamento e conformação de subjetividades no Brasil colonial e imperial. De natureza qualitativa, a investigação baseia-se em fontes bibliográficas e documentais, complementadas por visita in loco ao Colégio Catarinense, com o propósito de examinar suas práticas, registros e estruturas materiais ainda vinculadas ao legado jesuítico. A pesquisa é fundamentada no materialismo histórico-dialético, que orienta a análise crítica das fontes e a compreensão das mediações históricas entre educação, religião e poder. O recorte temporal (1751–1905) foi estabelecido a partir de dois marcos fundamentais: as reformas pombalinas e a expulsão dos jesuítas em 1759, que desarticularam sua atuação missionária, e a reorganização da ordem no século XIX, culminando na fundação do Colégio Catarinense em 1905, símbolo da retomada do projeto pedagógico jesuítico. O estudo analisa a trajetória da Companhia de Jesus desde sua criação no século XVI, com destaque para sua inserção em Santa Catarina, as relações com o poder político e religioso e as estratégias pedagógicas e ideológicas desenvolvidas no Colégio Catarinense. Também realiza um mapeamento do Estado do Conhecimento sobre os colégios jesuíticos, identificando lacunas e contribuições relevantes à História da Educação. Os resultados revelam que o Colégio Catarinense se estruturou como parte de um projeto formativo voltado à reprodução das elites locais e à difusão de valores coloniais, reafirmando o papel das instituições jesuíticas na manutenção das hierarquias sociais. A dissertação contribui para o debate sobre os vínculos entre fé, educação e poder na história da educação brasileira e propõe uma reflexão crítica sobre o legado pedagógico e ideológico da Companhia de Jesus na formação da sociedade nacional.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Colégio Catarinense; História da Educação; educação jesuítica; materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT

The dissertation “*Jesuits in Santa Catarina: School Formation at Colégio Catarinense (1751–1905)*”, part of the History and Historiography of Education research line at the Faculty of Education of the Federal University of Uberlândia, investigates the formative intentions that guided the foundation and development of Colégio Catarinense, in Florianópolis (SC), within the broader context of the Jesuit presence in Brazil. The study is guided by the central question: *What formative intentions guided the foundation and development of Colégio Catarinense between 1751 and 1905?* It seeks to understand how Jesuit education functioned as an instrument of colonization, discipline, and the shaping of subjectivities in colonial and imperial Brazil. Qualitative in nature, the research is based on bibliographic and documentary sources, complemented by an on-site visit to Colégio Catarinense, aiming to examine its practices, records, and material structures still linked to the Jesuit legacy. The study is grounded in historical-dialectical materialism, which directs the critical analysis of sources and the understanding of the historical mediations between education, religion, and power. The temporal scope (1751–1905) was defined based on two fundamental milestones: the Pombaline reforms and the expulsion of the Jesuits in 1759, which disrupted their missionary activities, and the reorganization of the order in the 19th century, culminating in the founding of Colégio Catarinense in 1905 — a symbol of the revival of the Jesuit pedagogical project. The study analyzes the trajectory of the Society of Jesus since its creation in the 16th century, with emphasis on its establishment in Santa Catarina, its relationships with political and religious authorities, and the pedagogical and ideological strategies developed at Colégio Catarinense. It also maps the state of academic knowledge on Jesuit schools, identifying both research gaps and significant contributions to the field of the History of Education. The results reveal that Colégio Catarinense was structured as part of a formative project aimed at reproducing local elites and disseminating colonial values, reaffirming the role of Jesuit institutions in maintaining social hierarchies. The dissertation contributes to the debate on the links between faith, education, and power in Brazilian educational history, offering a critical reflection on the pedagogical and ideological legacy of the Society of Jesus in shaping national society.

Keywords: Society of Jesus; Colégio Catarinense; History of Education; jesuit education; historical-dialectical materialism.

RESUMEN

La disertación “*Jesuitas en Santa Catarina: la formación escolar en el Colegio Catarinense (1751–1905)*”, inserta en la línea de investigación Historia e Historiografía de la Educación de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Uberlândia, investiga las intencionalidades formativas que orientaron la fundación y el desarrollo del Colegio Catarinense, en Florianópolis (SC), en el contexto de la actuación de la Compañía de Jesús en Brasil. La investigación parte de la pregunta orientadora: *¿Cuáles fueron las intenciones formativas que guiaron la fundación y el desarrollo del Colegio Catarinense entre 1751 y 1905?*, buscando comprender cómo la educación jesuítica se configuró como instrumento de colonización, disciplinamiento y conformación de subjetividades en el Brasil colonial e imperial. De naturaleza cualitativa, la investigación se basa en fuentes bibliográficas y documentales, complementadas con una visita in situ al Colegio Catarinense, con el propósito de examinar sus prácticas, registros y estructuras materiales aún vinculadas al legado jesuítico. La investigación se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico, que orienta el análisis crítico de las fuentes y la comprensión de las mediaciones históricas entre educación, religión y poder. El recorte temporal (1751–1905) fue establecido a partir de dos hitos fundamentales: las reformas pombalinas y la expulsión de los jesuitas en 1759, que desarticulaban su actuación misionera, y la reorganización de la orden en el siglo XIX, que culminó con la fundación del Colegio Catarinense en 1905, símbolo de la reanudación del proyecto pedagógico jesuítico. El estudio analiza la trayectoria de la Compañía de Jesús desde su creación en el siglo XVI, destacando su inserción en Santa Catarina, las relaciones con el poder político y religioso, y las estrategias pedagógicas e ideológicas desarrolladas en el Colegio Catarinense. Asimismo, realiza un mapeo del Estado del Conocimiento sobre los colegios jesuíticos, identificando vacíos y contribuciones relevantes a la Historia de la Educación. Los resultados revelan que el Colegio Catarinense se estructuró como parte de un proyecto formativo orientado a la reproducción de las élites locales y a la difusión de valores coloniales, reafirmando el papel de las instituciones jesuíticas en el mantenimiento de las jerarquías sociales. La disertación contribuye al debate sobre los vínculos entre fe, educación y poder en la historia de la educación brasileña, y propone una reflexión crítica sobre el legado pedagógico e ideológico de la Compañía de Jesús en la formación de la sociedad nacional.

Palabras clave: Compañía de Jesús; Colegio Catarinense; Historia de la Educación; educación jesuítica; materialismo histórico-dialéctico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia de Oswaldo Cabral.....	13
Figura 2 – Fachada do Colégio Catarinense em 2014.....	91
Figura 3 – Reunião dos Jesuítas com o Papa.....	92
Figura 4 – Vista aérea das av. Mauro Ramos e Hercílio Luz em 1940.....	99
Figura 5 – Obra utilizada na pesquisa.....	120
Figura 6 – Obra utilizada na pesquisa.....	121
Figura 7 – Obra utilizada na pesquisa.....	122
Figura 8 – Obra utilizada na pesquisa.....	123
Figura 9 – Obra utilizada na pesquisa.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos analisados.....	20
Quadro 2 – Teses e dissertações relacionadas aos colégios Jesuítas.....	22
Quadro 3 – Avanços e limites.....	61

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Imagem do antigo dormitório do Colégio Catarinense.....	116
Fotografia 2 – Imagem da antiga biblioteca do Colégio Catarinense.....	116
Fotografia 3 – Vestimentas usadas pelos alunos do Colégio Catarinense.....	117
Fotografia 4 – Fachada atual do Colégio Catarinense.....	117
Fotografia 5 – Acesso aos jornais antigos na Biblioteca Estadual de Santa Catarina.....	118
Fotografia 6 – A cidade vista da torre do Observatório da cidade de Florianópolis.....	118

SUMÁRIO

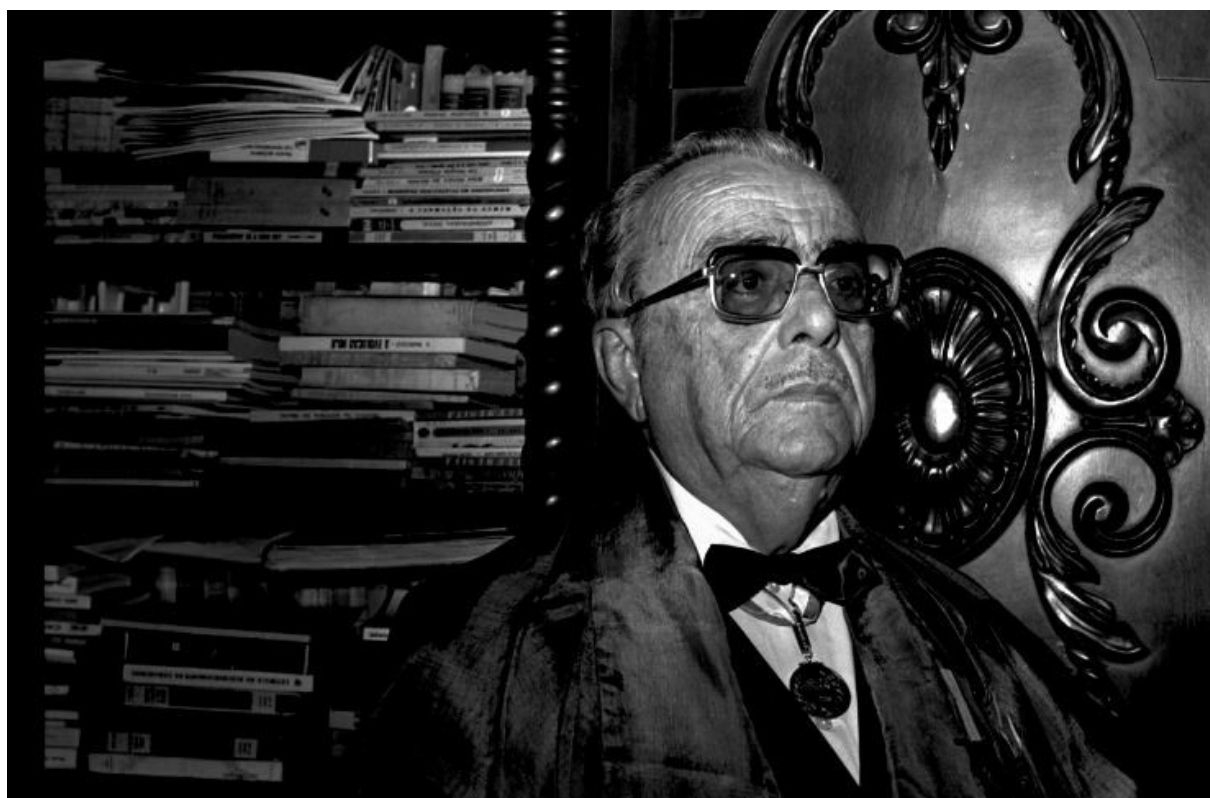
1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Biografia de Oswaldo Rodrigues Cabral.....	14
1.2	Estrutura da pesquisa	16
1.3	Objetivos.....	17
1.4	Percursos e contextos da caminhada acadêmica: uma abordagem introdutória.....	18
1.5	Justificativa para o Recorte Temporal e o Estado do Conhecimento.....	20
2	A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS.....	37
2.1	Transição da Idade Média para a Modernidade: fundamentos conceituais, transformações na esfera da fé e o surgimento de uma nova ordem.....	37
2.2	Expansão e atuação da Companhia de Jesus no mundo.....	47
2.3	A presença dos Jesuítas nas terras brasileiras: contexto histórico.....	52
2.4	Contextualização histórica, política e econômica de Santa Catarina (1751-1905)	58
2.5	A educação Jesuíta no Brasil colônia.....	61
3	DA CHEGADA A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL: CONFLITOS, IMPACTOS E REFLEXOS NA EDUCAÇÃO.....	68
3.1	A chegada dos Jesuítas e a formação da educação em Santa Catarina.....	68
3.2	Os conflitos com os colonizadores e os interesses da coroa portuguesa.....	75
3.3	As decisões papais (1773-1814) e seus efeitos sobre a atuação jesuítica em Santa Catarina.....	80
3.4	Reflexões e impactos da expulsão dos Jesuítas para a educação.....	83
4	JESUÍTAS EM SANTA CATARINA.....	94
4.1	Atuação dos Jesuítas em Santa Catarina do séc. XVI ao XIX.....	95
4.2	Desterro e o Colégio Catarinense: a presença jesuítica na formação social e educacional de Florianópolis (1751-1905)	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	110
	ANEXOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é marcada por influências profundas de instituições religiosas, entre as quais a Companhia de Jesus desempenha um papel central na formação dos modelos pedagógicos durante o período colonial. Este estudo surge do interesse em compreender as intencionalidades formativas que orientaram a fundação e o desenvolvimento do Colégio Catarinense, em Florianópolis (SC), instituição emblemática vinculada à atuação jesuítica no Brasil. Para tanto, esta dissertação realiza uma análise aprofundada da historiografia educacional relacionada aos colégios jesuíticos, com ênfase no Colégio Catarinense, buscando contribuir para o campo da História da Educação e para a reflexão crítica sobre os sentidos atribuídos à escola ao longo do tempo. Durante o processo de investigação uma das dificuldades encontradas foi a escassez de bibliografias específicas e de fontes primárias, um dos autores que fundamenta a pesquisa é o médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, por não se tratar de nome conhecido no meio acadêmico faz-se necessário apresentá-lo.

1.1 Biografia de Oswaldo Rodrigues Cabral

Figura 1 – Fotografia de Oswaldo Cabral



Fonte: Agora Laguna (2023)

Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) foi uma figura de destaque na historiografia, na antropologia, na educação e na vida cívica de Santa Catarina. Embora não tenha alcançado a mesma projeção nacional que alguns de seus contemporâneos no campo da educação, suas obras e sua atuação institucional tiveram grande impacto, especialmente no contexto estadual.

Nascido em 11 de outubro de 1903, em Laguna (SC), era filho de Ary Natividade Cabral, militar e tesoureiro, e de Luiza Rodrigues Cabral. Iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, e no Grupo Escolar Lauro Müller. O ensino ginásial cursou no Ginásio Catarinense, em Florianópolis, e a formação secundária iniciou na Escola Normal Catarinense, sendo concluída em Curitiba. Em 1929, graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então vinculada à Universidade do Brasil.

Após a formatura, exerceu a medicina, mas construiu também uma sólida trajetória acadêmica e cultural em Santa Catarina. Foi professor em diferentes níveis de ensino (primário, médio e superior) e atuou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lecionando disciplinas como História da Antiguidade, Idade Média, Antropologia Cultural e Medicina Legal.

No cenário político, foi deputado estadual e integrou a Assembleia Constituinte Estadual de 1947. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), exerceu mandatos nas duas primeiras legislaturas, chegando a presidir a Assembleia Legislativa em 1954. Participou da organização do 1º Congresso Catarinense de História e foi fundador de importantes órgãos de pesquisa e cultura. Destaca-se a criação do Instituto de Antropologia da UFSC, do qual foi o primeiro diretor em 1968. Presidiu ainda o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

A produção intelectual de Cabral foi vasta e diversificada, abrangendo história regional, história política, antropologia, medicina, folclore, memória e cultura popular. Dedicou especial atenção à colonização açoriana, à evolução histórica, social e econômica de Santa Catarina, bem como aos costumes, à religiosidade, às práticas sanitárias e às relações entre medicina e cultura popular. Entre suas obras mais conhecidas estão: *Santa Catarina: História e Evolução* (1937), *Laguna e Outros Ensaio*s (1939), *Os Açorianos* (1951), *Nossa Senhora do Desterro* (publicada em duas partes: “Notícia” e “Memória”), *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia* (1972) e *A Medicina Teológica e as Benzeduras: Suas raízes na história e sua persistência no folclore* (1958).

Apesar de seu reconhecimento como um dos intelectuais mais prolíficos de Santa Catarina no século XX, Cabral também recebeu críticas. Sua escrita historiográfica, de caráter frequentemente oficial e normativa, privilegiava “personagens ilustres”, heróis e protagonistas, deixando em segundo plano as vozes coletivas ou subalternas. No campo da antropologia,

embora tenha desempenhado papel fundamental na institucionalização da área no estado, parte de sua produção dialoga com concepções higienistas e com noções de progresso que refletiam práticas típicas de seu tempo, marcadas pela normalização social em aspectos como salubridade, moral e costumes.

1.2 Estrutura da pesquisa

Os leitores desta dissertação encontrarão, logo nas páginas iniciais, elementos que compõem a construção do objeto de estudo e os caminhos que levaram à escolha da temática, relacionada à presença da Companhia de Jesus no Brasil, com ênfase na fundação e desenvolvimento do Colégio Catarinense¹, em Florianópolis (SC). Nessa primeira parte, rememora-se a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, marcada por formações em Pedagogia e Letras e por uma vivência docente que motivou o interesse pelos fundamentos históricos das instituições escolares, especialmente aquelas vinculadas a ordens religiosas.

A introdução também apresenta a fundamentação do recorte histórico — de 1751 a 1905 —, o qual compreende o contexto da presença e posterior retorno dos jesuítas ao Brasil após a expulsão pombalina. Esta delimitação temporal permite problematizar não apenas a fundação do Colégio Catarinense, mas também as intencionalidades educativas e ideológicas que o instituíram. Ainda na introdução, são apresentadas as bases metodológicas da pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, que possibilita compreender a atuação jesuítica como parte de um projeto de colonização e dominação cultural promovido por Portugal.

O primeiro capítulo da dissertação, intitulado “A Fundação da Companhia de Jesus”, propõe uma análise do contexto histórico e religioso da Europa do século XVI, evidenciando os fatores que levaram à criação da ordem jesuítica por Inácio de Loyola. São discutidas as transformações ocorridas na esfera da fé, o impacto da Reforma Protestante e o papel da Companhia na Contrarreforma. Nesse percurso, o capítulo aborda ainda a sistematização pedagógica proposta pelos jesuítas, especialmente por meio do documento *Ratio Studiorum*, destacando sua importância na consolidação da ação educativa da ordem.

O segundo capítulo — que se desenvolve em torno do caso específico de Santa Catarina — analisa a atuação dos jesuítas no Brasil e o processo de fundação do Colégio Catarinense. A

¹ No decorrer do desenvolvimento da pesquisa deparei-me com a solicitação da parte da direção do Colégio Catarinense de que determinadas informações e imagens não fossem divulgadas, portanto, elas não constam na minha dissertação, mas existem outras informações.

partir de fontes documentais e visita in loco à instituição, examina-se a dinâmica local da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, os fatores históricos e culturais envolvidos na implantação da escola e suas articulações com o poder político, social e religioso. São discutidas ainda as intencionalidades formativas que orientaram a ação jesuítica naquele espaço e tempo.

O terceiro capítulo, cujo foco está nas reflexões sobre os impactos da expulsão dos jesuítas para a educação brasileira, propõe uma leitura crítica das rupturas e permanências nas práticas escolares após 1759. A análise considera como os ideais pedagógicos jesuíticos continuaram a influenciar a educação mesmo após o afastamento da Companhia, e como esses elementos reaparecem nas configurações escolares do século XIX, inclusive no retorno da ordem ao Brasil.

O capítulo seguinte, em elaboração, é destinado à metodologia, em que são descritos os procedimentos adotados para a realização do estudo, incluindo o levantamento do estado da arte sobre os colégios jesuíticos e o Colégio Catarinense, a escolha das fontes, os critérios de análise e as categorias teóricas mobilizadas.

Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais conclusões da pesquisa, discutindo as contribuições do estudo para o campo da História da Educação e as implicações do legado jesuítico para a compreensão das práticas escolares no Brasil. Longe de encerrar o debate, o texto busca ampliar as possibilidades de reflexão sobre o papel da educação como instrumento de formação e dominação, ao mesmo tempo em que abre caminhos para investigações futuras sobre outras instituições religiosas e seus impactos na formação da sociedade brasileira. A expectativa é que esta dissertação, ao explorar os vínculos entre religião, poder e educação, possa suscitar reflexões críticas sobre os sentidos históricos da escola no Brasil, suas heranças coloniais e os desafios que ainda persistem nas práticas pedagógicas contemporâneas.

1.3 Objetivos

O objetivo geral é compreender as intencionalidades formativas presentes na fundação e no desenvolvimento do Colégio Catarinense, em Florianópolis (SC), no contexto da atuação da Companhia de Jesus entre 1751 e 1905.

De modo a cumprir com o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) investigar os fundamentos históricos, religiosos e políticos que levaram à criação da Companhia de Jesus e sua inserção no projeto colonizador português;

- b) compreender o papel da educação jesuítica como instrumento de catequese, disciplinamento e formação de subjetividades no Brasil colonial;
- c) analisar a fundação e trajetória do Colégio Catarinense, destacando suas relações com o contexto local da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro;
- d) identificar as estratégias pedagógicas e ideológicas mobilizadas pela Companhia de Jesus na constituição do projeto educativo catarinense;
- e) mapear e discutir a produção acadêmica existente sobre o Colégio Catarinense e os colégios jesuíticos no Brasil, apontando recorrências, lacunas e contribuições para o campo da História da Educação.

1.4 Percursos e contextos da caminhada acadêmica: uma abordagem introdutória

Sou natural de Uberlândia, Minas Gerais, filha caçula entre sete irmãos, oriunda de uma família humilde em que o acesso à educação foi bastante limitado. Meu pai concluiu apenas o 4º ano do ensino primário e minha mãe, infelizmente, não teve a oportunidade de frequentar a escola. Em nosso ambiente familiar, o estudo não era incentivado — não por ausência de cuidado ou afeto, mas em razão das restrições sociais, econômicas e culturais que atravessaram a história de nossa família. Ainda assim, desde a infância, manifestei uma curiosidade espontânea e intensa pelo conhecimento.

Essa inclinação pelos estudos foi, em grande medida, inspirada pelas narrativas de minha avó, Antônia Maria. Embora sua escolarização tenha sido restrita, ela gostava de relembrar a infância e compartilhar suas experiências escolares. Seus relatos, simples em forma, mas carregados de significados, despertavam em mim encantamento e ampliavam meu desejo de aprender. A partir dessas vivências, compreendi que a educação pode ser uma herança simbólica — um legado que atravessa gerações e contribui para a formação das identidades.

Minha trajetória escolar teve início em 1996, na Escola Estadual José Gomes Junqueira, e seguiu até 2008, com a conclusão do ensino médio na Escola Estadual de Uberlândia. Ao longo desse percurso, a escola assumiu um papel central em minha vida, especialmente em meio às dificuldades familiares e à ausência de uma estrutura doméstica estável. A instituição escolar representava, para mim, um espaço de constância, pertencimento e formação.

No ensino médio, fui marcadamente influenciada pela professora Nilza Batista Neves da disciplina de História. Sua prática pedagógica, fundamentada em um olhar sensível e encorajador, despertou em mim o interesse pelas ciências humanas e reforçou minha compreensão da educação como um potente instrumento de transformação social.

Após concluir a educação básica, ingressei no mercado de trabalho. A possibilidade de cursar o ensino superior parecia, à época, um projeto distante. Contudo, com o incentivo e apoio incondicional do meu esposo, retomei os estudos e iniciei a preparação para o vestibular. A entrada no curso superior trouxe desafios significativos: conciliar trabalho, estudos e maternidade exigiu resiliência e adaptação. Foi nesse contexto que o ensino híbrido se apresentou como uma alternativa viável e acolhedora.

Durante essa etapa da formação, tive a oportunidade de aprender com educadoras que deixaram marcas profundas em minha caminhada, como a professora Luciane (afetuosamente conhecida como “tia Lú”), que me ensinou sobre empatia e compromisso na prática docente.

Em 2021, iniciei minha preparação para o ingresso no mestrado, já havia finalizado uma pós graduação Lato Sensu, ofertada pela Universidade Federal de Uberlândia, e me sentia motivada a continuar... O processo seletivo exigiu dedicação, disciplina e superação de inseguranças. Em 2022, participei da seleção, mas não alcancei a aprovação, o que não foi motivo de desistência; em 2023 tentei o processo novamente e fui aprovada. A escolha da linha de pesquisa foi um momento de reflexão e incertezas, mas também de entusiasmo e afirmação do compromisso com a educação. Em 2024, iniciei o Mestrado em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação — etapa de grande significado em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Minha motivação para pesquisar as instituições escolares está intrinsecamente relacionada à minha vivência. Durante a infância, em meio às adversidades, a escola foi muitas vezes o único espaço estável em minha vida. Embora meus pais raramente pudessem estar presentes na escola, a escola esteve presente em mim. Assim, estudar as instituições escolares configura-se, para mim, como um gesto de reconhecimento e valorização de sua potência simbólica. Essas instituições não são apenas espaços de ensino, mas também de acolhimento, transformação e resistência — especialmente para aqueles cujas trajetórias foram atravessadas por desafios sociais e econômicos.

Além de ser discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, atuo como docente nos anos iniciais da Educação Básica, na rede municipal de ensino da cidade de Uberlândia. Leciono também a disciplina de Redação para os anos finais da Educação Básica, no Colégio Casa Branca. No entanto, enfrento o desafio de conciliar trabalho, estudos, maternidade e os cuidados com um idoso, o que exige de mim muita dedicação, organização e disciplina.

1.5 Justificativa para o Recorte Temporal e o Estado do Conhecimento

O recorte temporal de 1751 a 1905 foi definido com base na relevância histórica da atuação da Companhia de Jesus em Santa Catarina e nas transformações do papel da ordem religiosa no cenário educacional brasileiro. O ano de 1751 corresponde a um momento de reorganização da presença jesuítica no Brasil, período no qual sua missão catequética e educacional já se encontrava consolidada, mas gradualmente impactada pelas políticas centralizadoras da Coroa portuguesa.

A expulsão dos jesuítas em 1759 representou um marco disruptivo na história da educação colonial, acarretando profundas mudanças na estrutura do ensino. A saída da ordem religiosa deixou lacunas significativas, posteriormente preenchidas por iniciativas laicas ou por outras instituições religiosas, alterando o panorama pedagógico da época.

Já o ano de 1905 marca o fechamento do recorte, pois corresponde à formalização de um novo ciclo da atuação jesuítica na educação catarinense, especialmente com a criação do Ginásio Santa Catarina, posteriormente reconhecido como Colégio Catarinense. O intervalo entre 1751 e 1905 é um tanto quanto intrigante o que justifica o estudo mais aprofundado. Essa instituição foi oficializada por meio da Lei Estadual nº 669, de 30 de agosto de 1905, com início das atividades letivas em 15 de março de 1906, após a assinatura de contrato, em 4 de novembro de 1905, entre o governo estadual e a Companhia de Jesus/Sociedade Antônio Vieira (SAV). Esse período assinala o momento em que os colégios jesuítas voltam a ocupar um papel central na estrutura educacional brasileira, especialmente na formação intelectual e social da elite urbana de Florianópolis.

Ao delimitar esse intervalo histórico, esta pesquisa busca compreender não apenas a contribuição dos jesuítas para o desenvolvimento educacional da região, mas também os impactos das mudanças políticas e institucionais ocorridas ao longo do tempo — especialmente no que diz respeito à reconfiguração das práticas escolares, às intencionalidades formativas e à construção de uma pedagogia vinculada aos interesses coloniais e religiosos.

A escolha do tema nasceu de um interesse despertado ainda nos anos escolares, ao observar representações pictóricas do período colonial brasileiro (obra de Oscar Pereira da Silva, 1865-1939). Em especial, uma pintura que retrata a fundação da cidade de São Paulo, com a presença dos indígenas e dos padres jesuítas, sempre me instigou a compreender de forma mais profunda aquele encontro de culturas e os desdobramentos educacionais dele resultantes. Ao aprofundar meus estudos sobre os colégios jesuíticos, o colégio Catarinense chamou minha atenção pela sua trajetória marcada por persistência diante das adversidades. Esse contexto de

enfrentamento às dificuldades políticas, epidêmicas e sociais despertou em mim o interesse em compreender mais profundamente a história dessa instituição, que, apesar dos obstáculos, consolidou-se como uma referência na formação educacional e cultural de Florianópolis.

Durante a preparação para o processo seletivo do mestrado, a leitura da obra *A História da Pedagogia*, de Franco Cambi (1999), fortaleceu o meu interesse pelo tema. A abordagem do autor, ao destacar a influência da Igreja na constituição dos modelos pedagógicos, provocou reflexões importantes sobre as ordens religiosas como agentes de formação e disciplinamento.

Esse movimento reflexivo foi fortalecido pelas vivências cotidianas em sala de aula. O exercício da docência evidenciou, para mim, a importância de compreender os fundamentos históricos da escola, suas práticas e suas finalidades. Passei a ver a história da educação não apenas como um campo acadêmico de estudo, mas como uma ferramenta de interpretação crítica sobre os sentidos atribuídos à escola ao longo do tempo.

Dada a importância da Companhia de Jesus na conformação do modelo educacional no Brasil, tornou-se fundamental investigar suas origens, motivações religiosas, políticas e culturais, bem como sua atuação no contexto da colonização portuguesa. Para tanto, o foco da pesquisa voltou-se ao caso do Colégio Catarinense, situado na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. A análise da dinâmica local e da relação da cidade com a presença jesuítica revelou-se essencial para compreender as estratégias de ocupação territorial, cultural e pedagógica implementadas pela ordem.

O desenvolvimento da pesquisa envolveu desafios logísticos, especialmente em razão da distância geográfica entre Uberlândia (MG), cidade onde resido, e Florianópolis (SC), local do objeto de estudo. Apesar disso, a visita ao Colégio Catarinense foi de suma importância na trajetória investigativa, possibilitando observações *in loco* e o acesso à obra *Uma História Inacabada: Cem Anos do Colégio Catarinense*, de Rogério Luiz de Souza (2005), que se mostrou uma referência valiosa nos primeiros passos da pesquisa.

Como etapa inicial, realizei um levantamento do estado do conhecimento, mapeando teses e dissertações que abordam tanto o Colégio Catarinense quanto outras instituições jesuíticas no Brasil. Essa revisão permitiu identificar a produção já existente, evidenciar lacunas e orientar a delimitação do objeto de estudo, além de contribuir para a formulação de hipóteses acerca das intenções educativas e sociais presentes na trajetória da instituição.

Dessa forma, esta investigação tem como propósito central compreender não apenas a origem e consolidação do Colégio Catarinense, mas também as intencionalidades formativas que nortearam sua atuação, considerando os marcos históricos, políticos e ideológicos que influenciaram sua trajetória. Um segundo levantamento mais específico de produções

acadêmicas voltadas exclusivamente ao Colégio Catarinense possibilitou observar de que maneira essa instituição tem sido abordada por diferentes pesquisadores, quais aspectos têm sido privilegiados em suas análises e que contribuições essas investigações oferecem ao campo da História da Educação.

O quadro a seguir apresenta uma síntese desses trabalhos, indicando título, autor(a), instituição, ano e nível da pesquisa, oferecendo um panorama da abordagem acadêmica recente sobre o Colégio Catarinense.

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos analisados.

TIPO DE DOCUMENTO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	DATA	TÍTULO	RESUMO
DISSERTAÇÃO	THIAGO PEREZ JORGE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	07/02/2013	EM BUSCA DO CORPO CIVILIZADO: O FUTEBOL COMO ARTE DE GOVERNAR DO COLÉGIO CATARINENSE EM FLORIANÓPOLIS (1906-1918)	A dissertação investiga como o Colégio Catarinense contribuiu para o surgimento do futebol em Florianópolis entre 1906 e 1918. Através de uma abordagem teórica com Elias, Dunning e Foucault, mostra-se que o colégio, em parceria com o jornal O Dia, foi fundamental para divulgar o futebol e formar um <i>ethos</i> esportivo entre os jovens da cidade.
DISSERTAÇÃO	THIAGO CANCELIER DIAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	31/05/2008	QUESTÃO RELIGIOSA CATARINENSE: AS DISPUTAS PELO DIREITO DE INSTRUIR (1843-1864)	O presente trabalho investiga as disputas pelo poder de instruir, entre grupos organizados politicamente na província catarinense, entre os anos de 1843-1864. Analisam-se, a partir da micro-história, os contextos e as trajetórias de vida de pessoas que ocasionaram uma alternância entre colégios secundaristas conventuais e laicos, eram esses: Colégio RR. PP. Jesuítas (1845-1855), Colégio Lyceô (1857-1864) e Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869). Tendo como objetivo central compreender as motivações que ocasionaram o fechamento do Colégio Lyceô.
DISSERTAÇÃO	TARISSA CORREA STERN SOARES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	22/10/2015	O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NO COLÉGIO CATARINENSE A PARTIR DA LDB 5.692/71: O EMBATE ENTRE O DISCURSO DA MUDANÇA E O DISCURSO DA TRADIÇÃO	A pesquisa analisa, sob uma perspectiva dialógica e histórica, os discursos sobre o ensino de língua portuguesa no documento Processo de implantação da nova estrutura educacional, elaborado pelo Colégio Catarinense nos anos 1970. Influenciado pela LDB nº 5.692/71, o colégio tenta adaptar sua tradição jesuítica às novas exigências do regime militar, conciliando concepções tradicionais e novas abordagens voltadas à formação técnica e comunicativa dos alunos.
DISSERTAÇÃO	JULIANA TOPANOTTI	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE	31/01/2012	HERDEIROS DA ESCOLA:	A dissertação analisa as trajetórias de ex-alunos do Colégio Catarinense, comparando bolsistas e pagantes, entre 1951 e

	DOS SANTOS DE MELLO	SANTA CATARINA		TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE EGRESSOS DO COLÉGIO CATARINENSE (1951-1960)	1960. A pesquisa mostra como a escola contribuiu para a mobilidade social, especialmente por meio do capital social e das redes de apoio familiar, apesar das desigualdades de origem.
DISSERTAÇÃO	IVO FACHINI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	31/08/1989	ECOLOGIA POLÍTICA E EDUCACAO. A SENSIBILIDADE ECOLOGICA EM ADOLESCENTES DO COLEGIO CATARINENSE E PROPOSTA DE EDUCACAO ECOLOGICA PARA SANTA CATARINA	O estudo faz uma análise da sensibilidade ecológica de adolescentes do Colégio Catarinense e propõe uma educação ecológica para Santa Catarina. A pesquisa revelou que os jovens tinham pouca consciência ambiental, destacando a necessidade de integrar a educação ambiental ao currículo escolar.
TESE	NORBERTO DALLABRIDA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	28/02/2001	"VIRTUS ET SCIENTIA": O GINÁSIO CATARINENSE E A (RE)PRODUÇÃO DAS ELITES CATARINENSES NA PRIMEIRA REPÚBLICA	A tese estuda o Ginásio Catarinense na Primeira República como instituição formadora de sujeitos, ligado à sociedade capitalista e disciplinar. Investiga sua fundação pelos jesuítas com apoio das elites e examina três práticas curriculares: a organização dos saberes escolares, os métodos de avaliação e a composição social dos alunos. Destaca a influência da pedagogia jesuítica e da <i>Ratio Studiorum</i> , com ênfase em disciplina e controle. Por fim, mostra como o colégio contribuiu para a formação e reprodução das elites em Santa Catarina.
TESE	ADARZILSE MAZZUCO DALLABRIDA	28/02/2006 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE	28/02/2006	AS FAMÍLIAS COM FILHOS DEFICIENTES E A ESCOLHA DA ESCOLA: O CASO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS	A tese analisa por que famílias da elite catarinense escolheram o Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, para a educação de seus filhos com deficiência entre as décadas de 1970 e 1990. O estudo investiga as motivações familiares, a organização das classes especiais criadas no colégio e os resultados alcançados. Conclui que as famílias buscavam um espaço de prestígio social mais do que um ensino eficaz, enquanto o colégio oferecia atividades voltadas à vida diária, sem acreditar plenamente no potencial acadêmico desses alunos. Apesar disso, a luta dessas famílias garantiu o diploma escolar e a criação de alternativas profissionais, como uma cooperativa, visando à inclusão social e à manutenção do status dos filhos.
TESE	JULIANA MERCEDES RHEINHEIMER	28/04/2022	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA PROVÍNCIA SUL-BRASILEIRA DA	A pesquisa investiga as práticas de ensino de Matemática adotadas por padres jesuítas em instituições educacionais da Província Sul-brasileira entre 1845 e 1939. O estudo mapeia professores como Godofredo Schrader, Pedro Browe, Luiz Schuler e Germano Dieckmann, analisando suas produções e práticas cotidianas. Os dados foram coletados em arquivos de instituições como o Colégio Anchieta e o Colégio Catarinense. Utilizando a Análise Documental Histórica, a

				COMPANHIA DE JESUS: UM OLHAR A PARTIR DE INTELECTUAIS MEDIADORES JESUÍTAS, SUAS OBRAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS (1845-1939)	pesquisa explora como esses intelectuais mediadores, formados em Filosofia e Teologia, contribuíram para a produção de conhecimento em Geometria, Álgebra e Aritmética, e como suas metodologias de ensino influenciaram a educação matemática da época.
TESE	TÂNIA MARIA BARROSO RUIZ	31/08/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE DA SANTA CATARINA	A POSIÇÃO AXIOLÓGICA DO JORNAL ESCOLAR O COLEGIAL (1945-50) ACERCA DAS PRÁTICAS DE LEITURA.	A pesquisa analisa os sentidos e valores da leitura no jornal escolar O COLEGIAL (1945–1950), do Colégio Catarinense, com base na perspectiva do Círculo de Bakhtin. Os textos revelam concepções de leitura como decifração e decodificação, associadas à formação moral, intelectual e educacional. O jornal valoriza a leitura literária como meio de formação ideológica cristã, opondo leituras úteis e edificantes às consideradas nocivas.

Fonte: a autora.

Além do foco direcionado ao Colégio Catarinense, foi realizado também um levantamento de pesquisas acadêmicas voltadas aos colégios jesuíticos no Brasil de forma mais ampla. Essa etapa teve como objetivo ampliar a compreensão do papel dessas instituições na história da educação brasileira, analisando como aquelas fundadas e dirigidas pela Companhia de Jesus vêm sendo abordadas sob diferentes perspectivas. Buscou-se identificar recorrências temáticas, fundamentos teóricos predominantes e lacunas ainda existentes na produção científica. A seguir, apresenta-se uma tabela com as principais teses e dissertações localizadas sobre o tema.

Quadro 2 – Teses e dissertações relacionadas aos Colégios Jesuítas

TIPO DE DOCUMENTO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	DATA	TÍTULO	RESUMO
DISSERTAÇÃO	MARIA APARECIDA PEREIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	31/03/2008	COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL COLONIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE TESES E DISSERTAÇÕES	A dissertação examina como os colégios jesuíticos do Brasil Colonial são abordados em teses e dissertações produzidas na pós-graduação em educação. A autora analisa a produção científica sobre o tema, identificando sua frequência, abordagens teóricas e principais autores. O estudo mostra que, apesar da relevância histórica da ação jesuítica na educação entre os séculos XVI e XVIII, o tema ainda é pouco explorado. A pesquisa contribui para o fortalecimento da historiografia da educação jesuítica no Brasil.

DISSERTAÇÃO	PRISCILA KELLY CANTOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	31/03/2009	A EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE JESUS: UM ESTUDO SOBRE OS COLÉGIOS JESUÍTICOS	O estudo investiga a prática educacional da Companhia de Jesus nos séculos XVI e XVII, com ênfase nos colégios implantados em Portugal e no Brasil Colonial. Fundamentada em fontes históricas e no referencial da história da educação, a pesquisa analisa o papel do Ratio Studiorum como principal instrumento organizador do ensino jesuítico, evidenciando a articulação entre formação intelectual, religiosa e moral no projeto pedagógico da Ordem. A autora demonstra como os colégios jesuíticos foram estratégicos na consolidação da ação missionária e na difusão dos valores da Igreja Católica, assumindo um papel central na construção do ideário educacional da época.
DISSERTAÇÃO	VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	28/02/2007	PRESENÇA JESUÍTICA NA VILA DE PARANAGUÁ: O PROCESSO DE ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO JESUÍTICO (1708-1759)	A pesquisa, de natureza documental, analisa a atuação dos padres jesuítas na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá entre 1708 e 1759, destacando o processo de fundação do colégio jesuítico local. O estudo considera não apenas a criação formal do colégio em 1755, mas a presença jesuítica desde a instalação da casa de primeiras letras em 1708. Enfatiza-se o papel multifacetado da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, atuando na catequese, educação, economia e política, como parte integrante do projeto colonizador português. A investigação busca compreender os fatores que levaram à instalação do colégio em Paranaguá, pouco mencionado na historiografia educacional, e aponta para uma lacuna mais ampla nos estudos sobre a Companhia de Jesus e a educação no período colonial luso-brasileiro.
DISSERTAÇÃO	BRENO MACHADO DOS SANTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	31/12/2008	OS JESUÍTAS NO BRASIL DOS FILIPES: ENCONTROS E DESENCONTROS DE UMA ORDEM PLURAL	Este trabalho investiga a atuação da Companhia de Jesus no Brasil durante o período filipino, focando nas diferentes posturas adotadas pelos jesuítas em relação às missões indígenas e aos colégios. Com a União Ibérica, surgem dificuldades no projeto missionário, mas os colégios se destacam na sociedade colonial. A dissertação analisa como o crescimento dos colégios dentro da Ordem refletiu uma nova abordagem para enfrentar a crise missionária nos aldeamentos, atribuindo maior importância aos ministérios voltados para os noviços e a assistência nas cidades em comparação com os trabalhos com os indígenas. O objetivo é oferecer uma

					nova perspectiva sobre a controversa atuação da Companhia de Jesus no Brasil colonial.
DISSERTAÇÃO	LIGIA BAHIA DE MENDONÇA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	31/07/2010	O SILÊNCIO DA AÇÃO: JESUÍTAS NO BRASIL PÓS-REFORMA POMBALINA	O trabalho faz uma análise sobre a resistência e a permanência dos padres jesuítas no Brasil após a Reforma Pombalina de 1759, e as duas outras supressões da Companhia de Jesus em 1834 e 1910. Foca nas estratégias utilizadas pela Ordem, especialmente no contexto educativo, com ênfase nos Colégios Santo Inácio e Anchieta, no Rio de Janeiro. A pesquisa explora como os jesuítas atuaram entre o sagrado e o profano, utilizando suas instituições de ensino para disputar o saber-poder, influenciando a formação dos alunos. O estudo se baseia em fontes documentais, como Decretos Régios, correspondências, periódicos e documentos dos colégios, revelando a tensão entre o silêncio sobre a história dos jesuítas e sua contínua presença e ação, especialmente no campo educacional.
DISSERTAÇÃO	GERALDINA VICENTE SOL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	22/11/2021	A EDUCAÇÃO ESCOLAR JESUÍTICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA COMPANHIA DE JESUS	Este estudo investiga a implementação do sistema pedagógico jesuíta no Nordeste do Brasil, focando nas Conferências Pedagógicas de 1921, realizadas após a expulsão dos jesuítas em 1910. A investigação tem como objetivo analisar a organização educacional jesuíta implantada nos colégios de Salvador, Caetité e Recife, a partir das diretrizes discutidas nas conferências. A pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e documental, busca compreender o papel dos educadores jesuítas, os ideais educacionais presentes nos colégios nordestinos e os princípios pedagógicos do Ratio Studiorum. As reflexões indicam que as conferências promovem a adaptação e o aprimoramento do ensino jesuíta, com foco na formação intelectual, moral e religiosa dos alunos e na melhoria dos métodos pedagógicos. O estudo contribui para a compreensão do legado educacional dos jesuítas e propõe novos estudos sobre sua prática pedagógica integral.
DISSERTAÇÃO	CARLOS ALBERTO DE FREITAS JUNIOR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	25/03/2019	INDICADORES PARA A GESTÃO DAS ESCOLAS DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO LOYOLA DE BELO HORIZONTE	A pesquisa aplica conceitos da Ciência da Informação para apoiar a gestão nos colégios da Companhia de Jesus no Brasil, propondo indicadores para o processo decisório. Focando nos princípios de heroísmo, engenhosidade, amor e autoconhecimento, que orientam a tomada de decisão na Ordem,

					o estudo elaborou competências divididas em três grupos: Modo de Ser, Modo de Proceder e Modo de Examinar. A investigação no Colégio Loyola de Belo Horizonte revelou que muitos funcionários não reconhecem completamente esses princípios, mas gestores experientes sugeriram indicadores para melhorar a gestão nas escolas jesuítas.
DISSERTAÇÃO	BRUNA LANA PRADO VELOZO BARROSO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	21/03/2018	A EDUCAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA: O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS (1567- 1759)	Este estudo teve por objetivo discutir o desenvolvimento sociocultural do Rio de Janeiro no Período Colonial (especialmente séculos XVII e XVIII) a partir da atuação da Companhia de Jesus, discorrendo sobre a intrínseca relação entre sua proposta educacional e o projeto colonial português, a construção da cidade sob a influência jesuítica, a organização e o papel social do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro. Intentou-se entender como a cidade, o Colégio e a Ordem foram mutuamente se constituindo. Trata-se de uma pesquisa histórica desenvolvida fundamentalmente a partir de literatura sobre a história da cidade e da presença dos jesuítas no Brasil Colonial.
DISSERTAÇÃO	AUGUSTO DE CARVALHO RIGHI	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	14/08/2019	PADRE JOSÉ DE ANCHIETA: FORMAÇÃO INTELLECTUAL E PRÁTICA NO BRASIL COLONIAL	A presente pesquisa pretende relacionar a atividade missionária de José de Anchieta, do seu ponto de vista educador, à formação recebida na Universidade de Coimbra reformada por D. João III. A prática missionária do padre José de Anchieta foi representada, ao longo da nossa historiografia nacional, como de grande importância na ação evangelizadora promovida pelos jesuítas do Brasil Colonial. Investigaram-se os fatores que contribuíram para o mencionado processo formativo e sua íntima vinculação à prática missionária. A princípio, abordou-se o surgimento do humanismo na Europa e a formação das escolas humanistas no século XVI, com o intuito de elucidar as transformações nos quadros mental e cultural da época. Partiu-se, então para a elucidação das origens e do formato do modelo pedagógico e curricular que penetrou na cultura e no ensino jesuítico em Portugal pela adoção do modus parisiensis, que contribuiu significativamente para as reformas ocorridas no ambiente educacional em questão, com a fundação dos primeiros colégios humanísticos e jesuítas. Por fim, buscou-se

					demonstrar como o mencionado modelo curricular, que envolve não só o conteúdo do que era ensinado, mas a forma geral da organização escolar, repercutiu na prática do missionário Anchieta no Brasil.
DISSERTAÇÃO	SANDRA BOTELHO CHAVES	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	31/03/2012	A PRIMEIRA EDUCAÇÃO NO BRASIL: GÊNESE E FUNDAMENTOS	O estudo analisa a constituição da educação brasileira desde o período colonial, com ênfase nas práticas implantadas pelos jesuítas. A autora investiga os fundamentos político-religiosos que sustentaram a educação como instrumento de colonização, disciplinamento e formação de subjetividades. O trabalho evidencia como a educação inicial no Brasil foi marcada por intencionalidades civilizatórias voltadas à construção de uma ordem social e cultural moldada por interesses europeus, especialmente portugueses, cuja influência persiste nas estruturas educacionais atuais.
DISSERTAÇÃO	IACI IARA CORDOVIL DE MELO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	31/07/2012	IMAGINÁRIA EM COLÉGIOS, FAZENDAS E MISSÕES JESUÍTICAS NO NORDESTE PARAENSE	Este trabalho trata da escultura existente em antigas igrejas e capelas jesuítas do nordeste paraense, como testemunho da evangelização no norte do Brasil Colônia. São apresentadas as bases estruturantes da Companhia de Jesus, que geraram expressões iconográficas, bem como as transposições das invocações da Europa para o Pará, análises estilísticas e formais sendo observadas obras doadas/compradas e confeccionadas nas oficinas do colégio, sob a orientação de qualificados padres e irmãos europeus junto a mestres de obras e oficiais mecânicos, formados na região a partir da mão de obra disponível.
DISSERTAÇÃO	CARLA AUGUSTA SOUSA GONDIM	UNIVERSIDADE DE UBERABA	15/08/2022	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL: A ESCOLA JESUÍTICA	A dissertação investiga a contribuição dos colégios jesuítas para a formação do pensamento educacional brasileiro, desde a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil em 1549 até sua expulsão em 1759. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter monográfico, analisa a implantação da educação jesuítica, marcada pela articulação entre catequese e instrução, direcionada sobretudo às crianças indígenas, mestiças e luso-brasileiras. Com base em autores como França (1952) e Paiva (2015), o estudo destaca a importância do modelo humanista-cristão adotado nas escolas, influenciado pela tradição pedagógica europeia, especialmente o modelo parisiense.

DISSERTAÇÃO	VANESSA FREITAG DE ARAÚJO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	30/04/2010	EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA OBRA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO (1629 -1724)	A pesquisa analisa o pensamento educacional e religioso do padre jesuíta português Alexandre de Gusmão (1629–1724), importante liderança da Companhia de Jesus no Brasil colonial. Considerado um dos primeiros pedagogos do país, Gusmão abordou a infância em suas obras, destacando-se por sua contribuição à educação e à catequese. Foram selecionadas cinco de suas treze obras para análise: Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia (1685), Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio (1678), História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito (1685), Meditações Para Todos os Dias da Semana (1689) e um Sermão pregado na Catedral da Bahia (1686). Apesar de sua relevância, sua obra permanece pouco explorada pela historiografia educacional brasileira. O estudo busca, portanto, resgatar a contribuição de Gusmão à educação colonial, contextualizando-a no modelo pedagógico da Companhia de Jesus e no cenário do século XVII.
DISSERTAÇÃO	MARCOS EDUARDO PINTINHA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	29/02/2004	CATEQUESE E EDUCAÇÃO NA OBRA DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA	O estudo aborda a relação entre catequese, educação e cultura na obra de Padre José de Anchieta (1534-1597), destacando o papel dos jesuítas na formação da sociedade colonial brasileira. Ela analisa como a imposição da cristandade e dos costumes europeus contribuiu para a coesão ideológica e justificou o domínio português sobre os indígenas, evidenciando o caráter etnocêntrico das ações jesuíticas no controle cultural e social do período colonial. Anchieta e seus contemporâneos são apresentados como agentes da colonização, cuja atuação impactou profundamente as comunidades nativas e sustentou os interesses da metrópole portuguesa.
DISSERTAÇÃO	SIMONE BEATRIZ NEVES PACHECO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	31/03/2012	COLÉGIO SÃO JOSÉ: GÊNESE E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DOS ESTIGMATINOS EM ITUIUTABA - MG (1940-1971)	A dissertação analisa a história do Colégio São José, a primeira instituição confessional voltada à formação da juventude masculina em Ituiutaba (MG), entre 1940 e 1971. O estudo aborda o impacto do movimento Ultramontano na expansão das congregações religiosas e reflete sobre a educação escolar introduzida pelo catolicismo no Brasil. A pesquisa destaca as práticas culturais e educacionais desenvolvidas pelos

					Estigmatinos, que chegaram ao Brasil em 1910, e o papel do colégio na formação de jovens privilegiados, sustentado por contribuições familiares. Além disso, investiga fontes históricas e depoimentos para compreender a trajetória e o legado da instituição.
DISSERTAÇÃO	ÉDERSON LUIZ LOCATELLI	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	31/07/2010	A CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE METAVERSO, NO CONTEXTO DO PROGRAMA LOYOLA	A dissertação investiga a construção de redes sociais no processo de formação docente em ambientes virtuais, no contexto do Programa Loyola. O estudo utiliza o Paradigma Pedagógico Inaciano (Contexto-Experiência-Reflexão-Ação-Avaliação) para analisar como as tecnologias digitais, como o Metaverso e a Web 2.0, podem potencializar a formação continuada e o trabalho colaborativo entre docentes. A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa e explora o impacto dessas ferramentas na aproximação entre professores e a geração digital, além de promover a integração em redes educacionais.
DISSERTAÇÃO	PATRÍCIA CARMELLO NOLASCO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	31/01/2008	A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLONIAL E A PEDAGOGIA DE ANCHIETA: CATEQUESE E DOMINAÇÃO	O trabalho investiga a educação jesuítica no Brasil colonial, com foco na pedagogia de José de Anchieta. O estudo analisa como a catequese foi utilizada como ferramenta de dominação cultural e religiosa pelos jesuítas, destacando as estratégias educacionais e os impactos na sociedade colonial. A pesquisa também explora a relação entre educação e colonização, evidenciando o papel dos jesuítas na formação de uma estrutura social alinhada aos interesses da Igreja Católica.
TESE	JULIANA MERCEDES RHEINHEIMER,	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	27/04/2022	O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA PROVÍNCIA SUL-BRASILEIRA DA COMPANHIA DE JESUS: UM OLHAR A PARTIR DE INTELLECTUAIS MEDIADORES JESUÍTAS, SUAS OBRAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS (1845-1939)	A pesquisa investiga as práticas de ensino e produção de conhecimento em Matemática por padres jesuítas na Província Sul-brasileira da Companhia de Jesus entre 1845 e 1939. Utilizando análise documental histórica, o estudo destaca a atuação de intelectuais mediadores, como Godofredo Schrader, Pedro Browe, Luiz Schuler e Germano Dieckmann, em áreas como Geometria, Álgebra e Aritmética. Identifica-se que os docentes, formados em Filosofia e Teologia, contribuíram para a produção de materiais educativos e a adoção de metodologias voltadas à transformação do ensino matemático no contexto político-social da época.

TESE	APARECIDA MARIA ALMEIDA BARROS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	31/01/2010	NO ALTAR E NA SALA DE AULA: VESTÍGIOS DA CATEQUESE E EDUCAÇÃO FRANCISCANAS NO SUDESTE GOIANO (1944-1963)	A tese examina as práticas de catequese e educação franciscanas no sudeste goiano entre 1944 e 1963. O estudo analisa as relações entre Igreja e sociedade, mediadas pela educação, com foco nas escolas paroquiais criadas pelos franciscanos. A pesquisa utiliza fontes históricas para compreender como essas práticas moldaram a formação cultural e social da região, destacando a influência religiosa na educação e os vestígios deixados por essas iniciativas no contexto educacional e comunitário local.
TESE	WAGNER RODRIGUES VALENTE	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	31/07/1997	UMA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA ESCOLAR NO BRASIL (1730-1930)	A tese explora a história da matemática escolar no Brasil entre 1730 e 1930, destacando a evolução das práticas pedagógicas e dos métodos de ensino da disciplina. O estudo analisa como as ideias matemáticas circulavam e eram adaptadas ao contexto educacional brasileiro, refletindo influências internacionais e locais. Além disso, investiga o papel dos livros didáticos e das instituições de ensino na consolidação da matemática como parte essencial da formação escolar.
TESE	ANA PALMIRA BITTENCOURT SANTOS CASIMIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	30/04/2002	ECONOMIA CRISTÃ DOS SENHORES NO GOVERNO DOS ESCRAVOS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA JESUÍTICA NO BRASIL COLONIAL	A tese analisa a obra "Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos", do jesuíta Jorge Benci, publicada em 1700; investigando a proposta pedagógica jesuítica voltada para as relações entre senhores e escravizados no Brasil colonial, considerando os contextos econômico, social, político e religioso da época. Destaca-se a metodologia e os princípios pedagógicos recomendados por Benci, que visavam moldar as práticas dos senhores e a educação dos escravizados, alinhando-se aos interesses da Igreja e do Estado no período colonial. A tese conclui que a obra de Benci apresenta uma concepção pedagógica consistente, refletindo a interseção entre evangelização e controle social.
TESE	MARIA CRISTINA MENEZES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	31/01/1999	RAÍZES DO ENSINO BRASILEIRO: A HERANÇA CLÁSSICO-MEDIEVAL	A pesquisa investiga as origens do ensino brasileiro, destacando a influência da herança clássico-medieval na organização escolar durante os primórdios da colonização portuguesa; analisando como os jesuítas adaptaram práticas educacionais europeias ao contexto brasileiro, mediadas pela Escolástica e pela universidade medieval, e reflete sobre o impacto do mercantilismo

					português na formação cultural e educacional da colônia. O estudo também explora a articulação das disciplinas e metodologias de ensino, evidenciando a interseção entre cultura clássica e práticas pedagógicas no Brasil colonial.
TESE	MÁRCIA REGINA DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	30/11/2008	CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	A tese realiza um estudo bibliométrico sobre a configuração do campo da Educação no Brasil, analisando publicações da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação; investigando como essas revistas científicas contribuíram para a consolidação do campo educacional brasileiro, destacando tendências, temas recorrentes e a evolução das abordagens teóricas e metodológicas ao longo do tempo. O trabalho reflete sobre o papel das publicações acadêmicas na construção e disseminação do conhecimento em Educação.
TESE	DJANNI MARTINHO DOS SANTOS SOBRINHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	09/12/2021	HISTÓRIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM GRUPOS ESCOLARES DO RIO GRANDE DO NORTE (1908 - 1931)	A tese analisa a história do ensino de Geografia em Grupos Escolares do Rio Grande do Norte entre 1908 e 1931, destacando sua consolidação e práticas pedagógicas. Baseado em pesquisa bibliográfica e fontes documentais, como legislações educacionais e diários de classe, a investigação aponta que a Geografia era ensinada de acordo com as normas legislativas e com metodologias inovadoras para o período. Busca-se contribuir para a historiografia potiguar ao abordar essa disciplina em instituições locais e destacar a atuação de professores no ensino primário republicano.
TESE	DANIELE HUNGARO DA SILVA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	06/07/2021	CIRCULAÇÃO DA PEDAGOGIA PERSONALIZADA E COMUNITÁRIA NO BRASIL E NO MÉXICO (1954-1983)	A tese examina a circulação da Pedagogia Personalizada e Comunitária (PPC), criada pelo jesuíta Pierre Faure, no Brasil e no México entre 1954 e 1983. A PPC, inspirada por pedagogias escolanovistas e católicas, buscou renovar métodos educacionais no campo católico sem abandonar seus princípios dogmáticos. No Brasil, sua disseminação começou na década de 1950, influenciada por Arthur Alonso e a Associação de Educação Católica; no México, a circulação ocorreu nos anos 1970, promovida por grupos de professores e pais. Utiliza-se fontes como relatórios pedagógicos e publicações para analisar como a PPC contribuiu para a renovação do ensino

					católico, destacando seu impacto na historiografia educacional de ambos os países.
TESE	CÉLIO JUVENAL COSTA	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	31/01/2004	A RACIONALIDADE JESUÍTICA EM TEMPOS DE ARREDONDAMENTO DO MUNDO: O IMPÉRIO PORTUGUÊS (1540-1599)	Atese explora a racionalidade jesuítica no contexto do Império Português entre 1540 e 1599. O autor investiga como a Companhia de Jesus desenvolveu uma abordagem única para suas missões e atividades educacionais, influenciando o processo civilizador em várias partes do mundo, especialmente no império português. A pesquisa também aborda a organização interna dos jesuítas, como disciplina, colégios e bases materiais, e como essas estruturas refletiam sua forma de atuar no mundo.
TESE	NATALIA CRISTINA DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	27/06/2018	TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DO JESUÍTA LEONEL FRANCA: EDUCAÇÃO E CATOLICISMO (1923-1948)	O estudo faz uma análise da atuação do Padre Leonel Franca (1893-1948) no campo educacional brasileiro entre 1923 e 1948, destacando sua influência como integrante da Companhia de Jesus. Franca foi fundamental nos debates sobre educação e Ensino Religioso, defendendo os interesses da Igreja Católica. Ele construiu uma rede de sociabilidade que articulava demandas da Igreja e do Estado, especialmente no governo Getúlio Vargas, consolidando a relação entre as duas esferas. Utilizando conceitos de Pierre Bourdieu como habitus, campo e capital, o estudo explora o papel de Franca como mediador e suas estratégias para alcançar conquistas religiosas e educacionais. Destaca-se sua fundação e liderança na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e suas contribuições para o Ensino Religioso. Ele foi considerado um "polemista", marcando sua trajetória intelectual com embates e alianças que deixaram um legado duradouro para a Igreja Católica.

Fonte: a autora.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa parte da seguinte problemática: quais foram as intencionalidades formativas que orientaram a fundação e o desenvolvimento do Colégio Catarinense, no contexto da atuação jesuítica na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, entre 1751 e 1905? A partir dessa questão norteadora, busca-se compreender como a Companhia de Jesus, ao retornar ao Brasil após a expulsão de 1759, reorganizou suas práticas

educativas e influenciou a constituição da escola em Santa Catarina, em consonância com os interesses da Coroa portuguesa e com o projeto civilizatório europeu.

A hipótese central sustenta que o Colégio Catarinense foi concebido e estruturado como parte de um projeto educativo vinculado à lógica de colonização e controle social. Esse modelo, fundamentado na pedagogia jesuítica, tinha como propósito não apenas a instrução formal, mas também o disciplinamento moral, religioso e cultural dos indivíduos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, conforme a tipologia proposta por Gil (2008), voltada à análise histórica de uma instituição escolar. A investigação baseia-se em fontes secundárias — dissertações, teses e obras especializadas — e em fontes primárias, obtidas por meio de visita in loco ao Colégio Catarinense, além de registros legais e institucionais. Esse levantamento permitiu mapear o estado do conhecimento, identificar abordagens existentes e evidenciar lacunas relevantes para o aprofundamento da temática.

O recorte temporal de 1751 a 1905 abrange dois momentos decisivos da atuação jesuítica em Santa Catarina. O ano de 1751 marca o início da reorganização da Companhia de Jesus no Brasil, período que antecede sua expulsão pela Coroa portuguesa em 1759. Já 1905 corresponde à formalização do contrato entre o governo catarinense e a Sociedade Antônio Vieira, por meio da Lei Estadual nº 669, que resultou na fundação oficial do Ginásio Santa Catarina, posteriormente denominado Colégio Catarinense. Esse intervalo temporal permite compreender a trajetória histórica da presença jesuítica na região, tanto no período anterior à expulsão quanto na fase de retorno e reestruturação institucional.

O referencial teórico-metodológico adotado é o Materialismo Histórico-Dialético, abordagem crítica que interpreta a história da educação como expressão de processos sociais mais amplos. A partir dessa perspectiva, a atuação da Companhia de Jesus é compreendida como parte integrante do projeto de colonização e exploração conduzido por Portugal, considerando as contradições, disputas de poder e intencionalidades ideológicas que permeiam a constituição das instituições escolares. Essa abordagem valoriza a historicidade dos fenômenos sociais e contribui para revelar as relações entre estrutura e superestrutura, bem como os interesses que moldam a produção do conhecimento e da cultura escolar.

O levantamento sistemático das produções acadêmicas sobre colégios jesuíticos no Brasil, com ênfase no Colégio Catarinense, abrangeu o período de 1980 a 2024 e contemplou dissertações, teses e artigos científicos. Foram estabelecidos critérios de seleção que consideraram o foco temático na atuação da Companhia de Jesus na educação — abrangendo aspectos de fundação, gestão, práticas pedagógicas e finalidades formativas — e o recorte

geográfico voltado à presença jesuítica em Santa Catarina. As fontes consultadas incluíram bases consolidadas, como CAPES/MEC, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO e Google Acadêmico. Priorizaram-se trabalhos com contribuições críticas, historiográficas e metodológicas, evitando-se estudos meramente descritivos.

A revisão bibliográfica teve como objetivo não apenas reunir informações históricas, mas também compreender as diferentes interpretações acerca do papel da Companhia de Jesus na formação da educação brasileira. A partir dessa análise, foram definidos três eixos teóricos que sustentam o estudo: as motivações culturais, religiosas e políticas da presença jesuítica; o projeto educativo vinculado à colonização portuguesa; e a trajetória do Colégio Catarinense como expressão local desse projeto formativo.

Um aspecto relevante da investigação foi a visita ao Colégio Catarinense, realizada apesar das dificuldades impostas pela distância entre Uberlândia (MG), cidade de residência da pesquisadora, e Florianópolis (SC), local do objeto de estudo. O contato direto com o espaço escolar e sua memória institucional possibilitou observações significativas sobre a materialidade da escola, além do acesso à obra *Uma História Inacabada: Cem Anos do Colégio Catarinense* (Souza, 2005), fundamental para compreender tanto a trajetória da instituição quanto as práticas pedagógicas jesuíticas na região.

A análise das obras consultadas revelou tendências e lacunas expressivas. Destacam-se os estudos sobre a pedagogia jesuítica, o disciplinamento escolar e a reprodução das elites, aspectos essenciais para compreender o contexto educativo do Colégio Catarinense. Entre os autores de maior relevância, destacam-se Norberto Dallabrida, que investiga o disciplinamento escolar e a formação moral e intelectual nos colégios jesuíticos; Juliana Rheinheimer, que analisa as práticas pedagógicas como instrumentos de controle social; e Maria Aparecida Pereira, que discute o papel da educação jesuítica na manutenção das estruturas sociais hierarquizadas.

A partir dessas referências, observa-se que a historiografia tende a privilegiar os aspectos institucionais, pedagógicos e de formação social, mas ainda apresenta brecha quanto à dimensão local e cultural da influência jesuítica, especialmente em Santa Catarina. Essa constatação permite situar a presente pesquisa no campo da História da Educação, evidenciando sua contribuição para o entendimento das intenções formativas, do contexto social e da atuação específica do Colégio Catarinense.

Ao explicitar os critérios de seleção, os principais autores consultados e as lacunas identificadas na literatura, o levantamento do estado do conhecimento não apenas descreve o panorama da produção acadêmica, mas posiciona esta investigação de forma crítica e

fundamentada. Assim, justifica-se o recorte temporal de 1751 a 1905, por representar um período decisivo na consolidação, interrupção e retomada da presença jesuítica na educação catarinense e brasileira.

A análise das fontes seguiu uma abordagem hermenêutica, orientada à interpretação dos sentidos atribuídos à atuação jesuítica em diferentes períodos históricos. A pesquisa foi estruturada em três eixos principais: a fundação e expansão da Companhia de Jesus; os conflitos e consequências da expulsão dos jesuítas no Sul do Brasil; e a reconfiguração da presença educacional jesuítica em Florianópolis ao longo do século XIX e início do XX.

Com base nesse percurso metodológico, a dissertação propõe uma leitura crítica e contextualizada da presença jesuítica em Santa Catarina, destacando os vínculos entre fé, educação e poder na formação da sociedade local. Ao examinar documentos históricos, narrativas institucionais e produções historiográficas, busca-se contribuir para a compreensão das marcas deixadas pela Companhia de Jesus na história da educação brasileira, sobretudo na região Sul.

A estrutura do trabalho compreende três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O Capítulo 2, intitulado “A fundação da Companhia de Jesus”, apresenta o contexto histórico, religioso e político que motivou a criação da ordem, sua expansão pela Europa e chegada ao Brasil. Discute-se também a sistematização do projeto pedagógico jesuítico, com destaque para o *Ratio Studiorum*, documento organizacional da proposta educativa da Companhia.

No Capítulo 3, o foco é o Colégio Catarinense, objeto específico da pesquisa. Abordam-se as condições históricas de sua fundação, suas estratégias pedagógicas e os sentidos atribuídos à escola como espaço de formação cultural, religiosa e social. Também são analisadas as implicações da expulsão da Companhia de Jesus e seu retorno ao cenário educacional catarinense no início do século XX, culminando com a formalização do Ginásio Santa Catarina.

Por fim, nas considerações finais, retomam-se as principais reflexões do trabalho, evidenciando suas contribuições para o campo da História da Educação e indicando caminhos para futuras investigações sobre a influência das instituições religiosas no desenvolvimento educacional brasileiro.

2 A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, entre eles Inácio de Loiola e Francisco Xavier, quando a Europa vivia a transição entre a Idade Média e a Modernidade. Esta havia sido caracterizada pelo Renascimento cultural, pela crise interna da Igreja Católica e pela aceleração das expedições marítimas. Companhia acabou por se colocar na vanguarda da resposta da Igreja Católica à Reforma Protestante e um dos principais sustentáculos da Contrarreforma. Seu principal fim era combater a ascensão do protestantismo, que era perseguido por meio de duas linhas de ação: a catequese de indivíduos, inclusive nas colônias, e a atividade missionária, com objetivos de conversão dos nativos à fé católica. Nessa medida, a Companhia de Jesus foi um ator tanto na proteção da ortodoxia católica na Europa quanto na evangelização dos espaços colonizados, coordenando fé, ensino e poder cultural.

2.1 Transição da Idade Média para a Modernidade: fundamentos conceituais, transformações na esfera da fé e o surgimento de uma nova ordem

Ao analisar a fundação da Companhia de Jesus no século XVI, é fundamental compreender o contexto histórico e cultural que marcou a transição da Idade Média para a Modernidade. Essa passagem não ocorreu como uma ruptura imediata entre dois períodos distintos, mas como um processo contínuo e complexo, caracterizado por profundas transformações religiosas, políticas, econômicas e educacionais. A Idade Média, segundo Jacques Le Goff (1990), não deve ser vista como uma “época das trevas”, mas como um período de consolidação de estruturas culturais e intelectuais que serviram de base para o desenvolvimento do pensamento ocidental. As universidades medievais, a filosofia escolástica e o papel central da Igreja na produção e transmissão do saber são exemplos de legados que atravessaram para o mundo moderno, influenciando diretamente a organização das instituições educativas.

Em contraponto, a Modernidade afirmou-se como um movimento de racionalização e secularização do conhecimento, sustentado por novos paradigmas nas áreas da ciência, política e religião. Conforme Peter Burke (2000), a modernidade dos séculos XV e XVI está fortemente vinculada ao Humanismo renascentista, à Reforma protestante e à formação dos Estados nacionais — processos que transformam a relação entre fé, poder e saber, estabelecendo as bases para uma nova ordem social e intelectual. Nesse período, houve o declínio do sistema

feudal e o fortalecimento das monarquias centralizadas, impulsionados pela expansão do comércio, pelo crescimento urbano e pela difusão de uma mentalidade voltada ao progresso e à racionalidade.

O conceito de modernidade é, portanto, essencial para a análise das transformações que marcaram a passagem da Idade Média para a Idade Moderna e suas repercussões na constituição da educação jesuítica. Neste estudo, o termo é abordado em três dimensões interligadas — pedagógica, religiosa e política — que, em conjunto, expressam o caráter multifacetado do processo de modernização europeia nos séculos XV e XVI.

A fundação da Companhia de Jesus em 1540 por Inácio de Loyola simboliza a articulação dessas transformações multifacetadas. Surgindo em um contexto de rupturas e continuidades que definiram o mundo moderno, a ordem jesuíta representou uma reconfiguração das esferas do saber e do poder (O'Malley, 1993). No campo intelectual, a emergência do Humanismo renascentista valorizou a razão crítica, a experiência empírica e a investigação sistemática, rompendo com a centralidade da autoridade e da fé dogmática medieval. A Companhia incorporou essa nova orientação por meio de uma educação rigorosa e sistematizada, fundamentada na *Ratio Studiorum* (1599), que visava formar religiosos e intelectuais capazes de dialogar com os avanços científicos e filosóficos da época. Essa ênfase situa os jesuítas na vanguarda do debate intelectual moderno, promovendo uma concepção de conhecimento pautada na razão, porém alinhada à ortodoxia católica, reforçada pela Contrarreforma (Grafton, 2010).

Politicamente, o fortalecimento dos Estados nacionais, com o declínio do feudalismo e o surgimento de monarquias centralizadas, encontrou na Companhia de Jesus um parceiro influente. A ordem atuava junto às cortes ibéricas, reforçando sua presença na consolidação dos Estados modernos e na formação das elites políticas, por meio da educação e da moralidade (Paiva, 2015).

Na dimensão religiosa, a Reforma protestante desafiou a autoridade papal e as práticas da Igreja, desencadeando uma profunda crise espiritual e institucional. A Contrarreforma, desencadeada pelo Concílio de Trento (1545-1563), representou a resposta da Igreja Católica, que remodelou suas estruturas e intensificou as ações missionárias e educativas. A Companhia de Jesus, fundada oficialmente em 1540 e reconhecida pelo Concílio, tornou-se um dos pilares centrais dessa reorganização, atuando na catequese, na criação de instituições de ensino e na expansão missionária, consolidando a presença católica em diversos contextos (Randall, 2011).

No campo cultural, a Modernidade redefiniu o papel das artes, da literatura e da filosofia, incorporando valores como liberdade criativa, questionamento e inovação. A arte

renascentista tornou-se uma expressão do antropocentrismo e do humanismo emergente. Nesse cenário, a Companhia de Jesus incentivou o Barroco Sacro, utilizando a arte como instrumento de persuasão e educação religiosa, reforçando a renovação cultural da Europa católica (Paiva, 2015).

As profundas transformações religiosas do período provocaram intensos debates teológicos e institucionais, nos quais a Igreja Católica respondeu às críticas e desafetos originados pela Reforma Protestante. A fundação da Companhia de Jesus, em 1534, por Inácio de Loyola, surgiu como estratégia para reafirmar a doutrina e os valores católicos por meio da educação, da disciplina e da ação missionária. Essa criação coincidiu com importantes mudanças estruturais na Europa, como o fim do feudalismo, a ascensão da burguesia, o florescimento do Renascimento e os movimentos religiosos que culminaram na Contrarreforma (Arnaut; Ruckstadter, 2002).

Assim, a Companhia de Jesus destacou-se por fê articular, intelectualidade e ação prática, consolidando-se como uma das principais expressões da modernidade católica. Seu projeto pedagógico e evangelizador foi concebido como instrumento de renovação e defesa da Igreja, acompanhando as transformações políticas e culturais do mundo moderno. Portanto, faz-se necessário considerar o contexto social, político e cultural que marcava a Europa no século XVI. Esse período foi de intensas transformações, em que as antigas estruturas sociais começaram a se reorganizar, e a educação passou a ocupar um novo papel na formação de valores e instituições. Mais do que um simples processo de ensino, ela tornou-se um elemento estratégico na construção e manutenção de projetos de poder.

Embora o foco esteja na Europa desse período, vale destacar uma interessante perspectiva trazida por Manacorda (2006), ao analisar a educação no Egito Antigo. Segundo o autor, o ensino naquele contexto não se limitava ao domínio da leitura, escrita ou aritmética. Ele visava à formação de indivíduos aptos a participar da vida política, especialmente aqueles pertencentes às elites. Mesmo tratando de sociedades distintas, essa comparação revela um ponto em comum: o uso da educação como ferramenta de organização e legitimação das estruturas de poder.

No caso da Companhia de Jesus, essa lógica também se fez presente. A formação oferecida aos seus membros e alunos era ampla e rigorosa — moral, espiritual e intelectual — e tinha como objetivo não apenas a difusão da fê católica, mas também a ampliação da influência da Igreja em diversos espaços, como os territórios coloniais e as cortes europeias. Dessa forma, a educação tornou-se um dos principais instrumentos de ação da Ordem,

contribuindo para consolidá-la como uma força decisiva tanto no campo religioso quanto no cenário político da modernidade emergente.

Com o enfraquecimento do sistema feudal e o crescimento das cidades, especialmente após o ano 1000, a Europa passou por significativas transformações sociais e culturais. Na Itália, por exemplo, as comunas urbanas conquistaram maior autonomia frente ao poder feudal, criando um ambiente propício ao florescimento das atividades culturais e educativas. Esse novo cenário foi determinante para o surgimento de uma burguesia urbana e para a valorização dos mestres livres, cuja atuação educativa se intensificou entre os séculos XIII e XIV. Esse processo culminou no fortalecimento de uma nova visão de mundo centrada no ser humano — o antropocentrismo —, que viria a influenciar profundamente o pensamento renascentista (Manacorda, 2006).

Ao refletir sobre a evolução da educação, Manacorda (2006) também volta seu olhar para a Antiguidade grega, destacando a contribuição de pensadores como Heródoto, Platão e Diodoro de Sicília na consolidação dos fundamentos da educação clássica. Embora ainda limitada às elites, a educação nesse período avançou em termos de democratização e ganhou um caráter formativo voltado para a vida cívica. Desenvolver habilidades como o raciocínio lógico, a retórica e a oratória eram essenciais à participação política. Já para os trabalhadores, a formação se dava de forma prática, baseada na observação e repetição das tarefas. Se Homero era considerado o educador simbólico da Grécia, foi Platão quem sistematizou um modelo educacional estruturado, voltado à formação da juventude.

No final da Idade Média, essas concepções antigas seriam retomadas sob novas perspectivas, graças ao florescimento do humanismo renascentista. Esse movimento, profundamente crítico à pedagogia escolástica e à religiosidade rígida do período medieval, passou a defender uma educação centrada na formação integral da criança, valorizando sua natureza e suas potencialidades. Ao deslocar o foco do divino para o humano, o humanismo propunha uma renovação da prática educativa, alinhada aos ideais de liberdade, criatividade e racionalidade. Nesse contexto, a educação passou a ser vista não apenas como meio de instrução, mas como instrumento de formação do sujeito autônomo e participante da vida social (Manacorda, 2006).

Ao longo dos séculos finais da Idade Média, a Igreja Católica Romana enfrentou uma série de desafios que colocaram em xeque sua autoridade e sua presença na vida espiritual dos fiéis. A partir do século XIII, surgiram diversos grupos dissidentes, como os albigenses, que, ao pregarem a desobediência material e espiritual à Igreja de Roma, se espalharam por regiões como os Países Baixos, a Lombardia e partes da atual Espanha. Em resposta, o Tribunal da

Santa Inquisição foi instituído em 1215 com o objetivo de combater tais heresias e restaurar a ortodoxia cristã (Delumeau, 1973).

Mesmo dentro dos limites da própria Igreja, surgiam vozes dissonantes. A ordem franciscana, por exemplo, emergiu valorizando a pobreza como ideal cristão, em contraposição ao luxo e à ostentação das instituições eclesiásticas. Essa tensão interna culminaria, no fim do século XIV, no Grande Cisma do Ocidente (1378–1417), quando a existência simultânea de dois — e depois três — papas abalou profundamente a estrutura de autoridade da Igreja, evidenciando sua fragmentação e enfraquecimento diante da opinião pública.

Paralelamente a essas disputas doutrinárias e institucionais, a vivência religiosa popular também sofria alterações. As práticas cristãs começaram a se misturar com elementos culturais locais e não cristãos, criando um catolicismo mais sincrético e, por vezes, distante da ortodoxia. A participação do próprio clero nessas expressões religiosas populares, somada à sua formação deficiente e à falta de rigor na aplicação dos dogmas, contribuía para uma crescente desconfiança dos fiéis em relação à Igreja institucional (Mullett, 1985).

Diante desse cenário de instabilidade, a Europa vivenciou uma série de reações espirituais. A devastadora epidemia de peste que assolou o continente no século XIV, por exemplo, foi interpretada por muitos como um castigo divino, um sinal do juízo final e uma consequência da degeneração moral do cristianismo. O medo da morte e do fim dos tempos impulsionou movimentos religiosos populares, peregrinações e formas alternativas de devoção. Como observa Michel Mullett (1985), esse contexto favoreceu uma renovação do sentimento religioso e o desejo por uma regeneração espiritual individual.

É nesse período que surge a *Devotio Moderna*, um movimento que propunha uma religiosidade mais interiorizada, baseada na meditação, na prática pessoal da fé e na imitação da vida de Cristo. Seus seguidores buscavam resgatar os fundamentos do cristianismo primitivo e aproximar a experiência religiosa dos leigos. As obras produzidas nesse contexto ofereciam caminhos para a salvação individual e se tornaram referências importantes para uma vivência cristã mais íntima e consciente. Como destaca Delumeau (1989), mais do que uma crise institucional, esse momento histórico revela uma crise da sensibilidade religiosa — uma mudança profunda na maneira como os indivíduos se relacionavam com a fé e com a própria ideia de transcendência.

Contudo, em um tempo em que a Igreja Católica era vista como o principal caminho para a salvação, seu enfraquecimento institucional agravava ainda mais a crise na sensibilidade religiosa. A Santa Sé, fragilizada, já não conseguia conter o afastamento dos fiéis dos princípios

da fé nem oferecer respostas espirituais convincentes a uma humanidade marcada pelo medo e pela sensação de abandono diante de castigos divinos.

Esse ambiente de instabilidade espiritual e institucional logo se refletiu também no campo intelectual. Com o advento da imprensa e a atuação de professores italianos em importantes universidades europeias, as ideias humanistas ganharam força e circularam amplamente por regiões como França, Inglaterra e Alemanha. Inspirados pelos ideais do Renascimento, esses pensadores passaram a questionar os métodos tradicionais da Escolástica, propondo novos caminhos para o pensamento filosófico, jurídico e educacional. Ao reinterpretar os fundamentos da Justiça, do Estado e da Educação, buscavam romper com o conhecimento hermético e dogmático que predominava nas instituições eclesiásticas.

Esse movimento de renovação cultural e científica culminou, mais adiante, com a fundação da Royal Society em 1660, na Inglaterra — um marco simbólico da emergência da ciência moderna. Embora não mencionados diretamente, nomes como Galileu Galilei representam esse espírito de ruptura com a autoridade religiosa, defendendo uma nova forma de compreender o mundo baseada na razão, na observação e na experimentação (Manacorda, 2006).

Paralelamente, os humanistas também propunham uma nova forma de se relacionar com os textos sagrados. Defendiam uma leitura mais crítica e racional da Bíblia, pautada na recuperação do contexto histórico das doutrinas cristãs. Em vez de utilizar as Escrituras como fonte de justificativa para os dogmas — como fazia a Escolástica —, buscavam compreendê-las em sua origem e intenção. Dessa perspectiva, surgiram novos estudos de exegese e comentários bíblicos, que procuravam resgatar o sentido original da fé cristã e aproximar a religião de uma experiência mais consciente, livre do obscurantismo que caracterizava parte das interpretações oficiais da Igreja.

A mentalidade que norteava o *studia humanitatis* impulsionava seus adeptos a refletir sobre o ser humano e o mundo com base na razão, livres da imposição de dogmas religiosos. Como apontou Lucien Febvre, isso não significava rejeição da fé, ateísmo ou ceticismo. Os humanistas não negavam a existência de Deus nem a necessidade de salvação, mas questionavam as explicações não racionais fornecidas pela Igreja acerca da origem do homem, do universo e dos dogmas cristãos. Também criticavam a forma autoritária com que a instituição eclesiástica impunha sua visão de mundo e regulava a vida em sociedade (Febvre, 2009).

Vivendo em um tempo de intensas transformações culturais, sociais e espirituais, os humanistas sentiram a urgência de repensar os fundamentos que orientavam a conduta humana.

A crise institucional da Igreja — evidenciada pela decadência moral do clero e pela sua incapacidade de conduzir os fiéis segundo os princípios evangélicos — motivou diversos pensadores a se posicionarem de forma crítica. Nesse ambiente de efervescência intelectual e espiritual, as reformas religiosas surgiram como parte de um processo mais amplo de renovação do cristianismo, amadurecido ao longo do tempo.

Entre os reformadores, a figura de Martinho Lutero ganhou destaque por sua ousadia em desafiar as estruturas da Igreja e propor novas interpretações da fé cristã. Sua crítica à autoridade papal, sua ênfase na salvação pela fé e sua defesa da livre leitura das Escrituras tiveram impacto profundo nas reformas religiosas e na própria organização da Igreja Católica. Lutero acreditava que todos os fiéis deveriam ter acesso direto à Bíblia, sem depender da mediação do clero, e por isso defendia a educação popular como condição para o exercício pleno da fé (Manacorda, 2006).

Assim, tanto o humanismo quanto a Reforma Protestante contribuíram para deslocar o centro da experiência religiosa — antes monopolizada pela Igreja — para o indivíduo, promovendo uma reconfiguração dos valores espirituais e das práticas educativas, e dando início a uma nova era na história do cristianismo e da cultura ocidental.

A democratização da leitura desafiava o monopólio que a Igreja Católica exercia sobre a interpretação da fé e do conhecimento. Em outubro de 1517, o padre agostiniano Martinho Lutero, movido por sua profunda fé e preocupação com o bem-estar espiritual da população, publicou suas 95 teses. Por meio dessas proposições, Lutero manifestava sua indignação diante dos abusos materiais e morais cometidos pela Igreja de Roma, que desviavam a atenção da verdadeira mensagem do Evangelho. Diante do declínio da vida monástica, provocado pela venda de indulgências, pela negligência na administração dos sacramentos e pelo abandono dos locais de culto, entre outras falhas, Lutero sentiu-se compelido a agir. Ele percorreu diversas regiões da atual Alemanha, Suécia, Dinamarca, Noruega e França, compartilhando sua visão de uma Igreja renovada.

Com linguagem simples e sincera, Lutero defendia a ideia de que a salvação não poderia ser adquirida por meio de obras ou pagamentos. Para ele, apenas a fé verdadeira e a graça divina garantiam a redenção. Essa convicção, profundamente enraizada em sua alma, constituiu o núcleo de sua ruptura com a Santa Sé — um gesto marcado pela coragem e pelo compromisso com a verdade (Sabeh, 2009).

Para Lutero, a redenção humana estava fundamentada na doutrina da justificação do pecado original, que ele desenvolveu ao longo de seus estudos. Ele considerava inaceitável a prática da Igreja de vender indulgências, pois via nesse ato uma tentativa de justificar o pecado

por meio de obras, algo contrário à verdadeira natureza da salvação. Segundo Lutero, quando o indivíduo recebe a graça divina, a justificação de seus pecados ocorre exclusivamente pela fé em Cristo. Assim, ele argumentava que é pela fé que Jesus imputa sua justiça ao homem, mesmo quando este peca e desrespeita a graça recebida.

Essa concepção de justificação representava uma ruptura radical com a tradição dos teólogos latinos, que viam a Igreja e seus sacramentos como instituições indispensáveis para a salvação. A visão luterana expressava claramente sua oposição à venda de indulgências, defendendo que a salvação provém da fé em Deus, e não dos rituais e penitências promovidos pela Igreja.

Embora Lutero não pretendesse criar uma nova religião, mas apenas reformar a Igreja romana, sua rejeição à autoridade do papado acabou provocando uma ruptura definitiva. Os princípios do protestantismo incluíam, entre outros, a abolição do celibato clerical, a negação do culto à Virgem Maria e aos santos, a substituição do latim nas missas por línguas vernaculares, e a redução dos sacramentos ao batismo e à comunhão. Tais mudanças reforçavam a ideia de que os fiéis não precisavam da Igreja como intermediária para alcançar a salvação (Grossi; Sesboué, 2003).

Diante dos desafios impostos pela Reforma Protestante, a Igreja Católica reagiu com a Contrarreforma, um movimento que buscava reafirmar seus dogmas, combater heresias e fortalecer sua estrutura interna. Como destacam os historiadores Michel Mullett (1985) e Sônia Siqueira (1998), essa reação católica se sustentava em três pilares principais: o Concílio de Trento, a reorganização dos bispados e a criação de novas instituições voltadas à promoção da fé e à expansão do cristianismo.

Nesse cenário de renovação espiritual e institucional, destaca-se a figura de Inácio de Loyola. Após sofrer graves ferimentos em batalha, Loyola teve contato com obras religiosas que o influenciaram profundamente, levando-o a abandonar a vida militar ao chegar ao monastério de Montserrat e a iniciar uma jornada espiritual de transformação. Posteriormente, em Manresa, ele se inspirou nas práticas devocionais propostas por Cisneros, especialmente nos Exercícios para a vida espiritual, e iniciou a redação de sua própria obra, os Exercícios Espirituais (Loyola, 1952). Esse manual de orações diárias, marcado pela influência da *Devotio Moderna*, propunha um caminho de purificação da alma e preparação para receber a Graça divina.

Loyola prosseguiu seus estudos teológicos em Paris, onde reuniu companheiros com ideais semelhantes. Juntos, fundaram a Companhia de Jesus, oficialmente reconhecida em 1540. A nova ordem religiosa destacou-se por sua rígida disciplina, estrutura organizacional e

forte atuação nos campos da educação, da catequese e das missões. A Companhia de Jesus tornou-se, assim, um dos principais instrumentos da Contrarreforma, contribuindo significativamente para a revitalização da fé católica e a consolidação das decisões tomadas no Concílio de Trento (1545–1564), que reafirmou os dogmas católicos, fortaleceu a formação do clero e intensificou o controle doutrinário da Igreja.

Essa preparação para a conversão e o serviço divino era estruturada em quatro semanas de práticas espirituais, os exercícios definidos por Loyola como:

[...] qualquer modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e outras operações espirituais [...]. Assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, chamam-se exercícios espirituais diversos modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as afeições desordenadas. E, depois de tirar estas, buscar e encontrar a vontade divina na disposição de sua vida para sua salvação (Loyola, 2000, p. 9-10).

Após redigir seu guia espiritual, os *Exercícios Espirituais*, Inácio de Loyola empreendeu uma peregrinação a Jerusalém. De volta a Barcelona, em 1524, passou a pregar suas ideias com base na obra recém-elaborada, despertando a atenção da Inquisição. Apesar de já ter estudado nas universidades de Alcalá e Salamanca, sua falta de formação teológica completa gerou desconfiança por parte das autoridades eclesiásticas. Loyola foi detido por 64 dias, ao fim dos quais foi absolvido, embora tenha recebido a recomendação de concluir seus estudos antes de continuar a difundir sua doutrina. Em 1528, decidiu seguir para Paris, com o objetivo de aprofundar-se na Teologia (Loyola, 1952).

Na capital francesa, Loyola reuniu um grupo de companheiros que compartilhavam seu entusiasmo pelos *Exercícios Espirituais* e pelo ideal de uma vida cristã ativa. Entre eles estavam Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmerón, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Influenciados tanto pelo humanismo renascentista quanto pela espiritualidade da *Devotio Moderna*, o grupo idealizou uma missão evangelizadora na Terra Santa, com o objetivo de converter os turcos. Em 15 de agosto de 1534, em Paris, fizeram um voto de viver segundo os ensinamentos de Cristo, consolidando sua união espiritual.

Apesar da intenção inicial de viajar a Jerusalém, a missão foi impedida pela própria Igreja, que também impôs restrições à atuação do grupo, então já conhecido como “Companhia de Jesus”. Ainda assim, o projeto amadureceu e, mantendo o ideal de serviço missionário, os membros redigiram a *Fórmula do Instituto*, documento que estruturava os princípios da nova ordem. Essa proposta foi oficialmente apresentada ao papado em 24 de junho de 1539, solicitando o reconhecimento formal da Companhia de Jesus como uma ordem religiosa.

Embora a Companhia de Jesus tenha desempenhado papel central na Contrarreforma, sua origem, segundo historiadores como Jonathan Wright e John O’Malley, não estava

diretamente ligada à resposta católica à Reforma Protestante. De acordo com esses autores, a *Fórmula do Instituto* não faz qualquer menção à ameaça protestante, o que reforça a ideia de que a motivação inicial de Loyola era voltada à missão evangelizadora entre os povos não cristãos, especialmente os turcos (O'Malley, 2004; Wright, 2006).

É importante distinguir a iniciativa original de Inácio de Loyola e de seus companheiros na fundação da Companhia de Jesus da posterior aprovação papal que oficializou a ordem. Como observa Ignácio Iparraguirre Loyolla (1952), a confirmação por parte da Santa Sé ocorreu em um contexto histórico pouco favorável à criação de novas ordens religiosas. Naquele período, devido à situação moral precária de muitos conventos europeus, a tendência predominante era extinguir, e não instituir, novas congregações.

A *Fórmula do Instituto*, elaborada por Loyola e baseada em princípios semelhantes aos das ordens religiosas medievais, estabelecia os fundamentos da nova organização. Após sua submissão ao papado, o texto foi examinado por uma comissão de cardeais vinculada à Reforma Católica — movimento interno que visava renovar o catolicismo e conter o avanço do protestantismo. Inicialmente, a comissão manifestou reservas, sobretudo no que se refere à possibilidade de os jesuítas administrarem sacramentos, o que gerou intensos debates e ajustes no conteúdo da *Fórmula*.

O documento, após sofrer modificações exigidas pela Igreja, serviu de base para a bula que aprovou oficialmente a Companhia de Jesus. A análise comparativa entre o texto original e a versão final aprovada revela que a Santa Sé impôs restrições à proposta inicial, refletindo sua cautela diante da nova ordem (Loyolla, 1952).

A importância estratégica da Companhia de Jesus no projeto reformador da Igreja Católica evidenciou-se, especialmente, no campo educacional. Entre 1586 e 1599, os jesuítas elaboraram o *Ratio Studiorum*, documento que sistematizou sua proposta pedagógica e teve profundo impacto sobre a educação nos países católicos (Manacorda, 2006). A pedagogia jesuítica destacava-se pela organização metódica, pela ênfase na formação intelectual e pela rígida obediência à hierarquia eclesiástica — características que fizeram dela um instrumento eficaz no enfrentamento das ideias reformistas.

Embora a Companhia de Jesus não tenha sido criada com o propósito explícito de servir à Reforma Católica, ela surgiu a partir do desejo genuíno de seus fundadores de promover uma renovação da fé cristã. Movidos pela missão de expandir o Evangelho, os jesuítas acabaram por se alinhar aos interesses da Igreja e dos monarcas católicos, contribuindo para a defesa e difusão do catolicismo em um contexto de intensas transformações religiosas e sociais. Esse espírito

missionário, inovador para a época, refletia a nova concepção de vida monástica proposta por Inácio de Loyola.

No *Exame*, guia destinado à admissão e organização interna da ordem, Loyola afirmava que o objetivo da Companhia era “ajudar à salvação e perfeição das almas do próximo” (Loyola, 1952). Essa proposta de atuação, ao mesmo tempo moderna e enraizada em valores medievais, oferecia uma alternativa à violência das Cruzadas, promovendo o cristianismo entre os muçulmanos por meio da palavra e da ação pastoral, e não pela guerra. A busca pela salvação das almas — uma preocupação central tanto na Reforma Protestante quanto na Contrarreforma — foi um dos elementos que conferiram legitimidade e atualidade à Companhia, contribuindo para sua aprovação oficial pela Igreja Católica.

A Companhia de Jesus foi reconhecida oficialmente em 27 de setembro de 1540, por meio da bula *Regimini militantis Ecclesiae*, do Papa Paulo III. Diferenciando-se das demais ordens religiosas, os jesuítas acrescentaram aos três votos tradicionais (pobreza, castidade e obediência) um quarto voto: a obediência direta ao Papa no que dizia respeito às missões. Com essa bula, a *Societas Iesu* foi formalmente instituída e passou a desempenhar um papel central nos esforços de renovação da Igreja (Costa, 2004).

Mais tarde, em 1773, a ordem foi suprimida devido a pressões políticas e influências do pensamento iluminista, o que provocou uma mudança significativa no controle da educação, que passou progressivamente das mãos da Igreja para o Estado (Manacorda, 2006). Apesar disso, a atuação dos jesuítas já havia deixado marcas profundas na formação educacional e cultural do Ocidente.

Portanto, a Companhia de Jesus constituiu-se como uma resposta institucional da Igreja Católica a um período marcado por instabilidade e transformações filosóficas, políticas e econômicas. Sua contribuição para a educação não apenas reforçou os dogmas católicos, mas também fortaleceu a autoridade papal e representou uma forma eficaz de contenção ao avanço do protestantismo.

2.2 Expansão e atuação da Companhia de Jesus no mundo

A Companhia de Jesus, oficialmente fundada em 1540 por Inácio de Loyola, surgiu com uma clara vocação missionária e um forte compromisso com a renovação espiritual da Igreja Católica. No contexto da Contrarreforma, os jesuítas tornaram-se defensores ativos da fé católica diante da expansão do protestantismo, elegendo a educação e a evangelização como eixos centrais de sua atuação. Em pouco tempo, a ordem consolidou-se como uma das mais

influentes instituições religiosas da Igreja, estendendo suas atividades a diversos continentes, especialmente àqueles sob domínio ou influência europeia (Arnaut & Ruckstadter, 2002).

Nesse cenário de expansão religiosa e territorial, destaca-se a parceria entre os jesuítas e o projeto colonial português, iniciado no século XV e intensificado no século XVI. A Igreja Católica, por meio de padres e missionários, teve participação direta nas conquistas lusitanas, contribuindo para a consolidação do domínio europeu em territórios ultramarinos. Longe de ser um processo espontâneo ou resultado exclusivo de motivações religiosas, a expansão portuguesa foi moldada por uma complexa rede de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que convergiram para possibilitar sua concretização.

Assim, a presença dos jesuítas nas missões e nos territórios colonizados deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de integração entre poder espiritual e poder temporal, no qual a Igreja atuava não apenas como mediadora da fé, mas também como agente ativa na construção das bases ideológicas e sociais do mundo moderno (Arnaut & Ruckstadter, 2002).

Desde o início da expansão marítima, a Igreja Católica desempenhou um papel central na legitimação dos empreendimentos ultramarinos portugueses. À medida que o reino de Portugal ampliava seus domínios, a atuação da Igreja se intensificava, manifestando-se por meio de missionários das mais diversas ordens religiosas, que se encarregavam de difundir a fé cristã para além das fronteiras europeias.

A presença de clérigos — tanto de ordens regulares quanto seculares — tornou-se uma constante nas expedições lusitanas ao Oriente e às Américas, fazendo da Igreja uma instituição inseparável do processo de expansão portuguesa. Portugal e Espanha, enquanto potências católicas, viam na evangelização das terras recém-descobertas uma missão sagrada, mobilizando todos os meios disponíveis para cumprir o que consideravam um dever divino. Assim, a conquista de novos territórios era percebida não apenas como uma ampliação do domínio político, mas também como uma extensão do cristianismo e da influência eclesiástica (Costa, 2004).

Nesse contexto, a Igreja não apenas acompanhava o movimento expansionista, mas dele participava ativamente. Missionários embarcavam nas mesmas embarcações que navegadores, comerciantes e aventureiros, compartilhando os riscos e objetivos das grandes navegações. Essa atuação conjunta refletia o entrelaçamento entre fé e conquista, característico das dinâmicas imperiais do século XVI (Boxer, 2002).

Ao abordar a presença do Cristianismo nas expedições portuguesas, é importante compreender que essa manifestação se dava por meio de seus representantes — padres,

religiosos e missionários — que acompanhavam as embarcações e atuavam diretamente nos territórios conquistados. A Igreja, como instituição, se fazia presente através desses agentes, mas também por meio da vivência religiosa cotidiana dos portugueses comuns, portadores de uma cultura cristã profundamente enraizada.

Essa religiosidade popular atribuía ao rei o dever de sustentar e promover as missões nas terras sob seu domínio. Desse modo, a evangelização tornou-se parte indissociável do projeto expansionista português. Como reconhecimento e formalização dessa função régia, a Santa Sé concedeu à Coroa portuguesa um conjunto de prerrogativas e responsabilidades sobre a estrutura eclesiástica nos territórios ultramarinos, conhecido como o Padroado régio (Boxer, 2002). Por esse acordo, cabia ao rei nomear clérigos, financiar missões e garantir a construção de igrejas, exercendo um controle significativo sobre os assuntos religiosos no império.

Segundo a análise de Serafim Leite, a Companhia de Jesus surgiu em um cenário europeu profundamente transformado pelas reformas religiosas e pelas descobertas proporcionadas pelas grandes navegações. A chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil em 1549, liderados por Manuel da Nóbrega, coincidiu com a missão de Francisco Xavier no Japão, evidenciando a abrangência global da ordem e sua atuação simultânea tanto no Oriente quanto no Ocidente (Leite, 1993).

Essas missões, contudo, assumiam estratégias distintas conforme o contexto: no Japão, marcado por uma cultura letrada e altamente estruturada, os jesuítas buscavam adaptar-se às normas locais e ao refinamento intelectual da sociedade nipônica. Já no Brasil, onde os povos originários eram vistos sob uma ótica eurocêntrica como pertencentes a modos de vida “primitivos”, a atuação missionária assumiu um caráter civilizatório, pautado na catequese e na transformação cultural dos indígenas.

O Padroado, portanto, consolidou uma aliança entre a fé católica e o projeto imperial português, ao subordinar os religiosos tanto à autoridade papal quanto à Coroa. Essa articulação era fundamental para a lógica da expansão europeia no século XVI, período de intensas transformações políticas e sociais na Europa, como destaca o historiador José Pedro Paiva.

Nesse contexto, o autor destaca que:

O século XVI apresenta uma Europa em reorganização social e política. O desenvolvimento comercial em nível global foi, por certo, propulsor de transformações em todas as esferas de relações sociais. Firmavam-se os Estados nacionais, centralizadores da ação política, dos negócios econômicos, dos instrumentos de formação do pensamento (DE PAIVA, 2007, p. 239).

Durante os séculos XVI e XVII, a missão jesuítica expandiu-se significativamente, alcançando vastas regiões da Ásia, África e América. No Brasil, conforme o levantamento de

Serafim Leite citado por Cavalcante (2011), os jesuítas fundaram cerca de 400 aldeamentos e dezenas de colégios, igrejas, seminários e fazendas em todo o território colonial — da Amazônia ao Rio da Prata. Cidades e Estados como Belém, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul tornaram-se centros importantes da presença jesuítica. Muitas dessas instituições deram origem a núcleos urbanos que se mantêm até hoje, visíveis, inclusive, na toponímia de cidades como Santarém, Bragança e Viçosa.

A Companhia de Jesus surgiu em um contexto histórico de profundas transformações: fortalecimento dos Estados nacionais, expansão comercial e marítima ibérica, além das repercussões do Concílio de Trento e da Contrarreforma — movimento também conhecido como Reforma Católica. Ainda que seu propósito inicial fosse a retomada da Terra Santa, especialmente Jerusalém, a ordem nasceu marcada por um forte impulso missionário. Não se podia prever, à época, a extensão do poder e da influência que viria a exercer globalmente. Como destaca Paiva (2007, p. 241), a fundação da Companhia coincidiu com um período em que a fé cristã, sobretudo na vertente católica, enfrentava sérios desafios à sua autoridade e tradição, devido ao avanço das ideias reformistas no interior da cristandade ocidental.

Mesmo antes de sua aprovação oficial em 1540, a Companhia de Jesus já mantinha vínculos estreitos com a monarquia portuguesa. Segundo Costa (2004, p. 25), essa relação foi descrita como “próspera”, sendo que em 1538, Diogo de Gouveia apresentou a nova ordem religiosa ao rei D. João III, sugerindo sua utilização nas missões ultramarinas, especialmente no Oriente. A receptividade da Coroa portuguesa à proposta jesuítica favoreceu a atuação da ordem no âmbito do Padroado Régio, consolidando a Companhia de Jesus como uma das principais protagonistas da evangelização e da educação nos territórios sob domínio português.

Ao ser informado sobre a atuação dos chamados “padres renovados”, o rei D. João III demonstrou vivo interesse em integrá-los às missões nas possessões ultramarinas portuguesas. Em 1539, encarregou seu embaixador em Roma, D. Pedro Mascarenhas, de confirmar as informações sobre a nova ordem e convidá-los formalmente a servir sob o patrocínio da Coroa. A chegada de Simão Rodrigues e Francisco Xavier a Lisboa consolidou essa aproximação. A partir desse momento, a Companhia de Jesus passou a contar com amplo apoio institucional, recebendo proteção, recursos financeiros e espaço para estabelecer colégios, igrejas e mosteiros em Portugal e nas colônias.

O crescimento da Companhia foi acompanhado por uma intensa produção documental e historiográfica. Os jesuítas cultivavam o hábito sistemático de registrar suas atividades — cartas missionárias, relatórios, diários e demais documentos — que se tornaram ferramentas importantes tanto para a memória institucional quanto para a defesa da ordem diante das

perseguições e controvérsias enfrentadas ao longo da história. Como observa Cavalcante (2011), a monumental obra de Serafim Leite, especialmente *História da Companhia de Jesus no Brasil*, é expressão desse esforço em consolidar a imagem da ordem como pilar da civilização e da educação nos territórios coloniais.

Enquanto Francisco Xavier seguiu para a Índia, iniciando a missão no Oriente, Simão Rodrigues permaneceu em Portugal com a missão de estruturar e consolidar a presença da Companhia no reino. Ambos foram bem-sucedidos em seus respectivos campos de atuação. Em 1546, foi criada a primeira Província da Companhia de Jesus, tendo Simão Rodrigues como seu primeiro provincial (Rodrigues, 1938, p. 38).

A nível global, a atuação jesuítica caracterizou-se pela capacidade de adaptação a diferentes realidades culturais. No Japão e na China, missionários como Francisco Xavier e Matteo Ricci buscaram estabelecer diálogo com as elites locais, aprendendo os idiomas, costumes e saberes científicos como parte de uma estratégia de aculturação e respeito mútuo. Já na América Latina, especialmente no Brasil, a Companhia direcionou seus esforços à catequese dos povos indígenas, à organização de aldeamentos (as chamadas "reduções") e à fundação de instituições educacionais voltadas à formação moral e intelectual das elites coloniais.

A atuação da Companhia de Jesus no Brasil ultrapassou o âmbito estritamente missionário, exercendo profunda influência na formação educacional da colônia. Em *A Cultura Brasileira*, Fernando de Azevedo destaca o papel dos jesuítas na fundação da estrutura educacional do país, atribuindo-lhes a responsabilidade por manter a unidade cultural do Brasil colonial (Azevedo, 1958, p. 9). A ampla rede de colégios implantada pela ordem, articulada à centralidade da Universidade de Coimbra na formação das elites luso-brasileiras, consolidou as bases de uma estrutura educacional sólida e duradoura.

A presença jesuítica nos domínios portugueses destacou-se sobretudo pelas missões lideradas por Francisco Xavier no Oriente e por Manuel da Nóbrega no Brasil. Os métodos pedagógicos e evangelizadores empregados pela Companhia resultaram em notáveis avanços para o Padroado Português, especialmente no que diz respeito ao número de conversões entre os povos indígenas. A própria existência da ordem está intrinsecamente ligada ao espírito reformador que permeava a Igreja no século XVI, sendo reflexo direto das demandas expressas no Concílio de Trento. Como afirma Costa (2004), os jesuítas atuaram como “instrumentos da Reforma Católica”, o que se evidencia na ênfase dada à formação intelectual dos religiosos nas Constituições da ordem (Costa, 2004).

Apesar de seu protagonismo religioso e educacional, a Companhia enfrentou forte oposição nos séculos posteriores. No século XVIII, tornou-se alvo das reformas ilustradas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, sendo oficialmente expulsa de Portugal e de seus domínios em 1759. No entanto, como ressalta Serafim Leite, a ordem não foi extinta de forma definitiva: restaurada pela Santa Sé em 1814, os jesuítas retornaram ao Brasil em 1841, onde continuam atuando por meio de colégios, universidades, obras sociais e missões (Leite, 1993).

A obra de Serafim Leite desempenhou um papel crucial na revalorização do legado jesuítico dentro da historiografia brasileira. Encomendada pela própria Companhia de Jesus, sua produção influenciou importantes autores, como Fernando de Azevedo, e ajudou a consolidar uma narrativa que reconhece os jesuítas como os principais educadores da nação. Entretanto, como destaca Cavalcante (2011), essa perspectiva contribuiu também para o silenciamento das culturas indígenas e africanas que compuseram a complexa formação cultural do Brasil, evidenciando como a construção da história e da memória está sempre permeada por disputas simbólicas e interesses políticos.

Dessa forma, a expansão e a atuação da Companhia de Jesus no mundo — e particularmente no Brasil — estiveram marcadas por um projeto de caráter civilizatório, pedagógico e religioso, que deixou uma marca profunda na configuração cultural dos territórios onde estiveram presentes. Essa herança permanece viva não apenas nas instituições educacionais fundadas pela ordem, mas também na maneira como a história colonial é frequentemente narrada, refletindo os fundamentos da civilização ocidental implantada nas terras coloniais.

2.3 A presença dos Jesuítas nas terras brasileiras: contexto histórico

Para compreender a atuação dos jesuítas no Brasil e o processo de expansão marítima que os trouxe à América, é fundamental analisar o cenário europeu durante o período das Grandes Navegações. Esse contexto foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, que alteraram significativamente as relações de poder entre os países europeus. Novas classes sociais emergiram, antigos valores passaram a ser questionados, e uma nova ordem mundial começou a se delinear. O Renascimento, impulsionado por ideais humanistas, deslocou o foco da existência do plano religioso para o humano e racional, desafiando a visão medieval centrada na fé. Essa mudança de perspectiva influenciou

diretamente tanto a expansão territorial quanto o impulso evangelizador da Igreja Católica (Sangenis; Mainka, 2019).

Para além desse contexto cultural e político, é necessário compreender as bases econômicas que sustentavam a Europa naquele momento. O sistema feudal, que se consolidou a partir do século IX, resultava da fusão das heranças romanas e germânicas. Como explica Anderson (2008), ele surgiu no momento em que os modos de produção primitivo e antigo atingiram seus limites e começaram a se sobrepor. O feudalismo era um modelo baseado na posse da terra, onde os camponeses estavam profundamente vinculados ao seu trabalho por meio de relações sociais hierarquizadas. O poder político era fragmentado, e muitas vezes os monarcas possuíam autoridade limitada diante da influência dos senhores feudais.

Nesse contexto, a necessidade constante por terras e recursos resultava em um processo permanente de exploração das populações camponesas, que, em grande parte dos casos, encontravam-se submetidas a vínculos hereditários de servidão, limitando sua mobilidade social e liberdade pessoal. Ainda segundo Anderson (2008), o feudalismo ocidental apresentava três traços marcantes: a convivência entre terras comunais e propriedades camponesas, que mesmo sob servidão permitiam formas de resistência; o surgimento de cidades medievais autônomas, independentes da Igreja e da nobreza; e a estrutura hierárquica do poder, onde o príncipe exercia autoridade como suserano, mantendo vínculos de fidelidade com seus vassalos, e não como um soberano absoluto. Paiva (2015) sintetiza as relações de produção desse período em quatro categorias principais: camponeses livres (com terras comunais ou privadas), escravizados, servos e trabalhadores assalariados.

Cruz (2019) critica as abordagens que definem o feudalismo exclusivamente pela presença da servidão, argumentando que esse recorte ignora a coexistência de outras formas de trabalho e a atuação da coerção político-legal ao longo do tempo. Para o autor, não é a simples existência desses elementos que define uma estrutura social, mas a predominância que assumem em determinados contextos históricos. Do mesmo modo, a presença do trabalho assalariado não é, por si só, suficiente para caracterizar um sistema como capitalista. A formação das estruturas sociais, segundo essa perspectiva, é marcada pela sobreposição de elementos originários de diferentes momentos históricos.

Reduzir o surgimento do capitalismo a uma simples superação linear do feudalismo representa uma interpretação equivocada da dinâmica histórica. Tal visão negligencia o fato de que o modelo feudal não foi universal e assumiu formas diversas conforme a região. Além disso, essa abordagem desconsidera as permanências estruturais entre os dois sistemas, especialmente no que se refere à manutenção das desigualdades sociais. Assim, compreender

adequadamente a formação das estruturas sociais requer a análise do desenvolvimento histórico desigual e das formas específicas de estratificação presentes em cada contexto.

O sistema capitalista, portanto, não emergiu de maneira abrupta. Sua consolidação resultou de um processo histórico gradual e multifacetado, no qual antigas formas sociais foram sendo transformadas, adaptadas ou eliminadas. Originado na Europa, o capitalismo expandiu-se progressivamente para outras partes do mundo, impulsionado por transformações econômicas e políticas. Marx (1986) destaca que a economia feudal estava assentada na propriedade da terra e na agricultura, o que impunha limites ao crescimento populacional e ao desenvolvimento das forças produtivas. A superação desses limites exigiu processos como a colonização e as guerras de conquista.

A transição do feudalismo para o capitalismo foi marcada, entre outros fatores, pela emergência do comércio marítimo, pelo avanço das tecnologias de navegação e pelo fortalecimento da burguesia mercantil. O poder passou a concentrar-se nas mãos de monarquias centralizadas que, em busca de riquezas, impulsionaram a exploração de territórios coloniais (Fausto, 2014). Nesse contexto, a chegada dos jesuítas ao Brasil insere-se em um projeto mais amplo de expansão europeia e de domínio ideológico e religioso.

Enviados para evangelizar as populações indígenas, os jesuítas atuaram também como agentes da consolidação do poder português na América. Suas missões, conhecidas como "reduções", tinham como objetivo não apenas catequizar os indígenas, mas também protegê-los das investidas dos colonos que buscavam escravizá-los (Holanda, 1995). Essa postura gerou atritos com os senhores de engenho, que dependiam do trabalho forçado para manter suas atividades econômicas. Apesar disso, a influência dos jesuítas foi significativa, especialmente entre os séculos XVI e XVIII, até sua expulsão em 1759 por ordem do Marquês de Pombal, como resultado de disputas políticas e econômicas (Fausto, 2014).

A presença jesuítica também deixou marcas na organização econômica colonial. Nas reduções, os jesuítas estruturaram sistemas produtivos baseados no uso da mão de obra indígena, promovendo atividades agropecuárias e introduzindo técnicas europeias de cultivo. Essa organização não se limitava à subsistência: em algumas regiões, a produção excedente era comercializada, o que acabou gerando tensões com os colonos, cuja economia dependia fortemente do trabalho escravizado indígena e africano, sobretudo nas plantações de cana-de-açúcar (Prado Junior, 1981).

Portugal exerceu papel central nas Grandes Navegações, liderando a expansão do comércio global e a disseminação da cultura europeia para além do continente (Giddens, 1991). Esse processo foi fortemente impulsionado pelo interesse econômico das monarquias e pelo

esforço da Igreja Católica em conter o avanço da Reforma Protestante. Nesse contexto, a Companhia de Jesus tornou-se um dos principais instrumentos da Igreja, assumindo uma função estratégica na evangelização e na educação dos povos colonizados. Os jesuítas, por sua vez, demonstraram habilidade em adaptar-se aos contextos locais para assegurar a hegemonia do catolicismo (Cambi, 1999).

Contudo, a expansão marítima não foi isenta de contradições. Apesar dos avanços técnicos e da ampliação das redes de intercâmbio cultural, ela também resultou em violência, escravidão e exploração, afetando profundamente as populações indígenas das Américas. No caso brasileiro, a atuação dos jesuítas refletiu o esforço de integrar as novas terras ao projeto mercantilista da Coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que buscavam expandir a fé católica em meio a um mundo em transformação. Esses objetivos, por vezes, implicavam o difícil equilíbrio entre interesses religiosos e econômicos (Paiva, 2002).

A presença jesuítica teve papel determinante na formação da sociedade colonial brasileira. Atuando como mediadores entre colonizadores e povos indígenas, os jesuítas organizaram missões — conhecidas como "reduções" — que promoviam a catequese, mas também impunham valores europeus e cristãos, transformando profundamente as estruturas sociais das comunidades indígenas. A criação de vilas em torno dessas missões alterou os modos de vida nativos, influenciando seus costumes, suas crenças e sua organização coletiva.

No que diz respeito à escravidão, a atuação da Companhia de Jesus revela uma das contradições mais marcantes de sua trajetória. Embora se opusessem à escravização de indígenas, os jesuítas aceitavam — e até se beneficiavam — do uso de mão de obra escravizada africana. Essa ambivalência gerou críticas contemporâneas e permanece sendo objeto de debate historiográfico (Monteiro, 1994).

A contribuição portuguesa para o mundo moderno foi além das questões econômicas. O intercâmbio entre metrópole e colônias promoveu uma intensa troca de saberes e experiências culturais. No entanto, essa interação consolidou também estruturas de dominação, perpetuando desigualdades entre os centros de poder europeus e as periferias coloniais. Assim, a expansão marítima e comercial, embora marcada por inegáveis avanços, também evidenciou desafios e contradições que moldaram tanto a sociedade global quanto a posição do Brasil no sistema colonial (Hilsdorf, 2007).

Simultaneamente a esse processo, a Revolução Científica consolidava uma nova visão de mundo, baseada na observação, na razão e no método experimental. As descobertas de pensadores como Galileu, Kepler e Newton romperam com as explicações religiosas tradicionais e lançaram as bases de um conhecimento racional e sistemático. Esse movimento

intelectual, por sua vez, estimulou o florescimento das artes, das ciências e das letras, expressando o ideal burguês de renovação cultural e valorização do progresso humano (Cambi, 1999; Giddens, 1991).

A atuação da Companhia de Jesus no Brasil colonial exerceu papel fundamental na formação intelectual e cultural da sociedade da época. A pedagogia jesuítica, estruturada a partir do *Ratio Studiorum*, constituiu um modelo educacional sistematizado que norteava o funcionamento dos colégios fundados pela ordem. Um dos marcos mais expressivos desse legado é a criação do Colégio de São Paulo, instituição que esteve na origem da atual cidade de São Paulo (França, 1952). Para além da educação formal, os jesuítas desempenharam um papel relevante na produção de conhecimento científico, realizando observações e registros minuciosos sobre a fauna, a flora e a geografia do território brasileiro. Essas investigações contribuíram para a ampliação do saber europeu sobre o Novo Mundo e serviram de base para expedições e estudos posteriores.

Em Portugal, a forte aliança entre a Igreja e a Coroa consolidou um modelo social hierarquizado e teocêntrico, especialmente como resposta ao avanço da Reforma Protestante. A Península Ibérica, fortalecida pelas resoluções do Concílio de Trento, transformou-se em um bastião do catolicismo tradicional, reprimindo com vigor as ideias consideradas heréticas ou inovadoras (Hilsdorf, 2007; Paiva, 2012). Ao mesmo tempo, no campo filosófico, o racionalismo de Descartes e o empirismo de pensadores como Bacon, Hume e Locke começaram a desafiar as concepções medievais, abrindo caminho para o Iluminismo e uma nova forma de pensar o mundo.

No contexto colonial, o acesso à educação era extremamente restrito. O ensino das primeiras letras estava reservado às elites — famílias nobres ou economicamente favorecidas —, sendo oferecido por mestres particulares em residências. Não existia, até então, um projeto educacional voltado à coletividade, como viria a ser defendido posteriormente por Comenius (1997). A perspectiva da Coroa portuguesa sobre os habitantes do Brasil era marcada por preconceito e descaso: eram frequentemente descritos como "criminosos e malfeitores", abandonados à própria sorte (Pieroni; Vianna, 1999). Ainda assim, a alfabetização e o ensino básico estavam sob a estrita supervisão da Igreja, que via na educação um instrumento de controle e doutrinação.

A criação de congregações voltadas ao ensino, como a Companhia de Jesus, atendia ao interesse da Igreja em reafirmar sua hegemonia diante da crise provocada pelo Renascimento e pela Reforma. O objetivo era restaurar a autoridade papal e fortalecer a fé católica nos territórios coloniais. Em Portugal, o processo de secularização avançava lentamente e, ao invés de

enfraquecer o papel da religião, acabou por reforçá-lo, vinculando ainda mais a figura do Rei ao sagrado e, por consequência, aos seus súditos. Nesse cenário, a conversão dos povos indígenas à fé católica tornou-se um dos principais objetivos da colonização brasileira, legitimando tanto a presença jesuítica quanto a dominação europeia (Paiva, 2012).

No cenário religioso do século XVI, destaca-se com grande relevância a Reforma Protestante, um movimento que não apenas contestou as práticas da Igreja Católica, mas também lançou as bases de transformações profundas na esfera política, social e econômica da Europa. Liderada por Martinho Lutero, um monge católico profundamente insatisfeito com os rumos da Igreja, a Reforma emergiu como uma crítica contundente à venda de indulgências, à cobrança de tributos e ao poder político excessivo acumulado pelo clero. A publicação das 95 teses, em 1517, representou um marco simbólico desse processo, deflagrando uma cisão que alteraria definitivamente o panorama religioso ocidental (Monteiro, 2001).

A proposta de Lutero era radical para os padrões da época: defendia o acesso direto às Escrituras, a valorização da fé individual e a eliminação da intermediação sacerdotal como única via de salvação. Essa nova perspectiva teológica confrontava diretamente a estrutura hierárquica e dogmática da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que dialogava com valores emergentes como a autonomia individual, a racionalidade e a valorização do trabalho — elementos que, mais tarde, seriam associados ao espírito do capitalismo, conforme analisado por Max Weber.

A reação da Igreja Católica foi imediata e severa. Lutero foi excomungado e passou a ser perseguido, mas suas ideias continuaram a se espalhar com rapidez, favorecidas pela invenção da imprensa e pelo crescente descontentamento popular. A cisão religiosa fomentou um ambiente de intensa polarização na Europa, desencadeando guerras, perseguições e rearranjos políticos.

Como resposta à crise provocada pelo avanço protestante, a Igreja Católica promoveu a Contrarreforma — um movimento interno que tinha como objetivo reafirmar sua autoridade e conter o avanço das novas doutrinas. Esse processo foi consolidado especialmente a partir do Concílio de Trento (1545–1563), que promoveu a reafirmação dos dogmas católicos, a moralização do clero e o fortalecimento de ordens religiosas como a Companhia de Jesus (Rocha, 2010). A Contrarreforma, portanto, não se limitou à repressão externa ao Protestantismo, mas também impulsionou uma série de reformas internas que visavam recuperar a credibilidade e a influência da Igreja.

No contexto da expansão colonial, esses conflitos religiosos reverberaram fortemente. A atuação missionária em territórios como o Brasil foi atravessada por essa disputa ideológica,

com os jesuítas assumindo papel central na defesa e propagação da fé católica. Assim, a Reforma e a Contrarreforma não apenas transformaram a Europa, mas moldaram também os projetos coloniais e os processos de evangelização no Novo Mundo. Portanto, a atuação dos jesuítas, membros dessa ordem, revelou-se estratégica tanto no enfrentamento das ideias reformistas quanto na promoção de uma nova pedagogia religiosa. Sua missão extrapolou os limites da evangelização tradicional: a Companhia de Jesus investiu intensamente na fundação de colégios e universidades, entendendo a educação como instrumento fundamental para formar lideranças intelectuais e morais alinhadas aos preceitos católicos. Por meio de um modelo educacional que integrava excelência acadêmica e rigorosa formação espiritual, os jesuítas buscavam moldar não apenas o intelecto, mas também o caráter de seus alunos, assegurando a fidelidade à doutrina católica em tempos de mudança e contestação (Costa; Oliveira, 2016).

2.4 Contextualização histórica, política e econômica de Santa Catarina (1751 – 1905)

A compreensão do desenvolvimento histórico do Colégio Catarinense requer uma análise ampla do contexto político, econômico, social e religioso de Santa Catarina entre 1751 e 1905. Tal abordagem permite situar a instituição em meio às transformações que moldaram a formação da região, evidenciando o vínculo entre os projetos educacionais, as dinâmicas locais de poder e as influências do cenário nacional. Entre o período supracitado, Santa Catarina vivenciou um processo de constituição territorial e social complexo, marcado pela presença indígena, pela colonização portuguesa e pela imigração europeia. O período abrange desde a criação da Capitania de Santa Catarina e a chegada de colonos açorianos e madeirenses até a integração gradual da província ao Império e, posteriormente, à República. Essa trajetória foi permeada por disputas políticas, reorganizações administrativas e pela formação de uma identidade regional associada à expansão das instituições religiosas e educacionais.

No século XVIII, o território era habitado por diferentes povos indígenas — como carijós, xoklengs e kaingang — que viviam da caça, pesca e agricultura de subsistência. A colonização portuguesa e espanhola provocou uma ruptura drástica nesses modos de vida, marcada por conflitos, escravização e dizimação populacional. Como observa Knorst (2011), a região tornou-se palco de disputas imperiais e de imposição cultural, nas quais os europeus subjugarão as populações nativas em nome da expansão territorial e da exploração de recursos naturais.

Essas transformações impactaram diretamente as primeiras iniciativas educacionais, concebidas como instrumentos de evangelização e de controle social. As ordens religiosas, em

especial a Companhia de Jesus, desempenharam papel central na formação de espaços escolares, como o que mais tarde daria origem ao Colégio Catarinense. A ocupação da Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, foi parte da política de consolidação das fronteiras meridionais do Império português. Sua localização estratégica motivou a Coroa a promover um projeto de colonização que reforçasse a presença lusitana frente às disputas com a Espanha. Nesse contexto, o governo incentivou a imigração açoriana e madeirense, cujos colonos contribuíram para a formação de núcleos populacionais e para a construção de uma identidade cultural e religiosa fortemente vinculada ao catolicismo (Cabral, 1970).

A criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes, representou um marco na estruturação política e militar da região. Com função estratégica na defesa do sul do Império, a capitania tornou-se ponto de apoio logístico e base de abastecimento das forças portuguesas, sobretudo nas disputas fronteiriças com o Vice-Reino do Rio da Prata (Monteiro, 2004). Do ponto de vista econômico, Santa Catarina desenvolveu atividades voltadas à pesca, à agricultura de subsistência e à produção de farinha de mandioca — produto que se destacou no abastecimento interno e militar. Embora a economia fosse modesta, ela refletia uma sociedade em formação, dependente da metrópole e fortemente marcada pela influência da Igreja Católica, que atuava na difusão de valores morais e na organização da vida comunitária (Cabral, 1970).

Por volta do século XIX, o declínio do sistema colonial e a Independência do Brasil, em 1822, provocaram uma reconfiguração política e administrativa que redefiniu o poder local. As atividades econômicas, antes restritas à subsistência, diversificaram-se com o crescimento urbano de Nossa Senhora do Desterro e de outras vilas. Mesmo mantendo uma economia periférica em relação a outras províncias, consolidou-se uma elite política e eclesiástica com forte influência sobre a vida social, cultural e educacional (Cabral, 1970; Cardoso, 2011).

Essa elite, composta por membros do clero, proprietários e funcionários públicos, desempenhou papel fundamental na fundação e manutenção de instituições de ensino, entre elas o Colégio Catarinense. A educação jesuítica assumiu, nesse contexto, um caráter estratégico — mais do que um projeto pedagógico, configurou-se como instrumento de formação moral e consolidação de identidades, articulando fé e poder político (Arnaut; Ruckstadter, 2002; Machado, 2018).

A política de povoamento promovida por José da Silva Paes foi intensificada pela chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses entre 1747 e 1756. Apesar das dificuldades de adaptação, esses colonos contribuíram decisivamente para a formação demográfica e cultural da província, introduzindo práticas agrícolas, festividades religiosas e tradições artesanais que

permanecem vivas na cultura catarinense (Cabral, 1970; Knorst, 2011). Essa herança manifesta-se em expressões culturais como o boi-de-mamão, a renda de bilro e a culinária baseada em frutos do mar. Durante o século XIX, com a transformação das capitanias em províncias, Santa Catarina manteve-se economicamente periférica, mas consolidou sua estrutura administrativa e expandiu seus núcleos populacionais. A chegada de imigrantes alemães e italianos, nas últimas décadas do século, diversificou a economia e impulsionou o surgimento de centros urbanos dinâmicos, como Blumenau e Joinville (Cardoso, 2011).

No campo político, o período de transição entre o Império e a República (1889–1905) representou um momento de reorganização das estruturas de poder. A elite catarinense — formada por proprietários, comerciantes e membros do clero — manteve-se influente, sustentando um modelo político conservador e centralizador (Cardoso, 2011). Essa mesma elite foi decisiva na expansão da educação católica, promovendo a criação de instituições como o Colégio Catarinense, cuja fundação se insere no contexto de rearticulação da Companhia de Jesus e das reformas educacionais do final do século XIX.

O retorno dos jesuítas ao Brasil, após a restauração da ordem em 1814, coincidiu com a modernização das políticas educacionais e com o avanço do projeto de instrução nacional. Nesse cenário, a fundação do Colégio Catarinense representou não apenas a criação de uma escola, mas a consolidação de um espaço de mediação entre o poder civil e o eclesiástico, refletindo as tensões e alianças que marcaram o campo educacional do período.

Com base nessa perspectiva, o contexto histórico, político e econômico de Santa Catarina entre 1751 e 1905 é essencial para compreender o papel desempenhado pelo Colégio Catarinense na formação cultural e intelectual da região. Conforme defendem Magalhães (2004), Gondra (2005) e Valdemarin (2010), a escola deve ser entendida como uma instituição historicamente situada, cujas práticas e finalidades expressam os projetos de poder e os valores sociais de sua época. Assim, o Colégio Catarinense integrou-se às dinâmicas regionais e contribuiu para consolidar um modelo formativo que ultrapassou os limites do espaço escolar, exercendo profunda influência na sociedade catarinense.

De modo que, o período entre 1751 e 1905 foi marcado por desigualdades, resistências e pela integração gradual de Santa Catarina ao Estado nacional. A sobreposição de culturas — indígena, luso-brasileira e açoriana —, a presença militar e eclesiástica e a lenta modernização das estruturas produtivas formaram o pano de fundo que sustentou o surgimento das instituições educacionais e das elites locais. A trajetória catarinense desse período, portanto, deve ser compreendida como resultado do entrelaçamento de forças políticas, econômicas e culturais

que moldaram a identidade regional e definiram as bases do desenvolvimento social e educacional do estado (Gonçalves, 2011).

2.5 A educação Jesuíta no Brasil colônia

A história da educação no Brasil é um mosaico de narrativas, cada uma refletindo as peculiaridades de sua época. Uma dessas narrativas, sem dúvida, é a do Brasil colonial, onde a educação era responsabilidade da Companhia de Jesus, conhecida como educação jesuítica. É quase impossível conceber a história da educação brasileira sem considerar o período colonial e, da mesma forma, o período colonial sem a presença da Companhia de Jesus, que exercia grande influência no Brasil Colônia.

Fausto (2002) divide a história do Brasil colonial em três períodos distintos, considerando a cronologia:

O primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do governo geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as últimas décadas do século XVIII; e o terceiro vai dessa época à independência, em 1822.

Na Europa, os jesuítas estabeleceram instituições de ensino secundário para instruir e preparar os filhos da nova elite que prosperava com o comércio. Também ofereciam formação para aqueles que desejavam seguir para o ensino superior, formando os futuros líderes da sociedade. Eles não se dedicavam ao ensino primário. Em contrapartida, no Brasil, a prioridade era o ensino primário e algumas instituições de ensino secundário que preparavam a elite local e a encaminhavam para o ensino superior em Portugal. As características do ensino jesuítico no Brasil colonial eram as seguintes:

- a) Formalismo pedagógico: Havia uma contradição entre os princípios cristãos europeus ensinados nas escolas e a realidade moral dos trópicos. O formal se opunha ao real, com um contraste entre as práticas e os princípios ensinados nas escolas, nos colégios e na Igreja, e o que era efetivamente vivido na prática. O que era proclamado estava distante da realidade, e aceitava-se que o importante não era ser, mas parecer correto.
- b) Estrutura e currículo: O ensino jesuítico era baseado em um ensino livresco, humanista e ornamental, que trazia as marcas da herança "anti-científica" do *Ratio Studiorum*. Através dele, a classe dominante adquiria um verniz cultural que a distinguia dos demais, do povo rude e da plebe.

De acordo com Cunha, o *Ratio Studiorum*, oficializado em 1599, estabelecia um currículo e método padronizados para o ensino, dividido em dois níveis, pressupondo o domínio

das habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo. Os estudos eram organizados em dois níveis: o inferior (equivalente ao ensino médio) e o superior (universitário). O ensino inferior abrangia gramática, humanidades e retórica, enquanto o superior incluía filosofia e teologia. "O documento, com mais de 30 capítulos, retomando as Constituições da Companhia de Jesus, representava as bases de um programa formativo de caráter católico, aplicado em todos os colégios jesuítas do mundo" (Cambi, 1999).

Mantendo a uniformidade de ação e cultivando valores como disciplina, atenção e perseverança nos estudos, os jesuítas adaptaram o *Ratio Studiorum* ao contexto brasileiro. No país, estruturaram um sistema de ensino composto por quatro níveis sucessivos e preparatórios: o curso elementar, o curso de humanidades, o curso de artes e o curso de teologia. O curso elementar abrangia o ensino das primeiras letras — leitura, escrita e aritmética —, além da doutrina católica. Já o curso de humanidades, ministrado em latim e com duração de dois anos, contemplava conteúdos de gramática, retórica e literatura clássica. As línguas grega e hebraica foram substituídas pelo tupi-guarani, o que favoreceu o trabalho missionário junto aos povos indígenas.

De acordo com Cunha (2007, p. 26), “[...] os jesuítas organizaram o primeiro sistema de ensino que se implantou no Brasil”, estruturado de forma hierárquica e centralizada, com objetivos religiosos e políticos. A principal meta da Companhia de Jesus era promover a conversão dos indígenas e formar uma elite letrada capaz de servir à Igreja e ao Estado português. Para alcançar esses propósitos, foi elaborado o *Ratio Studiorum*, oficialmente publicado em 1599, o qual, conforme destaca o autor, “[...] estabelecia um plano de estudos uniforme para todos os colégios da Ordem” (Cunha, 2007, p. 29). Esse regulamento pedagógico definia conteúdos, métodos de ensino, formas de avaliação e condutas docentes, configurando um modelo educacional voltado à disciplina, à obediência e ao controle intelectual e moral dos estudantes. Cunha observa ainda que tal sistema “[...] era profundamente marcado pela tradição humanista” (2007, p. 32), o que assegurava uma sólida formação literária e retórica, embora restrita aos valores e interesses da Igreja. Dessa forma, os colégios jesuítas, fundamentados no *Ratio Studiorum*, tornaram-se pilares da educação colonial brasileira, estabelecendo um padrão de ensino que influenciaria as práticas pedagógicas e a cultura escolar por um longo período histórico.

O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, publicado oficialmente em 1599, representou a consolidação da experiência pedagógica acumulada pelos jesuítas ao longo de décadas. Mais do que um simples regulamento escolar, o documento sistematizou um modelo de ensino voltado à formação das elites intelectuais e religiosas, garantindo a unidade e a

padronização de uma extensa rede internacional de colégios. Como destaca Leonel Franca (1952), o *Ratio* constituiu ‘a carta magna da educação jesuítica’.

Entretanto, o prestígio do *Ratio* só pode ser compreendido à luz de seu papel histórico na reprodução das estruturas sociais. Embora oferecesse um ensino de excelência, fundamentado no humanismo, na disciplina e em métodos ativos — como debates, encenações e exercícios de retórica —, a pedagogia jesuítica também cumpria uma função política: preservar a hegemonia cultural da Igreja e da Coroa no processo de colonização. Franco Cambi (1999) observa que o *Ratio* articulava fé e cultura clássica em um projeto de educação integral; contudo, Saviani (2008) ressalta que se tratava de uma educação não neutra, mas de um instrumento de conservação social, destinado a formar dirigentes adequados à ordem vigente.

Desde a chegada de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta em 1549, os colégios jesuítas desempenharam papel decisivo na colonização do Brasil. Serafim Leite (1938–1950) registra como os missionários aplicavam o *Ratio* adaptando-o às realidades locais, especialmente no contato com os povos indígenas. Essa adaptação, porém, não anulava sua função essencial: impor uma visão europeia de mundo e moldar subjetividades segundo os interesses coloniais. Paiva (2008) destaca que, ao mesmo tempo em que oferecia acesso ao conhecimento humanista, a escola jesuítica estruturava relações de poder e definia papéis sociais.

Em Florianópolis, o Colégio Catarinense constitui exemplo emblemático da aplicação do *Ratio Studiorum* nas dinâmicas regionais, formando elites locais e consolidando práticas de disciplina e controle. Luiz Antônio Cunha (1980) observa que, mesmo diante das dificuldades materiais e políticas, a pedagogia jesuítica assegurou a reprodução de uma ordem social baseada na hierarquia e na obediência.

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, o *Ratio* pode ser compreendido como um aparelho ideológico a serviço da manutenção da colonização. Saviani (2008) argumenta que a educação brasileira, desde suas origens, configurou-se como “um processo de exclusão dos trabalhadores e de formação das elites”. O *Ratio Studiorum* insere-se precisamente nesse movimento: embora promovesse uma pedagogia ativa e estimulasse o raciocínio e a criatividade, seu alcance era restrito às classes privilegiadas, enquanto as populações indígenas e populares eram submetidas a uma instrução instrumentalizada, voltada à catequese e à obediência.

Quadro 3 - Avanços e Limites

Aspectos	Avanços Pedagógicos	Limites Ideológicos e Sociais
Curriculo	Estrutura sistematizada e unificada, que valorizava as humanidades clássicas (retórica, gramática, filosofia, teologia).	Direcionado principalmente às elites, restringindo o acesso das camadas populares e povos indígenas.
Metodologia	Uso de práticas ativas: debates, disputas orais, teatro, música e exercícios de memória criativa.	Embora ativo, o método tinha finalidade de moldar condutas obedientes à Igreja e à Coroa.
Formação docente	Definição clara do papel do professor, considerado mediador e modelo moral, segundo Franca (1952).	O professor era também agente de controle disciplinar e de inculcação ideológica.
Dimensão cultural	Integração entre fé, cultura clássica e humanismo, como aponta Cambi (1999).	Imposição de uma visão eurocêntrica, desconsiderando saberes locais e tradições indígenas/africanas.
Organização escolar	Rede internacional articulada, permitindo unidade e reconhecimento dos colégios em várias regiões.	Essa uniformidade servia à centralização do poder e à consolidação da hegemonia cultural jesuítica.
Função social	Garantiu a expansão do acesso ao conhecimento erudito para setores da elite colonial, formando lideranças.	Como lembra Saviani (2008), a educação serviu à exclusão dos trabalhadores e à reprodução das classes dominantes.
Legado histórico	Influenciou profundamente a organização escolar no Brasil e no Ocidente, com permanência até hoje em práticas pedagógicas.	Deixou como herança a elitização da educação e a associação da escola com a manutenção da ordem social e colonial.

Fonte: a autora.

O *Ratio Studiorum* apresenta uma dualidade que deve ser analisada à luz do materialismo histórico-dialético: de um lado, representou avanços pedagógicos significativos na história da educação ocidental; de outro, funcionou como instrumento ideológico e social, voltado à reprodução da ordem colonial e das classes dominantes. No plano curricular, o *Ratio* sistematizou e unificou o ensino nos colégios jesuítas, garantindo coerência e continuidade. Valorizava as humanidades clássicas — gramática, retórica, filosofia e teologia —, formando sujeitos com sólida base cultural. Entretanto, essa estrutura era direcionada principalmente às elites coloniais, enquanto o acesso das camadas populares e dos povos indígenas era limitado e, quando permitido, restrito à catequese e à assimilação cultural europeia.

A metodologia jesuítica também representou inovação em relação às práticas escolares de sua época. Debates, disputas orais, exercícios de memória, teatro e música compunham um ensino participativo que estimulava a criatividade. Porém, tais recursos tinham como objetivo

final moldar condutas e consolidar a obediência à Igreja e à Coroa, evidenciando o caráter disciplinador da proposta educativa. Quanto à formação docente, o *Ratio* atribuía ao professor grande responsabilidade, definindo-o como mediador do conhecimento e modelo de conduta moral (França, 1952). Esse papel não era neutro: o mestre também atuava como agente de controle, garantindo a interiorização da ideologia jesuítica pelos estudantes.

No aspecto cultural, o *Ratio* articulava fé, humanismo e cultura clássica, compondo um projeto de educação integral (Cambi, 1999). Entretanto, seu caráter eurocêntrico implicava a imposição de uma visão europeia de mundo, em detrimento dos saberes indígenas, africanos e locais, revelando sua face excludente e colonizadora. A organização escolar representava outro elemento central. A rede internacional de colégios jesuítas, orientada por normas unificadas, assegurava unidade pedagógica e reconhecimento global. Ao mesmo tempo, essa uniformidade funcionava como instrumento de centralização do poder, reforçando a hegemonia cultural da Companhia de Jesus e da Igreja Católica.

A função social do *Ratio* evidencia sua contradição. Por um lado, expandiu o acesso ao conhecimento erudito e formou lideranças nas colônias (Paiva, 2008); por outro, como aponta Saviani (2008), a educação brasileira desde suas origens configurou-se como mecanismo de exclusão das classes populares e de formação das elites. Assim, a escola jesuítica não promovia emancipação social, mas assegurava a reprodução da ordem vigente.

O currículo detalhava quatro níveis de ensino: o curso elementar, voltado à leitura, escrita, aritmética e doutrina católica; o curso de humanidades, com duração de dois anos, ministrado em latim, abrangendo gramática, retórica e humanidades; o curso de artes, com três anos, incluindo lógica, física, matemática, ética e metafísica, formando bacharéis e licenciados e preparando estudantes para os cursos universitários da Universidade de Coimbra — direito, medicina e cânones; e o curso de teologia, com quatro anos, que conferia o título de doutor e contemplava teologia moral e especulativa. colocar uma nota de rodapé sobre triv. e quadr.

Dos 17 colégios jesuítas no Brasil colonial, todos ofereciam cursos elementares; a maioria oferecia cursos de humanidades; e apenas oito mantinham cursos de artes e teologia. Os cursos superiores visavam formar padres e a elite dirigente local, enquanto o curso de artes preparava para a formação de médicos, juristas e advogados que desempenhariam funções centrais na política brasileira. Embora administrados por religiosos, os colégios eram considerados públicos, pois sua manutenção recebia financiamento do Estado. Portanto, o *Ratio Studiorum* deve ser compreendido em sua dupla dimensão: como marco pedagógico que sistematizou métodos, currículos e práticas inovadoras, e como instrumento de dominação

ideológica e social, destinado a moldar sujeitos de acordo com a ordem colonial e a hierarquia vigente.

Para manter a dependência da colônia, o rei de Portugal proibiu a criação de universidades no Brasil. Se inicialmente os colégios foram utilizados pelos jesuítas na catequese dos nativos, principalmente crianças, para que servissem de intérpretes com os adultos, posteriormente passaram a instruir apenas os descendentes dos colonizadores. Aos indígenas, mestiços e negros cabia a educação para o trabalho através da convivência.

Do ponto de vista metodológico, segundo Flores (2003), o curso de humanidades tinha o objetivo de ensinar o estilo literário de autores clássicos. Nos cursos superiores de filosofia e teologia, predominava o escolasticismo medieval, afastando os intelectuais do espírito científico nascente. Esse tipo de educação privilegiou o trabalho intelectual em detrimento do manual, legitimando a divisão social do trabalho no Brasil.

Além dos colégios, os jesuítas se destacaram pelo trabalho catequético através das missões religiosas. Como o contato entre brancos e índios era hostil, com os colonizadores buscando escravizar, tomar terras e mulheres ou matar os nativos, os jesuítas criaram áreas isoladas para a catequese. Nessas áreas, a teocracia jesuíta era praticada, visando eliminar os costumes nativos, incluindo as bases da organização tribal.

Na educação e na catequese, os sermões dos jesuítas desempenhavam um papel fundamental. Neles, os padres utilizavam uma linguagem simples, direta e impactante, direcionada ao "público" que os ouvia, composto por pessoas simples, sem instrução e analfabetas, ou seja, homens, mulheres e crianças que não estavam acostumados à reflexão. Através dos sermões, os jesuítas buscavam despertar sentimentos de remorso, medo e culpa, inculcando a noção de pecado, céu, inferno e a possibilidade de salvação dos infiéis através do perdão dos pecados, da misericórdia divina e da conversão dos povos nativos ao catolicismo.

Além dos sermões, os jesuítas utilizavam outros recursos para divulgar e converter os nativos, chamados de gentios, à fé católica: o teatro e a música. As peças teatrais eram encenadas e as músicas cantadas em língua indígena ou em português, abordando temas do cotidiano dos nativos e inculcando a religiosidade e a moral católica, trabalhando com conceitos de bem e mal, pecado e virtude, representando divindades adoradas pelos nativos e defendendo o monoteísmo cristão. A Companhia de Jesus chegou ao Brasil com o objetivo principal de evangelizar os nativos e transformar a população nativa e colonial em adeptos do catolicismo.

Dessa forma, ao longo deste capítulo, examinamos o surgimento, a expansão e a consolidação da Companhia de Jesus como um dos pilares da atuação missionária, educativa e civilizatória da Igreja Católica no contexto da modernidade nascente. A partir da articulação

com a Coroa portuguesa, por meio do sistema do Padroado, os jesuítas assumiram papel de destaque na propagação da fé e na organização da vida intelectual e espiritual dos domínios coloniais, especialmente no Brasil. Evidenciamos como a Companhia soube adaptar-se a diferentes contextos culturais, do Oriente à América, estruturando uma rede global de missões e colégios. Também refletimos criticamente sobre os impactos dessa atuação, considerando tanto os elogios à sua eficácia educacional quanto os questionamentos contemporâneos sobre o apagamento de saberes indígenas e africanos. A atuação jesuítica, nesse sentido, mostra-se como um fenômeno complexo, entre o zelo religioso e os interesses políticos e simbólicos da colonização.

No capítulo seguinte, voltaremos nosso olhar para a estrutura e os fundamentos do projeto educacional jesuítico, com especial atenção ao funcionamento dos colégios fundados pela Companhia de Jesus no Brasil. Analisaremos o modelo pedagógico consagrado no *Ratio Studiorum*, os métodos de ensino, os conteúdos trabalhados e a forma como esses elementos dialogavam com os objetivos mais amplos da evangelização e da formação de elites coloniais. Busca-se, assim, compreender como a educação se constituiu não apenas como instrumento doutrinário, mas como estratégia de organização social, disciplinamento e reprodução de valores que sustentaram a ordem colonial por mais de dois séculos.

3 DA CHEGADA A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL: CONFLITOS, IMPACTOS E REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

Considerando o panorama geral da expansão jesuítica e de sua inserção nos territórios coloniais por meio de uma vasta rede de missões e instituições educativas, optou-se por fazer à análise mais localizada da atuação da Companhia de Jesus no Sul do Brasil. Nessa região, os jesuítas não apenas organizaram missões e aldeamentos de grande relevância, como também enfrentaram intensos conflitos políticos e militares, especialmente no contexto da **Guerra Guaranítica e da implementação do Tratado de Madri**. A posterior expulsão da ordem, em 1759, provocou o colapso de sua estrutura educacional e social, deixando impactos profundos nas comunidades indígenas e na história da educação local. A compreensão dessa trajetória ajuda a dimensionar o alcance e os limites do projeto jesuítico no Brasil. Portanto, aprofundaremos esse olhar, voltando-nos especificamente para os fundamentos pedagógicos da Companhia, com atenção especial aos colégios que implantou e à maneira como seu modelo de ensino dialogava com os objetivos civilizatórios e religiosos da colonização. **Nota de rodapé dos termos em destaque.**

3.1 A chegada dos Jesuítas e a formação da educação em Santa Catarina

Durante o período da colonização, Portugal configurava-se como um reino que, embora inserido nas transformações advindas da Modernidade, buscava preservar seus valores tradicionais e estruturas herdadas do medievo. Em sua expansão ultramarina, o projeto colonizador português foi pautado pela intenção de difundir sua cultura e assegurar a continuidade de sua fé e costumes, moldando as sociedades encontradas no Novo Mundo segundo os princípios da civilização cristã europeia. Nesse contexto, os povos indígenas eram frequentemente percebidos pelos colonizadores como seres “bárbaros” e “sem alma”, o que justificava, sob a ótica do discurso religioso e político vigente, a imposição de novos padrões de moral, justiça e organização social baseados nos valores ibero-católicos.

A tarefa de educar, catequizar e civilizar os habitantes das colônias foi confiada à Companhia de Jesus, instituição criada por Inácio de Loyola em meados do século XVI. Fundada oficialmente em Paris, em 1534, a Ordem nasceu com uma missão essencialmente evangelizadora e disciplinadora, subordinada diretamente ao Papa e comprometida com a defesa e expansão da fé católica. O grupo inicial, formado por Inácio e seis companheiros, fez votos de pobreza, castidade e obediência, consagrando-se ao ideal de servir à Igreja por meio

do ensino, da pregação e da missão. Ao longo de mais de dois séculos de atuação — aproximadamente 210 anos — os jesuítas exerceram papel decisivo na formação espiritual e intelectual das colônias portuguesas na América.

A presença da Companhia de Jesus no sul do Brasil insere-se nesse amplo projeto de dominação religiosa e cultural, articulado às estratégias políticas da Coroa portuguesa no Atlântico Sul. Em Santa Catarina, em particular, a chegada dos jesuítas não pode ser compreendida apenas como expressão de um movimento de fé, mas como parte de um projeto civilizatório e missionário voltado à consolidação do poder colonial. Por meio da educação e da catequese, os missionários jesuítas contribuíram para a conformação de um modelo de sociedade baseado na disciplina, na moral cristã e na subordinação às hierarquias impostas pela Igreja e pelo Estado, deixando marcas profundas na formação cultural e educacional da região.

Graças à sua formação militar, Loyola imprimiu à Companhia de Jesus um caráter combativo, reforçando sua atuação na luta contra o Protestantismo, que se expandia na Europa. Em 1540, o Papa Paulo III oficializou a Ordem por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, descrevendo-a como um regimento da Igreja militante, destinado a defender a fé católica e ampliar sua influência pelo mundo. Segundo Assunção (2001), a Companhia de Jesus se destacou por “combinar conservadorismo e humanismo” em suas práticas, criando uma abordagem que conciliava a preservação de valores tradicionais com a incorporação de aspectos locais das culturas que encontravam.

Essa missão, marcada por desafios constantes, exigia dos jesuítas uma adaptabilidade ímpar e uma forte resistência, atraindo jovens dispostos não apenas a evangelizar, mas também a sacrificar suas vidas em nome da causa missionária. Atuando nos continentes africano, asiático e americano, a Ordem enfrentou inúmeras adversidades, demonstrando um compromisso inabalável com a disseminação da fé cristã e a formação de novas comunidades dentro do ideal católico.

No sul do Brasil, a presença jesuítica se iniciou no século XVII, quando integrantes da Companhia de Jesus desempenharam um papel crucial no processo de evangelização e na organização sociocultural das populações indígenas. Nesse contexto, foram estabelecidas as famosas missões jesuíticas, também conhecidas como reduções, em territórios que hoje correspondem ao Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Esses complexos organizados foram planejados como espaços destinados à catequese dos povos indígenas e à sua integração aos valores cristãos e à cultura europeia.

As reduções funcionavam como verdadeiras comunidades autossuficientes, reunindo atividades agrícolas, artesanais e religiosas. Além de converter os indígenas à fé cristã, as

missões buscavam protegê-los das ameaças representadas pela escravidão e pela exploração colonial, ao mesmo tempo em que introduziam novas formas de organização social. Por outro lado, a atuação jesuítica também provocou tensões, pois, ao mesmo tempo que preservavam parte das tradições indígenas, impunham padrões culturais e religiosos europeus, o que gerou perdas culturais significativas para essas populações. Assim, as missões jesuíticas no sul do Brasil marcaram profundamente a história da região e deixaram um legado que ainda ressoa na memória histórica e cultural.

Segundo Neves (1978, p. 45):

A Companhia de Jesus foi fundada para difundir a Palavra especialmente a povos que não a conheciam – e por meio de uma socialização prolongada. Dirige-se a homens que não são, por tanto, iguais a si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade. Duas diferenças primeiras: não são padres e não são cristãos. Uma semelhança: são homens. É esta semelhança somada àquelas diferenças que dão a possibilidade e o sentido do plano catequético. A catequese é, então, um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças (pelo menos a segunda delas).

Na primeira metade do século XVI, o reino de Portugal estava em plena expansão comercial e territorial, consolidando-se como uma das maiores potências marítimas da época. Esse movimento, impulsionado pelas grandes navegações, resultava na ocupação de novas terras e no estabelecimento de rotas comerciais estratégicas. No entanto, para D. João III, não bastava garantir a dominação econômica e política: era igualmente importante assegurar que a expansão portuguesa estivesse alinhada com os valores e princípios da fé cristã.

Nesse contexto, o monarca decidiu convidar a Companhia de Jesus, também conhecida como Ordem Inaciana, para atuar em Portugal. Fundada recentemente por Inácio de Loyola, a ordem tinha como principais características o rigor disciplinar, a formação acadêmica sólida e o compromisso missionário. O objetivo do convite era contar com os jesuítas não apenas para reforçar a espiritualidade e a educação no próprio reino, mas também para levá-los às terras recém-conquistadas.

A presença dos jesuítas seria fundamental para a evangelização das populações indígenas e para consolidar a influência cristã nas colônias. Assim, além de garantir a propagação da fé, a atuação jesuítica desempenharia um papel importante na legitimação moral e religiosa do projeto expansionista português, fortalecendo a conexão entre a Coroa e a Igreja.

No sul do Brasil, especialmente nas regiões correspondentes aos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os jesuítas desempenharam papel significativo ao fundar diversas reduções indígenas, destacando-se tanto pelo impacto religioso quanto pela organização social que promoviam. Entre essas, os Sete Povos das Missões representam o

exemplo mais emblemático da ação da Companhia de Jesus na região. Povoados como São Miguel Arcanjo, São Nicolau e São Lourenço Mártir constituíam comunidades estruturadas, reunindo milhares de indígenas guaranis. O objetivo dessas reduções ia além da conversão ao cristianismo, incluindo a proteção dos nativos contra a exploração colonial e a preservação de elementos culturais indígenas, ao mesmo tempo em que buscavam integrá-los ao sistema cultural europeu (LEVI, 2000).

A partir do século XIX, com a restauração da Companhia de Jesus, o Rio Grande do Sul tornou-se novamente um espaço estratégico para a consolidação do projeto jesuítico. Conforme Serafim Leite (1943), os inacianos retornaram ao sul do país com o mesmo ideal civilizatório e pedagógico que os guiara nas missões coloniais, agora voltados à formação de uma elite moral e intelectual capaz de sustentar a restauração católica no Brasil. Monteiro (2011) demonstra que a inserção dos jesuítas nesse território foi favorecida pelas condições sociais e políticas do período, especialmente pelo apoio das elites republicanas e pela demanda por instituições educativas voltadas à moralização e à formação de dirigentes. Nesse contexto, a Companhia fundou colégios como o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, e posteriormente o Colégio Anchieta, em Porto Alegre, consolidando uma rede de ensino que ultrapassava a dimensão religiosa para se tornar um instrumento de hegemonia cultural e social.

Sob a perspectiva da história da educação, Saviani (2007) interpreta esse movimento como expressão de um projeto pedagógico de matriz humanista e cristã, voltado à formação integral, mas também ao controle ideológico das classes dirigentes. A educação jesuítica, ao difundir valores de disciplina, racionalidade e obediência, articulava-se à construção de um Estado centralizado e moralmente ordenado, servindo aos interesses de reprodução social da elite católica.

Nesse mesmo sentido, Dallabrida (2001) destaca que os colégios jesuítas do sul — especialmente o Colégio Catarinense e o Ginásio Conceição — foram fundamentais na “fabricação escolar das elites”, ao formar gerações de líderes políticos, intelectuais e religiosos que atuaram na administração pública e na vida cultural do sul do país. Como analisa Monteiro (2011), esses educandários e suas Congregações Marianas constituíram os principais instrumentos da restauração católica e do fortalecimento da missão jesuítica, projetando sua influência para além do espaço escolar e garantindo à Companhia de Jesus uma posição central na formação social e política do Rio Grande do Sul.

O fortalecimento das missões jesuíticas no território gaúcho, portanto, não pode ser compreendido apenas como uma continuidade do projeto colonial, mas como uma reconfiguração estratégica da atuação da Companhia de Jesus diante das transformações

políticas do Brasil oitocentista e republicano. Ao adaptar-se às novas exigências da sociedade moderna, os jesuítas incorporaram práticas pedagógicas voltadas à formação da cidadania cristã e à produção de uma elite intelectual comprometida com a moral católica e com a manutenção da ordem social. Nesse contexto, “[...] os jesuítas adquiriram posição de destaque no cenário rio-grandense, tendo seus empreendimentos – escolares e religiosos – reconhecidos socialmente, o que justifica seu estudo [...]” (MONTEIRO, 2011). Essa articulação entre fé, educação e política revela a capacidade de reinvenção da Companhia, que, sem abandonar sua missão evangelizadora, assumiu um papel ativo na constituição de um projeto de civilização católica no sul do país. Assim, as instituições jesuíticas tornaram-se espaços de produção de saber e poder, responsáveis por moldar a mentalidade das futuras lideranças regionais — um processo que, segundo Saviani (2007), integra a longa duração da pedagogia cristã no Brasil e reafirma a centralidade da educação na construção da hegemonia cultural católica.

Segundo Dallabrida (2001), a atuação jesuítica em Santa Catarina deve ser compreendida no âmbito de uma rede educativa e disciplinar voltada à formação de súditos leais à Coroa e à Igreja. Essa rede articulava pedagogia, moralização dos costumes, catequese dos povos indígenas e instrução das elites locais, revelando um projeto de poder profundamente entrelaçado às dimensões religiosas e políticas da colonização. Nesse contexto, o Colégio da Vila de Nossa Senhora do Desterro, precursor do atual Colégio Catarinense, surge como um espaço estratégico de articulação entre fé e poder, destinado à formação de uma elite letrada e católica capaz de perpetuar as estruturas hierárquicas e simbólicas da sociedade catarinense do século XIX.

A influência das missões jesuíticas foi tão significativa que as consequências desse encontro entre cultura indígena, religião e colonização repercutem até hoje. Poucos países experimentaram de maneira tão profunda os desdobramentos dessa complexa relação quanto o Brasil. A atuação da Companhia de Jesus foi um fator crucial na formação social e cultural da colônia. A ação dos jesuítas, que se estendeu da catequese nas aldeias à educação das elites nos colégios, foi fundamental para os processos de ocupação do território e de formação da identidade brasileira. Embora a historiografia contemporânea analise criticamente a imposição cultural e religiosa sobre os povos nativos, é inegável que o legado educacional e a presença jesuítica moldaram a estrutura da sociedade colonial por mais de dois séculos, deixando marcas que perduram até hoje.

Segundo Leite (1993, p.119):

A catequese dos índios [...] foi a primeira e a principal atividade dos jesuítas no Brasil. Era a razão de ser da sua vinda e da sua permanência na colônia. Mas a par desta, ou melhor, conjuntamente, a educação da mocidade portuguesa e brasileira nos colégios era outro dos seus fins primordiais.

Essas palavras sublinham a relevância dos jesuítas não apenas como missionários religiosos, mas também como agentes educacionais e culturais, contribuindo de forma essencial para moldar a sociedade colonial brasileira. A convocação da Companhia de Jesus para liderar o projeto de evangelização na América Portuguesa aconteceu em um momento em que essa ordem já havia acumulado vasta experiência a serviço da Coroa.

Apesar de sua ampla atuação no Novo Mundo, a missão jesuítica jamais foi plenamente autônoma. Desde a escolha dos territórios de evangelização até as estratégias de abordagem junto aos povos indígenas, todas as ações da Companhia de Jesus estavam subordinadas às diretrizes da monarquia portuguesa, à qual os missionários deviam lealdade e obediência como súditos do Império (Costa, 2005).

Como observa Dallabrida (2001), os colégios católicos do período imperial “foram concebidos como lugares de civilização e disciplinamento, destinados à formação dos dirigentes e à manutenção da ordem social cristã”. Assim, as instituições jesuíticas ultrapassavam o papel de simples espaços de ensino, configurando-se como centros de reprodução simbólica e social, responsáveis por difundir valores cristãos e consolidar uma hierarquia alinhada às estruturas coloniais e imperiais. Ao educar os filhos das famílias mais abastadas, a Companhia de Jesus contribuía diretamente para o fortalecimento das elites regionais, promovendo uma pedagogia baseada na obediência, na disciplina e na virtude cristã.

De acordo com Dallabrida (2009), “[...] a pedagogia jesuítica constituiu-se como um projeto civilizador de longa duração, que visava formar homens úteis à fé e ao Estado, em consonância com o ideário da cristandade”. Desse modo, a ação educativa dos jesuítas em Santa Catarina extrapolava a simples transmissão de saberes escolares, integrando-se a uma estratégia mais ampla de dominação cultural e política, coerente com os objetivos da monarquia portuguesa de consolidar seu domínio no Atlântico Sul e assegurar a unidade espiritual do Império.

A fundação do colégio na Vila de Nossa Senhora do Desterro, em meados do século XIX, deve ser interpretada dentro desse contexto civilizatório. Sua criação ocorreu durante o processo de reorganização do ensino confessional, após a restauração da Companhia de Jesus em 1814, quando os jesuítas retornaram ao Brasil com a missão de recuperar sua influência na formação moral e intelectual da juventude. Em Santa Catarina, a reabertura das instituições jesuíticas respondeu às demandas das elites locais por uma educação de prestígio, capaz de

articular instrução religiosa, formação científica e valores de modernidade. Esse modelo atendia ao ideal ilustrado de progresso, sem romper, contudo, com as bases conservadoras da sociedade católica imperial.

O Colégio Catarinense, portanto, deve ser compreendido como parte de uma ampla rede nacional e internacional de colégios confessionais que atuavam como mediadores entre o Estado, a Igreja e a sociedade. Conforme destaca Dallabrida (2009), “[...] esses colégios desempenham papel fundamental na formação das elites regionais, sendo responsáveis por educar as futuras lideranças políticas e intelectuais comprometidas com a preservação da ordem social e dos valores católicos”. A influência da educação jesuítica estendia-se para além do espaço escolar, moldando práticas cotidianas, relações familiares e o imaginário coletivo, ao mesmo tempo em que reforçava a hegemonia católica e o poder das classes dominantes.

A pedagogia da Companhia de Jesus, sistematizada no *Ratio Studiorum*, baseava-se em uma concepção de formação integral que unia fé e razão, moral e intelecto. Esse modelo educativo buscava não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a condução moral e espiritual dos estudantes, orientando-os segundo os ideais da cristandade e da obediência. Assim, a educação jesuítica configurava-se como um instrumento de controle social e de construção de subjetividades, voltado à sustentação do projeto civilizatório português e à manutenção do poder eclesiástico sobre as populações coloniais e imperiais.

Amantino (2018) ressalta que, embora os jesuítas estivessem diretamente vinculados ao Papa e ao seu superior geral, em função de seu voto de obediência, também tinham o dever de atender aos interesses da Coroa nas regiões coloniais. Como aponta Neves (1978), “[...] a expansão ocidental é, na realidade, bifronte. Supõe uma incorporação territorial, além da incorporação espiritual.” Essa dualidade reflete a complexidade da atuação jesuítica, que transitava entre a missão religiosa e o serviço às ambições políticas e econômicas do império português.

Nesse contexto, é fundamental compreender que a Coroa Portuguesa enxergava suas conquistas mercantis e territoriais como uma extensão da cristandade, promovendo uma união indissociável entre o poder secular e o sagrado. As missões jesuíticas foram fundamentais para consolidar essa aliança, pois integravam a expansão religiosa com o projeto colonial.

A atividade da Companhia de Jesus combinava aspectos mercantis e reformistas, sendo um dos principais instrumentos pelos quais o "espírito da Contrarreforma" chegou às colônias ibéricas. Esse movimento teve um papel decisivo na disseminação do Catolicismo Tridentino na América Portuguesa. A ‘tridentinização’, processo que se desenvolvia simultaneamente na Europa e nos territórios coloniais, estava profundamente vinculada à aculturação das

populações locais por meio da evangelização. Para além da catequese, os jesuítas adotavam uma visão salvacionista, buscando moldar as comunidades indígenas de acordo com os valores da Reforma Católica, um esforço que unificava espiritualidade e controle social. Esses traços da Contrarreforma, que se manifestaram tanto no Velho Mundo quanto nas colônias ultramarinas, marcaram de maneira profunda a história religiosa, cultural e social da América portuguesa (Feitler, 2014).

Assim, a presença jesuítica na região sul do Brasil não apenas moldou a relação entre indígenas e colonizadores, mas também desempenhou uma tarefa fundamental na consolidação do poder colonial, ao mesmo tempo que disseminava os princípios da fé cristã. Suas ações deixaram um legado duradouro, marcado tanto por conquistas educacionais e culturais quanto por tensões decorrentes da imposição de uma nova ordem social e espiritual.

3.2 Os conflitos com os colonizadores e os interesses da coroa portuguesa

A atuação da Companhia de Jesus no sul do Brasil, conforme discutido anteriormente, foi marcada por um projeto ambicioso de evangelização e organização social das populações indígenas, por meio das reduções. Esses espaços não apenas simbolizavam a presença missionária, mas também expressavam uma tentativa de integrar os nativos à lógica cristã e europeia. Contudo, o ideal de proteção e catequese promovido pelos jesuítas logo se chocou com os interesses econômicos e políticos dos colonizadores e da própria Coroa portuguesa. Neste item, analisaremos os principais conflitos gerados por essa tensão, explorando como os projetos missionário e colonial divergiam, especialmente no que diz respeito ao uso da mão de obra indígena, à posse da terra e à autoridade sobre os aldeamentos. Em seguida, no próximo tópico, investigaremos os desdobramentos desses embates, com destaque para a expulsão da Companhia de Jesus e seus efeitos sobre a educação e a organização social nas regiões onde atuavam.

As missões civilizadoras de caráter religioso constituem um dos principais instrumentos para compreender a estrutura do Império Português. A Conferência de Berlim, realizada em 1885, trouxe impactos significativos para as relações políticas e religiosas do império, especialmente ao provocar mudanças que acirraram tensões entre Portugal e a Santa Sé. A questão do padroado no Congo tornou-se um foco de conflito, com a legitimidade do domínio português sobre áreas de influência civil e comercial sendo alvo de disputas.

A relação de Portugal com a Santa Sé foi ainda mais deteriorada por relatos frequentes de negligência na administração eclesiástica de suas colônias. Conforme Jerónimo e Dore

(2012), esses descuidos evidenciaram falhas estruturais que ampliaram as divergências entre as autoridades portuguesas e o poder centralizado em Roma, revelando as fragilidades do sistema colonial.

Embora os conflitos com os jesuítas tenham se desenrolado principalmente na América Portuguesa, suas origens estão intrinsecamente ligadas às mudanças sociais, econômicas e políticas que marcaram a Europa desde o século XVI. Nessa conjuntura, a consolidação do absolutismo promoveu o fortalecimento de monarquias centralizadas que buscavam ampliar seu domínio territorial e econômico. Paralelamente, a sociedade, ainda estruturada no sistema estamental, vivenciava a transição entre o declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo mercantil.

Esse sistema emergente, baseado no capital comercial e na circulação de mercadorias, sustentou a expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo. Financiada por uma burguesia mercantil em ascensão, essa expansão visava explorar os recursos naturais e humanos das terras conquistadas, consolidando uma ordem econômica que favorecia as potências europeias e seus interesses (Monteiro, 1999).

Nesse contexto, a Companhia de Jesus desempenhou um papel fundamental como instrumento de evangelização e controle cultural nos territórios coloniais. No sul do Brasil, os jesuítas tiveram destaque na criação de reduções indígenas, comunidades organizadas que buscavam não apenas a conversão dos povos nativos ao cristianismo, mas também a sua proteção contra a exploração colonial. Essas reduções funcionavam como territórios economicamente autossuficientes e administrativamente organizados, servindo como refúgios para os indígenas, que eram frequentemente alvo de escravidão e violência por parte dos colonos.

Porém, a autonomia das missões jesuíticas gerou tensões significativas. De um lado, os jesuítas buscavam preservar os direitos dos indígenas e integrá-los a uma nova ordem cristã, enquanto, do outro, os colonizadores e a Coroa Portuguesa viam nas missões um obstáculo ao acesso à mão de obra indígena e ao controle total das terras. Além disso, a prosperidade econômica das reduções, muitas vezes superior à das comunidades coloniais vizinhas, gerava inveja e desconfiança, alimentando acusações de que os jesuítas acumulavam riquezas e poder em detrimento da autoridade régia.

Essas disputas tornaram-se ainda mais evidentes no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa começou a centralizar seus interesses na exploração direta das colônias. As missões jesuíticas, especialmente aquelas situadas na região dos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul, estavam em territórios de fronteira frequentemente disputados entre Portugal e

Espanha. O Tratado de Madrid (1750) foi um marco nesse processo, ao redefinir os limites coloniais e estabelecer que os territórios das missões passariam ao controle português. A resistência dos jesuítas e dos guaranis a essa decisão culminou na Guerra Guaranítica (1754-1756), um conflito que resultou em milhares de mortes e na desestruturação das reduções (Novais, 1995).

Ao mesmo tempo, no cenário político europeu, a Companhia de Jesus enfrentava crescente oposição. Sob o reinado de D. José I, influenciado pelo Marquês de Pombal, a Coroa Portuguesa adotou uma postura antijesuítica, acusando a ordem de conspirar contra os interesses reais e de acumular poder excessivo. Em 1759, os jesuítas foram expulsos de todos os territórios portugueses, e seus bens, incluindo as terras das missões, foram confiscados e redistribuídos. Esse episódio marcou o fim de uma era para a Companhia de Jesus na América Portuguesa.

As reduções foram desmanteladas, os indígenas foram dispersos ou escravizados, e a influência cultural e religiosa dos jesuítas foi drasticamente reduzida. Contudo, sua presença na expansão marítima e religiosa portuguesa havia desempenhado um papel crucial na formação da estrutura colonial, reforçando a articulação entre Fé e Império, que moldou a dinâmica colonial durante os Tempos Modernos. Essa relação demonstrava uma interdependência entre interesses religiosos e coloniais, aprofundando o impacto das missões jesuíticas na sociedade e na política colonial (Delumeau, 1989).

Concomitantemente, a atuação dos jesuítas na América Portuguesa frequentemente gerava tensões com os colonizadores. Enquanto os religiosos da Companhia de Jesus defendiam a conversão dos indígenas ao cristianismo e sua proteção como sujeitos de direitos amparados pela Igreja, os colonizadores e a elite econômica os enxergavam principalmente como mão de obra indispensável para as plantações e outras atividades produtivas. O modelo jesuítico de reunir grandes populações indígenas em reduções, onde eles eram educados, catequizados e protegidos, acabou por dificultar o acesso dos colonos a essa força de trabalho. Essa prática gerava constantes atritos, uma vez que os interesses econômicos e territoriais dos colonizadores eram diretamente prejudicados.

Além disso, a organização das reduções jesuíticas representava uma ameaça ao controle direto dos colonos sobre as terras e as comunidades indígenas. Os jesuítas buscavam não apenas a conversão religiosa, mas também a preservação das tradições culturais e sociais indígenas, promovendo a autonomia das reduções. Esse modelo desafiava o sistema colonial, que dependia da exploração econômica através do trabalho indígena e da imposição de uma ordem política subordinada às necessidades da Coroa.

A tensão entre os ideais missionários e as demandas do sistema colonial tornava-se ainda mais acirrada quando os interesses econômicos e territoriais estavam em jogo. Os colonizadores viam as reduções como enclaves que se contrapunham ao projeto expansionista baseado na exploração dos recursos naturais e humanos. Por sua vez, os jesuítas buscavam garantir a liberdade religiosa e a dignidade dos povos nativos, afirmando a necessidade de uma relação respeitosa entre a Igreja e as populações indígenas, que não poderia ser subordinada aos objetivos meramente comerciais. Dessa forma, a resistência dos jesuítas aos interesses coloniais contribuiu para uma série de conflitos, sendo refletida nas disputas políticas, culturais e econômicas que marcaram a colonização portuguesa na América (Neves, 1978).

Para Portugal, o mercantilismo era o sistema econômico predominante, impulsionando o interesse comercial e a necessidade de assegurar a supremacia no comércio mundial antes que outra nação o fizesse. Durante o século XVI e XVII, o objetivo era consolidar vastas colônias no Novo Mundo, explorando suas riquezas naturais e transformando-as em fontes de lucro para a metrópole. Simultaneamente, para a Santa Sé, era uma oportunidade de expandir seu poder global e conter as perdas geradas pela Reforma de Martinho Lutero. A perda de fiéis em várias regiões europeias levou à necessidade de uma estratégia mais agressiva para reverter esse processo, e o uso da Inquisição tornou-se um recurso importante para manter a ortodoxia católica. Contudo, como evitar novas conversões ao luteranismo e resgatar as almas que já haviam se afastado da fé católica? Para responder a essa questão, o Tribunal da Inquisição foi reativado, e para a conversão das novas populações, a Companhia de Jesus foi mobilizada.

Ao chegar ao Novo Mundo, especificamente à América Portuguesa, os ideais da Companhia de Jesus estavam intrinsecamente ligados à missão dos jesuítas. Para eles, os povos indígenas deveriam ser tutelados e elevados à condição de civilizados, um processo que demandava a destruição das tradições indígenas e a cristianização por meio da catequese. A situação, entretanto, tornou-se mais complexa devido aos interesses políticos e econômicos da Coroa Portuguesa. Inicialmente, a Coroa apoiou a atuação dos jesuítas, buscando fortalecer a presença cristã e consolidar o domínio português nas colônias. No entanto, essa relação começou a se desgastar ao longo do século XVIII, quando a Coroa começou a perceber que as missões jesuíticas acumulavam poder político e econômico significativo, tornando-se um obstáculo ao controle total do território. As reduções eram ricas em terras e recursos, e a administração eficaz dessas comunidades transformava-as em centros de resistência contra as pressões externas.

Além disso, os jesuítas tornaram-se uma força autônoma, possuindo influência sobre a educação, a saúde e a organização social das comunidades indígenas. Tal poder desconfortava

a Coroa, que passou a considerar que suas diretrizes políticas e econômicas estavam sendo desafiadas. A resistência dos jesuítas às demandas coloniais e a proteção oferecida às populações indígenas representavam um contraponto ao controle total da administração colonial. Consequentemente, a tensão entre os interesses da Igreja e os objetivos da Coroa aumentou, resultando na gradual redução da influência jesuítica nas Américas, culminando na expulsão da Companhia de Jesus em 1759.

No entanto, a empreitada não foi tão simples ou pacífica quanto poderia parecer inicialmente; houve conflitos e mortes de ambos os lados, entre jesuítas, colonos e indígenas. Mesmo diante dessas dificuldades, os Soldados de Cristo mantinham-se firmes em seu propósito, convictos de sua fé e certos de estarem do lado correto, ou seja, cumprindo a missão divina de evangelizar, como defendido por Durkheim: “O fiel que se conecta com seu deus não é apenas um homem que percebe verdades que o descrente desconhece, mas um homem que encontra mais força, seja para suportar as adversidades da existência, seja para superá-las” (Durkheim, 2000). Essa conexão com o divino conferia aos missionários uma sensação de poder e certeza sobre a validade de sua missão, garantindo que suas ações estavam em conformidade com os desígnios divinos. Além disso, enquanto Soldados de Cristo no mundo, o grande inimigo a ser derrotado era o demônio. No Novo Mundo, o demônio estava presente, visto que “[...] o discurso teológico contra a idolatria americana formava um conjunto coerente, admitindo desde o início que as religiões indígenas – oráculos, ritos, representações da divindade – eram de origem demoníaca” (Delumeau, 2004).

Assim, mais do que a simples expansão da cristandade ou a luta contra judeus, infiéis e protestantes, a verdadeira luta dos jesuítas era contra o demônio, que corrompia as almas dos gentios e os mantinha distantes da integração à civilização cristã. Essa percepção, compartilhada por muitos missionários, os levava a uma abordagem implacável na conversão dos povos nativos, buscando, acima de tudo, garantir sua salvação através da catequese. No entanto, tal missão enfrentava inúmeros desafios, pois os indígenas, com suas próprias tradições e formas de entender o mundo, resistiam às imposições culturais e religiosas impostas pelos jesuítas. A imposição do cristianismo tornava-se, assim, uma batalha constante entre dois mundos: o dos missionários e o dos indígenas, cujas vozes e práticas ancestrais eram tidas como obstáculos à completa absorção da civilização cristã.

Colonos e jesuítas: dois lados de uma mesma moeda. Para os primeiros, o cativo indígena representava a reprodução do sistema em que viviam e até a sua própria sobrevivência, considerando as condições de penúria em que muitos colonos estavam. Já para os religiosos, a liberdade do gentio deveria ser defendida a todo custo. Afinal, o que estava em jogo era a

ideologia e os princípios da Companhia de Jesus, resgatando o índio das garras do demônio e conduzindo-o à luz do cristianismo. Era o combate entre o Bem e o Mal, uma luta pela Fé. Para os jesuítas, a missão não se resumia à sobrevivência física, mas sim à salvação espiritual dos povos nativos.

Enquanto para uns o conflito era uma questão de sobrevivência física, para outros era uma questão de sobrevivência espiritual. Com ideais tão distintos e realidades tão opostas, os confrontos se tornavam inevitáveis. Hoje, as razões desses conflitos são claras e compreensíveis. Todos estavam lutando para sobreviver.

O índio, porém, foi o mais vitimado nessa história. Como demonstrado pelas oscilações nas leis sobre cativos e liberdade indígena, tanto jesuítas quanto colonos tiveram momentos de êxito durante o período estudado. A tensão entre os objetivos missionários da Companhia de Jesus e os interesses econômicos e políticos dos colonizadores e da Coroa Portuguesa revela a complexidade das relações de poder no contexto colonial. A Coroa Portuguesa, interessada em expandir seu domínio territorial e garantir o controle sobre os recursos naturais e a produção de riquezas nas colônias, frequentemente entrava em choque com os objetivos missionários dos jesuítas. Os colonos, alinhados com os interesses da Coroa, buscavam a exploração econômica, enquanto os religiosos visavam a integração dos indígenas ao cristianismo e à preservação de sua dignidade cultural.

O legado desses conflitos persiste na história das populações indígenas e na memória cultural da região sul do Brasil. Com a expulsão completa dos jesuítas em 1759, os colonos que ainda buscavam o cativo indígena encontraram certa ‘redenção’. No entanto, a grande vítima dessas disputas e da expulsão final não foram os jesuítas, mas sim os próprios povos indígenas.

3.3 As decisões papais (1773 e 1814) e seus efeitos sobre a atuação Jesuítica em Santa Catarina

A supressão da Companhia de Jesus, decretada pelo Papa Clemente XIV em 21 de julho de 1773, por meio da bula *Dominus ac Redemptor*, constituiu um dos episódios mais marcantes e polêmicos da história da Igreja Católica e da educação ocidental. Essa decisão representou uma ruptura profunda, ao extinguir oficialmente a Ordem jesuítica, fechar seus colégios e missões e dispersar seus membros pelos mais diversos territórios. Tal medida não decorreu apenas de questões religiosas, mas de interesses políticos e econômicos das grandes monarquias europeias — especialmente Portugal, França e Espanha —, que percebiam a Companhia como

uma instituição transnacional e autônoma, capaz de questionar a autoridade dos Estados e interferir em seus projetos de centralização do poder (França, 1952; Paiva, 2008).

No contexto do Império português, a supressão teve efeitos particularmente significativos. Desde o governo do Marquês de Pombal, os jesuítas eram acusados de exercer influência excessiva sobre as populações indígenas e coloniais e de resistir às reformas inspiradas pelo Iluminismo. A expulsão dos jesuítas em 1759, anterior à bula de Clemente XIV, já havia provocado uma reestruturação do sistema missionário e educacional luso-brasileiro (Cunha, 1980). A bula de 1773 apenas consolidou esse processo em escala global, oficializando a dissolução da Companhia e abrindo espaço para a secularização gradual da educação.

Conforme observa Dallabrida (2009), a extinção da Ordem significou o colapso de um projeto pedagógico sistemático e coerente, orientado pelo *Ratio Studiorum*, que havia norteado o ensino confessional católico por quase dois séculos. O desaparecimento dos colégios jesuítas provocou a perda de unidade e de rigor metodológico, fragmentando a educação entre diferentes ordens religiosas e o próprio Estado. Além disso, a supressão comprometeu a estrutura social e cultural das comunidades indígenas e coloniais, uma vez que as missões jesuíticas funcionavam não apenas como espaços de evangelização, mas também como centros de formação técnica, artística e linguística (Cambi, 1999).

A bula *Dominus ac Redemptor* refletia, portanto, o triunfo das políticas regalistas e ilustradas sobre a autonomia eclesiástica. Embora Clemente XIV justificasse a medida como uma tentativa de preservar a ‘paz e concórdia’ entre os cristãos (Clemente XIV, 1773), na prática, a decisão expressava a pressão das monarquias absolutistas que buscavam limitar o poder das ordens religiosas. Mesmo assim, o legado pedagógico e intelectual dos jesuítas resistiu, culminando em sua restauração em 1814, quando o Papa Pio VII, por meio da bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, reabilitou oficialmente a Companhia e permitiu seu retorno gradual à educação em países como o Brasil.

No contexto luso-brasileiro, a supressão representou uma ruptura estrutural na organização educacional e missionário consolidado ao longo de mais de duzentos anos. Aliada às medidas pombalinas, ela ampliou o vazio institucional deixado pela ausência dos jesuítas, provocando a interrupção de inúmeras iniciativas pedagógicas e catequéticas. Muitas escolas e missões foram fechadas, os bens da Ordem confiscados ou transferidos, e as populações antes atendidas pelas reduções ficaram desamparadas espiritual e educacionalmente.

A desarticulação da Companhia também teve impacto sobre a administração pública e a cultura. Como explica Cunha (1980), a expulsão e posterior supressão inauguraram um processo de burocratização e secularização do ensino, que transferiu ao Estado

responsabilidades antes exercidas pela Igreja. O Marquês de Pombal pretendia substituir o modelo confessional por uma instrução pública laica, inspirada nos ideais iluministas. No entanto, como observa Paiva (2008), essa reforma revelou-se insuficiente para suprir o vácuo deixado pela saída dos jesuítas, gerando retrocesso pedagógico e desorganização institucional.

No sul do Brasil, particularmente em Santa Catarina, a ausência prolongada da Companhia teve efeitos profundos. As antigas reduções e colégios jesuítas, que haviam desempenhado papel essencial na catequese e na formação moral e humanista, foram desativados ou convertidos em instituições civis, muitas vezes sem continuidade educacional (Dallabrina, 2009). A bula *Dominus ac Redemptor* (1773) representou, assim, não apenas uma ruptura canônica, mas também cultural e social, suprimindo um sistema pedagógico que unia fé, disciplina e conhecimento.

A restauração da Companhia de Jesus, decretada por Pio VII em 7 de agosto de 1814, inaugurou uma nova fase na história da Ordem. Entretanto, como destaca Magalhães (2004), o retorno dos jesuítas não significou uma simples retomada do modelo anterior. O Brasil caminhava rumo à Independência (1822), e a Igreja enfrentava novos desafios diante de um mundo marcado pela secularização e pela formação dos Estados nacionais. Assim, o retorno exigiu negociações complexas com autoridades civis e eclesiásticas, bem como a redefinição de sua missão educativa dentro de um contexto de modernização política e institucional.

Nesse novo cenário, a Companhia reorganizou sua atuação mediante acordos com governos provinciais e dioceses, criando colégios confessionais e sociedades auxiliares que reconfiguraram sua presença no espaço luso-brasileiro (Dallabrida, 2001; Paiva, 2008). Essa nova estratégia conciliava o ideal de formação moral e religiosa com as exigências de uma educação moderna e científica, adaptando o ensino jesuítico às demandas de um mundo em transformação.

A supressão e a restauração devem, portanto, ser entendidas como momentos complementares de um mesmo processo histórico: de um lado, a tentativa de limitar o poder eclesiástico; de outro, o reconhecimento da importância cultural e educativa da Companhia. O colapso de suas redes no século XVIII e o esforço de reconstrução no XIX demonstram a capacidade da Ordem de se reinventar frente às mudanças políticas e culturais.

Em Santa Catarina, essa recomposição foi gradual e acompanhou as transformações do Império e da República. Durante décadas, o vazio deixado pela ausência dos jesuítas foi parcialmente ocupado por iniciativas paroquiais e esforços civis ainda incipientes, o que acentuou a descontinuidade da formação moral e intelectual das elites (Dallabrina, 2001).

Somente com o fortalecimento das relações entre Igreja e Estado ao longo do século XIX tornou-se possível articular o retorno efetivo da Companhia.

O ponto culminante desse processo ocorreu em 4 de novembro de 1905, com o contrato firmado entre o Governo de Santa Catarina e a Sociedade Antônio Vieira (SAV), vinculada à Companhia de Jesus. O acordo, ratificado pela Lei Estadual nº 669 de 30 de agosto do mesmo ano, marcou o retorno oficial dos jesuítas à educação catarinense, resultando na fundação do Ginásio Santa Catarina (posteriormente Colégio Catarinense), que iniciou suas atividades em 15 de março de 1906.

A reinstalação dos jesuítas em Florianópolis simbolizou mais que a reabertura de uma instituição: representou a reconstrução de uma tradição educativa voltada à formação moral, intelectual e espiritual das elites regionais. A Companhia retomou sua função de mediadora entre fé e conhecimento, adaptando-se aos paradigmas pedagógicos modernos e reafirmando sua influência no campo cultural catarinense. Essa parceria entre poder civil e religioso consolidou os jesuítas como protagonistas na construção de uma pedagogia moralizadora e de uma elite dirigente inspirada nos valores católicos.

A análise integrada dos três marcos — a supressão (1773), a restauração (1814) e o contrato de 1905 — revela um panorama histórico multifacetado da educação confessional em Santa Catarina. Esses momentos ilustram a transição da Companhia entre repressão e renascimento, mostrando como as decisões papais e as dinâmicas políticas locais redefiniram sua atuação. A trajetória do Colégio Catarinense expressa essa continuidade histórica, evidenciando a capacidade jesuítica de rearticular fé, saber e poder diante das transformações do mundo moderno.

Compreender essa trajetória exige um olhar interdisciplinar, apoiado em fontes canônicas, registros administrativos e na historiografia especializada, que evidenciam a interdependência entre religião, política e educação na formação histórica de Santa Catarina. Em última análise, a história da Companhia de Jesus na região traduz o equilíbrio entre tradição e adaptação, revelando como a Ordem soube preservar seus princípios formativos enquanto se moldava às realidades políticas e culturais dos séculos XVIII e XIX.

3.4 Reflexões e impactos da expulsão dos Jesuítas para a educação

Os conflitos entre os ideais missionários da Companhia de Jesus e os interesses econômicos e políticos dos colonizadores e da Coroa Portuguesa, analisados na seção anterior, evidenciaram a complexidade das disputas que marcaram o processo de colonização da

América Portuguesa. As tensões em torno do controle das terras, da mão de obra indígena e da autonomia das reduções culminaram na expulsão dos jesuítas em 1759, um marco decisivo na história da presença religiosa e educacional no Brasil colonial. Neste item, refletiremos sobre os desdobramentos desse episódio para o campo da educação, analisando o vácuo institucional deixado com a saída da Companhia, o impacto imediato sobre os povos indígenas e os colégios antes dirigidos pela ordem, além das mudanças estruturais nas práticas educativas que se seguiram, agora sob a tutela direta da Coroa portuguesa e orientadas por novos paradigmas de ensino.

O Iluminismo, movimento intelectual que transformou o Ocidente, floresceu em um período de transição do feudalismo para o capitalismo, intensificado pela modernidade, mas com raízes no século XVII. Este século, marcado por avanços científicos, políticos, econômicos e filosóficos, viu o surgimento de figuras como Isaac Newton, John Locke e René Descartes, cujas ideias revolucionaram a compreensão do mundo.

Nesse contexto de efervescência intelectual, a Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, desempenhou um papel crucial na propagação do catolicismo, especialmente em regiões distantes. Com membros de vasta cultura e dedicação aos princípios cristãos, os jesuítas estabeleceram-se como uma força influente, tanto na Europa quanto nas colônias, como o Brasil, onde sua atuação deixou marcas duradouras, como os Centros Loyola que homenageiam seu fundador.

Apesar de suas missões serem distintas, tanto os iluministas quanto os jesuítas buscavam moldar o mundo à sua maneira, os primeiros através da razão e da ciência, e os segundos através da fé e da educação religiosa.

Em 1549, com o apoio do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, a Companhia de Jesus chegou ao Brasil, desembarcando na Bahia com os primeiros missionários jesuítas, considerados verdadeiros defensores da fé cristã. Entre eles, destacaram-se Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira, submetidos a um regime de austeridade que os preparava para viver em locais distantes e adaptar-se às condições mais difíceis. Seu objetivo principal era instruir e converter os habitantes nativos do novo mundo à religião católica.

O atentado contra o rei D. José I, ocorrido em 1758, foi um acontecimento que teve repercussões profundas na política portuguesa e ofereceu ao Marquês de Pombal uma oportunidade perfeita para consolidar ainda mais o seu poder e minar a influência dos grandes grupos da nobreza, como os Aveiros e os Távoras. Esses nobres foram diretamente implicados no atentado, mas os jesuítas também não escaparam das acusações. O Marquês de Pombal usou

esse momento de crise para atacar a Companhia de Jesus, considerando-a uma ameaça à sua autoridade e à ordem estabelecida.

De maneira estratégica, e para evitar um confronto direto, Pombal orquestrou, por meio da Junta da Inconfidência, uma investigação detalhada que envolveu vários jesuítas, os quais foram acusados de conspirar contra a monarca. O Tribunal da Inconfidência, presidido por Pombal, concedeu um interrogatório rigoroso, tratando os jesuítas como autores da tentativa de regicídio. As acusações contra eles foram graves, incluindo alta traição, rebelião e parricídio, qualificando o crime como uma “lesa-majestade de primeira cabeça”, um crime que atentava diretamente contra o rei e, por extensão, contra a própria estabilidade do país.

Até aquele momento, os jesuítas tinham um papel central na educação em Portugal. A maioria das escolas de ensino básico eram administradas por eles, enquanto outras escolas pequenas eram mantidas pelos Oratorianos, pelas Câmaras Municipais ou pela Igreja, em regiões onde o ensino ainda era escasso. Nessas escolas, o foco estava no ensino de latim e das primeiras letras, fundamentais para o desenvolvimento intelectual da população, mas sempre dentro dos preceitos da Igreja. Além disso, a educação privada era fornecida por professores particulares, que atendiam as famílias mais abastadas.

No Brasil colonial, as atividades dos jesuítas eram amplamente direcionadas à evangelização, com esforços concentrados tanto nos aldeamentos quanto nos colégios. Nos aldeamentos, a conversão dos povos indígenas era conduzida por meio de um processo de catequese que se associava a práticas agrícolas, artesanais e à introdução de valores europeus. Essa abordagem buscava não apenas a adoção da fé cristã, mas também a integração dos indígenas a um modelo de vida mais próximo ao europeu, considerado pelos jesuítas como ‘civilizado’.

Não tinham as letras ‘F, nem L, nem R’, não possuindo ‘Fé, nem Lei, nem Rei’, vivendo ‘desordenadamente’. Essa suposição de uma ausência linguística e de ‘ordem’ revela, um tanto *avant la lettre*, o ideal de colonização trazido pelas autoridades portuguesas: superar a ‘desordem’, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei (Gandova, *apud* Villalta, 2002, p. 332).

Luís Antônio Cunha ressalta que essa combinação entre a educação religiosa e a formação em atividades práticas, como a produção artesanal e agrícola, servia como uma poderosa ferramenta de conversão, integrando os aspectos espirituais e materiais da vida cotidiana (Cunha, 2005). Assim, os jesuítas não apenas instruíam os indígenas nos preceitos da fé católica, mas também os preparavam para desempenhar funções úteis à estrutura econômica colonial, reforçando sua inserção no sistema de produção vigente. Esse método, embora efetivo

do ponto de vista dos jesuítas, também resultou no dismantelamento de tradições culturais indígenas, substituindo saberes ancestrais por valores e práticas impostas pelo colonizador.

Conforme destaca o autor, o papel educacional desempenhado pelos jesuítas no Brasil colonial apresentava uma ampla abrangência. O ensino de ofícios desempenhava uma função dupla: além de servir como uma ferramenta eficiente para a disseminação da fé cristã, contribuía para atender à necessidade crescente de formar uma mão de obra capacitada. Essa formação era essencial para suprir as demandas econômicas e sociais impostas pelo processo de colonização, garantindo não apenas o desenvolvimento de habilidades práticas, mas também a integração dos indígenas e outros grupos ao modelo de sociedade planejado pela Coroa Portuguesa e pela Igreja. Dessa forma, os jesuítas conciliavam interesses religiosos e econômicos, configurando sua atuação como um pilar central na estrutura colonial.

No Brasil, entretanto, a raridade de artesãos fez que os padres trouxessem irmãos oficiais para praticarem aqui suas especialidades como, também, e principalmente, para ensinarem seus misteres a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios. (...) Os irmãos procuravam reproduzir nas oficinas as práticas de aprendizagem de ofícios vigentes na Europa, onde eles próprios aprenderam. Por isso, davam preferência às crianças e aos adolescentes, aos quais iam sendo atribuídas tarefas acessórias da produção (Cunha, 2005, p. 32).

Ao assumirem o papel de formar uma mão de obra mais qualificada para atender às demandas da colonização, os jesuítas desempenharam um papel crucial na capacitação de diversos grupos sociais. Além de instruírem os indígenas que eram alvo direto de suas ações evangelizadoras, eles também treinaram africanos escravizados em uma variedade de ofícios, visando integrá-los às atividades produtivas da colônia. Essa abordagem não apenas contribuiu para a propagação da fé cristã, mas também respondeu às exigências econômicas do período, garantindo que tanto indígenas quanto africanos fossem preparados para desempenhar funções essenciais nas estruturas econômicas e sociais do Brasil colonial.

Os jesuítas desempenhavam suas atividades educacionais em dois principais locais: os aldeamentos e os colégios. Acredita-se que essa divisão reflete finalidades distintas: nos aldeamentos, a ênfase estava na formação de mão-de-obra, com algum acesso básico ao letramento, enquanto a prioridade era a formação religiosa e humanística voltada para o ingresso nas universidades portuguesas. Nos aldeamentos, os padres buscavam catequizar os indígenas e escravizados, proporcionando-lhes uma educação fundamentada na preservação dos valores cristãos e na integração à cultura europeia. Por outro lado, nos colégios, a formação era mais estruturada, com disciplinas voltadas para o ensino superior e preparação de uma elite educacional. Essa separação demonstra a complexidade da organização educacional jesuítica, que buscava atender tanto às necessidades práticas de formação de mão-de-obra quanto às

demandas culturais e sociais de uma elite com acesso às instituições acadêmicas portuguesas. Como ressaltado por Hoornaert (2012), essa abordagem foi fundamental para moldar uma sociedade dividida entre camadas sociais, cada uma com diferentes acessos ao conhecimento e formação.

Os jesuítas eram frequentemente criticados como atrasados no campo educacional pelos defensores da reforma pombalina, que os viam como “prisioneiros da orientação religiosa, contrapondo-se, em parte, ao espírito científico nascente” (Villalta, 2002). No entanto, estudos recentes demonstram que essa visão não condiz totalmente com a realidade da época. Em seu artigo, Villalta apresenta alguns mitos sobre a educação jesuítica: “nem os jesuítas foram tão obscurantistas como se dizia, nem os Reformistas Ilustrados foram tão reformadores” (Villalta, 2002). O autor explica que “os jesuítas estiveram a par da revolução científica, conhecendo as novas metodologias propostas, o método experimental nas Ciências da Natureza e as descobertas astronômicas. A divulgação dessas novas ideias pelos inicianos, porém, foi restrita” (Villalta, 2002).

De fato, os jesuítas desempenharam um papel crucial na formação da elite colonial da época, mas sua atuação não se restringia apenas à reprodução de dogmas religiosos. Eles buscaram educar com um enfoque humanístico, preparando seus alunos não apenas para os desafios espirituais, mas também para os desafios do mundo secular, adaptando-se, em certa medida, às necessidades práticas da sociedade colonial. No entanto, ao contrário dos reformistas ilustrados, os jesuítas mantiveram-se reticentes à propagação ampla e irrestrita das novas descobertas científicas e metodologias inovadoras. Esse caráter seletivo refletia a preocupação em conciliar os avanços científicos com os valores morais e religiosos que defendiam.

Assim, enquanto educavam a elite colonial, moldavam suas mentes dentro de uma perspectiva que prezava pelo equilíbrio entre tradição e inovação, sempre guiados por sua missão de formar não apenas homens instruídos, mas também comprometidos com os princípios da Igreja Católica e leais à Coroa portuguesa.

Tornando-se um perigo para a Coroa. Os jesuítas detinham um poder considerável que parecia ameaçar a centralização e o controle absoluto da Coroa. A reforma pombalina na educação, inserida em um contexto mais amplo de transformações políticas e sociais, reflete o auge do pensamento iluminista na sociedade portuguesa e em seus domínios coloniais durante o século XVIII. A expulsão dos jesuítas em 1759 representa um momento decisivo, interrompendo, de forma radical, o percurso consolidado da Companhia de Jesus no Brasil e em outras colônias portuguesas. Essa proposta é amplamente conhecida como Reforma

Pombalina, estruturada com base nos ideais iluministas que pregavam a necessidade de racionalização e controle estatal sobre todas as áreas da sociedade, especialmente a educação.

Carlota Boto, com base nas contribuições de Maxwell, destaca que (Boto, 2010): "A Coroa, ao iniciar um processo de estruturação educacional em Portugal e seus domínios, eliminando, principalmente, a educação escolar conduzida pela Companhia de Jesus, poderia recorrer a ordens religiosas que, embora presentes, tinham menor expressão na educação do Brasil Colonial. No entanto, devido à secularização, os jesuítas não foram substituídos por outra ordem, como aponta Cunha (2005)."

Essa mudança, portanto, buscava não apenas reformar a organização educacional, mas também exercer um controle mais rígido sobre a sociedade colonial. A Reforma Pombalina visava desconstruir o monopólio dos jesuítas no campo educacional e religioso, substituindo-o por uma educação laica e alinhada às necessidades do Estado absolutista, que buscava maior autonomia em relação às ordens religiosas. Assim, a secularização do ensino foi uma forma de assegurar o poder estatal sobre as estruturas educacionais, diminuindo a influência jesuítica e permitindo uma maior intervenção nas políticas sociais, econômicas e políticas coloniais.

As mudanças promovidas pela reforma pombalina refletem um processo centralizador e a criação de uma estrutura administrativa que transfere a responsabilidade pela educação à Coroa. Embora seja frequentemente associada a uma alteração nos métodos de ensino, a transferência dessa responsabilidade para o Estado vai além da simples mudança metodológica. Ela simboliza a elevação da educação a uma verdadeira política de Estado, que busca não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação de uma população alinhada com os interesses políticos e ideológicos do governo absolutista. Essa transformação amplia o controle do Estado sobre as instituições educacionais, moldando os currículos e orientando os conteúdos de acordo com as necessidades do regime, garantindo uma maior homogeneidade nas práticas educacionais e na formação dos cidadãos. Além disso, essa centralização reflete uma tentativa de romper com a influência das ordens religiosas e de outras instituições que anteriormente desempenhavam papel significativo na educação, como a Companhia de Jesus, promovendo uma educação secular e ajustada aos interesses do Estado.

Entretanto, a Coroa buscava rearticular-se politicamente sem comprometer as relações estamentais que asseguravam os privilégios da nobreza. Dessa forma, tratou-se de uma ilustração parcial, focada apenas na relação entre a igreja e a nobreza, sem contemplar completamente as ideias iluministas com abertura para uma burguesia emergente. Embora tenha surgido em meio ao movimento iluminista, a reforma pombalina se limitou a reestruturar a educação sob uma ótica mais centralizadora, sem integrar plenamente os valores de liberdade e

igualdade propostos pelas ideias iluministas. Villalta, Morais & Martins (2015) destacam que essas mudanças não ocorreram de forma imediata ou isolada. Mesmo antes da expulsão dos jesuítas, a Coroa já implementava ações alinhadas com o provável curso reformista. Não se pode afirmar com certeza se essas medidas eram preparatórias para a reforma pombalina, mas tinham o mesmo fundamento: o desconforto com o controle exercido pelos jesuítas sobre a educação e a necessidade de centralizar a administração educacional sob o domínio estatal. Essas ações iniciais se manifestaram, principalmente, nos aldeamentos indígenas (Cunha, 2005), onde a Coroa procurava limitar a influência jesuítica e fortalecer sua própria presença na educação e na administração colonial.

Os jesuítas possuíam uma estrutura sólida e uma tradição profundamente enraizada, que foi abruptamente interrompida por um governo que não estava devidamente preparado para assumir tal responsabilidade. Com a rejeição portuguesa ao método jesuítico, a expulsão representou mudanças significativas no formato e nas prioridades de ensino. No entanto, o maior desafio da reforma pombalina foi a ruptura com o sistema anterior, marcando a primeira descontinuidade na história da educação do Brasil. O problema subsequente foi a implementação de um sistema que não funcionou tão eficazmente quanto o anterior.

As aulas régias, consideradas o primeiro ensino laico e público em Portugal, eram distintas da pedagogia jesuítica, pois se estruturavam em disciplinas isoladas (Villalta, Morais & Martins, 2015). A reforma educacional pombalina resultou de uma fundamentação teórica iluminista, inspirada em ideias do movimento ilustrado, acompanhada por uma reforma legislativa correspondente e pela criação de um novo sistema de ensino laico. Contudo, essa transformação não ocorreu de forma uniforme, uma vez que as tensões entre o ideal iluminista e a estrutura aristocrática ainda influenciavam profundamente as relações políticas e sociais.

A transformação nos métodos de ensino planejada pelo Marquês de Pombal não foi uma invenção exclusiva de seu período no poder. Outros governantes, como D. João V e D. Maria I, que lideraram antes e depois de D. José I (durante o qual Sebastião José de Carvalho e Melo atuou), também apresentaram indícios dessa influência do Iluminismo. Portanto, é crucial destacar que as mudanças na sociedade portuguesa lideradas pelo Marquês de Pombal foram sustentadas pelos ideais iluministas presentes em Portugal. No entanto, devido à influência da Igreja Católica, esses ideais possuíam características únicas que os diferenciavam do modelo encontrado em outras nações europeias, como França, Inglaterra e Alemanha (Saviani, 2014).

O indivíduo ideal para a nova sociedade em desenvolvimento seria formado através da educação. Consequentemente, a metodologia jesuítica já não se alinhava com os interesses dos

Estados Modernos em formação. Assim, surge a ideia de educação pública sob o controle dos Estados Modernos.

De acordo com Saviani (2014), as mudanças promovidas por Pombal na organização educacional:

Defendia o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitaristas; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência (p. 80).

As ações do governo de Pombal em Portugal, como a expulsão dos jesuítas de seus territórios, abriram espaço para um Iluminismo moderado, com um viés científico (mantendo, no entanto, a conexão com o conhecimento literário, a imitação e a memorização). Essas medidas também impulsionaram o sistema de ensino, tanto o básico quanto o secundário, este último sendo fundamental para a formação de uma administração pública moderna e eficiente, capaz de atender às demandas da nova era (Shigunov Neto, 2015).

Para entender plenamente essa reforma, é necessário analisar a conjuntura portuguesa, considerando suas complexas relações de poder, a estrutura aristocrática e o império colonial. A tentativa de implementar um novo modelo de ensino desconsiderou a tradição histórica e a experiência acumulada pelo sistema jesuítico, resultando em um ambiente educacional que, embora inovador em certos aspectos, enfrentava dificuldades práticas para atender às necessidades de toda a população. Assim, a reforma pombalina se consolidou como um ponto de ruptura na estrutura educacional brasileira, ao mesmo tempo em que refletia as tensões entre modernidade e tradição, secularização e controle político.

É essencial compreender o verdadeiro impacto da reforma promovida durante o período pombalino. Além do movimento político de centralização do poder e da secularização impulsionada pelo absolutismo português, a reforma representou uma ruptura significativa para a introdução de um método que, ao fim, gerou dúvidas sobre sua eficácia e abrangência. A historiografia questiona se, de fato, houve uma transformação profunda ou se tratou mais de um jogo de poder com mudanças pouco claras.

Do ponto de vista teórico, as concepções educacionais não foram totalmente desconstruídas com a expulsão dos jesuítas. Conforme aponta Villalta (2002), a reforma manteve elementos do ensino anterior, como o uso das cartas do padre jesuíta Antônio Vieira para o ensino da gramática portuguesa, além da memorização e repetição de passagens de

escritos latinos, práticas que permaneceram cultivadas e valorizadas após a reforma (Villalta, 2002).

A reforma educacional pombalina, que teve início em Portugal e seus domínios, não seguiu um padrão uniforme em todas as localidades. Seco e Amaral também destacam o legado deixado pelos jesuítas após sua expulsão e o que não conseguiu alcançar o Brasil devido à implementação tardia da reforma em território português. No Brasil, as reformas demoraram a chegar, o que é compreensível considerando a condição colonial do país. A expulsão dos jesuítas ocorreu, mas não houve um planejamento estrutural claro para substituir suas atividades ou entender plenamente suas funções educacionais.

Consequentemente, a Coroa enfrentou dificuldades para alcançar as regiões mais afastadas, especialmente no Brasil. Observamos uma reforma educacional que priorizou certas localidades em detrimento de outras, o que refletiu nas limitações do alcance do novo modelo em todo o território colonial (Villalta, Morais & Martins, 2015). Além disso, a implementação das novas instituições educacionais nem sempre acompanhava as necessidades locais, resultando em desigualdades regionais e em uma adaptação lenta às realidades distintas do Brasil.

De maneira estratégica, e para evitar um confronto direto, Pombal orquestrou, por meio da Junta da Inconfidência, uma investigação detalhada que envolveu vários jesuítas, os quais foram acusados de conspirar contra a monarca. O Tribunal da Inconfidência, presidido por Pombal, concedeu um interrogatório rigoroso, tratando os jesuítas como autores da tentativa de regicídio. As acusações contra eles foram graves, incluindo alta traição, rebelião e parricídio, qualificando o crime como uma “lesa-majestade de primeira cabeça”, um crime que atentava diretamente contra o rei e, por extensão, contra a própria estabilidade do país.

Nesse contexto, a educação passou a ser vista como uma ferramenta política, subordinada às diretrizes da Coroa, mas ainda não completamente ajustada às especificidades das colônias. O legado jesuítico, com sua ênfase em uma formação mais humanística e religiosa, contrastava com o ensino laico e técnico promovido pela reforma pombalina, o que gerou tensões entre esses dois modelos educacionais e suas respectivas funções na sociedade colonial.

Até aquele momento, os jesuítas tinham um papel central na educação em Portugal. A maioria das escolas de ensino básico eram administradas por eles, enquanto outras escolas pequenas eram mantidas pelos Oratorianos, pelas Câmaras Municipais ou pela Igreja, em regiões onde o ensino ainda era escasso. Nessas escolas, o foco estava no ensino de latim e das primeiras letras, fundamentais para o desenvolvimento intelectual da população, mas sempre

dentro dos preceitos da Igreja. Além disso, a educação privada era fornecida por professores particulares, que atendiam as famílias mais abastadas.

A expulsão dos jesuítas e a subsequente reformulação da estrutura educacional em Portugal, orquestrada por Pombal, representaram um marco na história do país. A educação deixou de ser amplamente controlada pelos jesuítas e passou a ser reestruturada de acordo com os interesses do governo, com a introdução de um ensino mais laico e voltado para as necessidades do Estado. Esse processo não apenas enfraqueceu o poder da Igreja, mas também refletiu as profundas mudanças sociais e políticas que ocorreram em Portugal, marcando o início de uma nova fase na educação e no controle social no país.

A expulsão em 1759, determinada por uma sentença publicada em 12 de janeiro, representou um marco decisivo no controle do ensino em Portugal e nas suas colônias. Pouco tempo depois, em 28 de junho, um Alvará Régio proibiu formalmente a atuação dos jesuítas nas escolas, não apenas em Portugal, mas também nos domínios portugueses além-mar. Este alvará, além de retirar dos jesuítas o direito de ensinar, distribuirá uma nova metodologia para as Escolas Menores, criando a carga de Diretor-geral dos Estudos e fundando o Colégio dos Nobres em Lisboa, com o objetivo de reorganizar e centralizar o ensino no Reino.

No mesmo ano, em 3 de setembro, o governo intensificou sua ação contra a Companhia de Jesus, resultando na desnaturalização, prisão e expulsão de seus membros. Essa medida comprometeu o funcionamento dos colégios jesuítas e dificultou o retorno da estrutura educacional tradicional. A extinção repentina dessas instituições, conforme aponta Antônio Leite, provocou uma verdadeira crise na educação brasileira. O vazio deixado pela saída dos jesuítas impôs grandes desafios ao Estado, que precisou buscar alternativas rápidas para manter o controle sobre a formação intelectual e moral da sociedade. O impacto dessa decisão foi profundo, afetando tanto o ensino básico quanto a formação de uma nova elite intelectual.

Monteiro (2009) salienta sobre a relação entre a Igreja Católica e a formação das elites brasileiras a partir do início do século XX, destacando o protagonismo dos jesuítas na romanização do catolicismo e na reorganização moral e espiritual da sociedade. Seu estudo insere-se no campo das interações entre educação, religião e poder, evidenciando como as instituições educacionais da Companhia de Jesus se tornaram instrumentos estratégicos da restauração católica no Brasil republicano.

A autora define a romanização do catolicismo como um processo de reestruturação institucional da Igreja, orientado pelas diretrizes da Cúria Romana e impulsionado pela política ultramontana — movimento que reafirmava a autoridade papal em oposição às transformações da modernidade, como a laicização do Estado, o avanço do liberalismo e a disseminação do

racionalismo científico. Após a separação entre Igreja e Estado, com a Proclamação da República, o catolicismo brasileiro precisou redefinir suas estratégias de influência, intensificando o investimento na formação do clero e das elites leigas. Por meio da educação, a Igreja buscava reconstruir sua autoridade moral e simbólica e assegurar sua presença na vida pública.

Os jesuítas tiveram papel decisivo nesse projeto, fundando colégios e seminários voltados à instrução e à formação moral das classes dirigentes. Sua pedagogia combinava disciplina rigorosa, hierarquia e orientação moralizante, com o objetivo de moldar comportamentos e valores em consonância com a ortodoxia católica. Como afirma Monteiro (2009), “[...] os jesuítas tornaram-se, no país, os maiores promotores do catolicismo romanizado, utilizando para isso o valioso instrumento das Congregações Marianas”, que funcionavam como espaços de sociabilidade religiosa e formação de lideranças leigas comprometidas com a Igreja.

Ao controlar o sistema de ensino confessional, a Companhia de Jesus reafirmou sua função civilizadora, promovendo uma pedagogia voltada à formação de sujeitos disciplinados, virtuosos e comprometidos com os princípios cristãos. Essa prática educativa ia além da simples transmissão de conhecimentos formais, constituindo um projeto de formação integral — intelectual, moral e espiritual — que visava sustentar uma ordem social inspirada nos valores católicos diante da crescente secularização do ensino público (Monteiro, 2009).

Monteiro (2009) também analisa a permanência do *Ratio Studiorum* como base pedagógica nos colégios jesuítas. Fundado em valores como obediência, disciplina e emulação, o modelo orientava o ensino para o desenvolvimento do caráter e da virtude, reafirmando o papel da escola como instrumento de controle moral e social. Essa pedagogia, ao mesmo tempo humanista e disciplinadora, buscava formar lideranças intelectualmente preparadas e moralmente submissas à autoridade eclesiástica.

Ao examinar o Colégio Catarinense e o Colégio Anchieta, Monteiro demonstra que ambas as instituições compartilhavam uma cultura escolar voltada à formação de “sujeitos regulados, empreendedores e refinados”, preparados para exercer funções de liderança política, econômica e religiosa (Monteiro, 2009). Esses colégios transcendiam a função de simples centros de ensino, tornando-se espaços de socialização moral e espiritual, onde as Congregações Marianas desempenhavam papel essencial na interiorização dos valores católicos. Assim, o processo educativo ultrapassava o ambiente escolar, estendendo-se à vida cotidiana e contribuindo para consolidar uma elite católica comprometida com a manutenção da ordem social e da tradição cristã.

4. JESUÍTAS EM SANTA CATARINA

A atuação dos jesuítas em Santa Catarina, conforme examina Oswaldo Cabral em *Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*, desenvolveu-se ao longo de três momentos históricos distintos, cada um marcado por contextos e objetivos específicos. O primeiro tem início no século XVI, quando os missionários jesuítas chegaram à região com a missão de catequizar os povos indígenas do litoral, especialmente os Carijós. Essas ações iniciais de evangelização foram fundamentais para o estabelecimento da presença religiosa europeia na região. O segundo momento ocorre no século XVIII, quando a Companhia de Jesus consolida institucionalmente sua presença em Santa Catarina. Nesse período, os jesuítas fundam residências e colégios, em estreita colaboração com os interesses da Coroa portuguesa e da Igreja Católica, inseridos no esforço mais amplo da Contrarreforma de reafirmar a fé e a autoridade eclesiástica nas colônias. Já o terceiro e último ciclo, no século XIX, representa uma fase de renovação das atividades missionárias e educacionais da ordem. Destaca-se, nesse contexto, a fundação de um colégio de humanidades na cidade do Desterro, atual Florianópolis, voltado à formação intelectual e moral da juventude local. No entanto, esse promissor empreendimento foi interrompido de forma trágica em 1849, quando uma epidemia de febre amarela assolou a região, vitimando membros da comunidade jesuíta e levando ao encerramento de suas atividades na província.

Figura 2 – Fachada do Colégio Catarinense em 2014



Fonte: Hansen (2014)

4.1 Atuação dos Jesuítas em Santa Catarina do Séc. XVI ao XIX

Figura 3 – Reunião dos Jesuítas com o Papa



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Desde os primeiros contatos dos europeus com a costa de Santa Catarina, os jesuítas desempenharam um papel ativo na evangelização dos povos indígenas, especialmente dos Carijós, cujas aldeias se espalhavam desde o sul de Cananéia até a região do Rio da Prata. Entre os missionários que se destacaram nesse processo está o padre Leonardo Nunes, conhecido

como "Abarebebê", cuja atuação itinerante já era registrada na ilha de Santa Catarina por volta de 1553. Esses religiosos tinham como missão principal a conversão e a proteção dos indígenas, enfrentando adversidades não apenas naturais, como o terreno inóspito e os longos deslocamentos, mas também os interesses econômicos dos colonizadores e proprietários de terra que pretendiam escravizar a população nativa (Cabral, 1940).

Ao chegarem ao Brasil, os membros da Companhia de Jesus encontraram uma realidade bastante distinta daquela vivida pelos seus confrades na Europa. Deparam-se com um território de dimensões imensas, com condições geográficas desafiadoras, populações indígenas culturalmente diversas e escassos recursos materiais.

As dificuldades eram inúmeras. Os missionários jesuítas precisavam atravessar longas distâncias a pé ou por rios, muitas vezes nadando em águas geladas e enfrentando animais selvagens. A alimentação era precária: em tempos de escassez, sobreviviam com frutas e palmito cozido. Conforme relata Oswald (2010), entre as principais queixas dos jesuítas estavam a ausência de alimentos básicos como pão de trigo, sal, azeite e vinho — itens considerados essenciais para manter não apenas a saúde, mas também as práticas litúrgicas e a rotina religiosa.

A escassez de missionários e as grandes distâncias entre as vilas e os aldeamentos indígenas tornavam a missão jesuítica especialmente exaustiva. O esforço para evangelizar e manter a presença da Companhia de Jesus em regiões tão extensas exigia dedicação intensa e enfrentamento de inúmeras dificuldades. Com o passar do tempo, mais missionários passaram a desembarcar no Brasil, cada um com funções distintas: alguns vinham com o propósito de se dedicar à oração, outros para administrar os bens e propriedades da ordem, alguns atuavam na cozinha ou se encarregavam da pregação e do ensino. Isso evidencia um aspecto relevante: os jesuítas no Brasil colonial não exerciam uma única função homogênea, mas se dividiam em diferentes responsabilidades, contribuindo de maneiras diversas para a vida social, religiosa e econômica da colônia.

Entre esses colaboradores, havia também os chamados "padres pintores", responsáveis pela ornamentação dos altares e tetos das igrejas. Por meio de suas pinturas, representavam cenas da vida de Cristo, santos e passagens bíblicas. Muitos desses religiosos já haviam atuado em outras regiões do mundo, como África, China e Índia, e trouxeram ao Brasil técnicas artísticas refinadas, que deixaram marcas duradouras na estética das igrejas barrocas do país.

Um dos papéis mais relevantes desempenhados pelos jesuítas na colonização do Brasil foi a mediação cultural com os povos indígenas. Para que a evangelização fosse eficaz, tornou-se fundamental o domínio da língua nativa. Os jesuítas se dedicaram ao estudo aprofundado da

língua tupi, traduzindo catecismos, orações e ensinamentos cristãos para facilitar a catequese. Com a intensificação do tráfico de escravizados africanos, esse esforço linguístico se expandiu também para os idiomas de origem africana, permitindo aos padres estabelecer comunicação e realizar seu trabalho pastoral junto a esses grupos.

Além de se dedicarem ao aprendizado das línguas africanas, os jesuítas deixaram uma marca profunda na formação cultural do Brasil colonial, especialmente por meio de sua atuação na construção de espaços religiosos e na educação. Com o apoio e o trabalho dos povos indígenas, contribuíram diretamente para a edificação de igrejas, capelas e centros de catequese que, ainda hoje, ajudam a contar parte da história das primeiras comunidades coloniais.

Entre as estratégias que adotaram para aproximar e catequizar os povos originários, destaca-se a criação dos aldeamentos. Esses espaços não eram apenas locais de evangelização: neles, os indígenas aprendiam a cultivar a terra, a criar animais e, pouco a pouco, eram introduzidos ao mundo da leitura e da escrita. Os aldeamentos funcionavam como pequenos núcleos de convivência e transformação, nos quais os jesuítas buscavam conciliar ensinamentos religiosos com práticas do cotidiano. Nesse processo, tentavam, à sua maneira, integrar os nativos a um novo modo de vida, marcado pela fé cristã e pelos valores da sociedade colonial europeia.

Nesse contexto, em relação à formação dos aldeamentos, Pompa (2002) destaca que se tratava de:

[...] uma especificidade brasileira, onde índios de diferentes grupos étnicos seriam reunidos e mantidos sob a administração espiritual e temporal jesuítica, separados da população europeia. Os "descimentos", mediante os quais os inácianos convenciam os índios a deixar suas moradas e se reunir em aldeias mais próximas do litoral, tornaram-se uma prática costumeira na catequese (p.90).

Os aldeamentos eram, em geral, estabelecidos em áreas afastadas dos centros coloniais, uma vez que os colonos, contrariando os esforços e a vontade dos missionários, frequentemente invadiam esses espaços com o objetivo de capturar os indígenas e submetê-los ao trabalho forçado. De acordo com Shigunov *et al.*, (2008), estes tinham objetivos triplos: políticos, econômicos e doutrinários. Politicamente, os indígenas convertidos eram empregados para subjugar outras comunidades que os colonos consideravam "selvagens"; economicamente, essas vilas incentivavam a prática do trabalho, elemento central na formação da sociedade brasileira; e, doutrinariamente, os missionários utilizavam esses espaços para transmitir os preceitos da fé cristã aos nativos.

A intervenção jesuítica nas missões do Brasil apresenta uma característica particularmente relevante: a ausência de uma tradição religiosa escrita entre os povos indígenas

permitiu aos jesuítas impor suas doutrinas com pouca contestação. Nesse contexto, os missionários viam os indígenas como seres, por assim dizer, puros e desprovidos de religião, assumindo o papel de pastores cuja missão era conduzir as "ovelhas perdidas" para o rebanho da cristandade (Assunção, 2003). Essa postura evidencia que a cultura dos povos nativos raramente era considerada, priorizando-se unicamente a imposição dos dogmas da Igreja Católica.

Ainda é importante sublinhar que o termo "índio" não abrange uma única cultura; o território brasileiro sempre foi, e continua a ser, o lar de uma multiplicidade de culturas indígenas. Contudo, os colonos frequentemente reduziam essa diversidade a uma dualidade simplista, classificando os povos nativos entre os mais dóceis e os mais agressivos.

No início do século XVII, os padres João Lobato e Joaquim Rodrigues chegaram à região dos Patos, correspondente atualmente ao sul de Santa Catarina, onde organizaram pequenas comunidades voltadas à catequese dos povos indígenas. Apesar dos inúmeros obstáculos — entre eles, a recorrente escravização dos nativos por colonos, mesmo quando estavam sob a proteção dos missionários —, os jesuítas mantiveram sua atuação. Em 1622, foi estabelecida a primeira residência da Companhia de Jesus na ilha de Santa Catarina, sob a liderança do padre Antônio de Araújo. Esse espaço tornou-se um importante núcleo de evangelização e atividades educativas (Cabral, 1940).

Nos primeiros anos de sua presença no Brasil, os jesuítas exerciam suas funções em instalações bastante modestas. Contudo, com o tempo, novas e mais estruturadas edificações foram sendo erguidas. Um marco significativo nesse processo foi a inauguração, em 1590, do Colégio de Jesus em Salvador — o primeiro colégio da ordem no país —, ao lado do qual foi construída uma igreja, evidenciando a integração entre educação e religiosidade.

Ao refletirmos sobre o papel dos jesuítas na formação educacional do Brasil, é possível reconhecê-los como os primeiros educadores formais do território. Foram eles os responsáveis por instituir as primeiras escolas e por sistematizar a prática do ensino. A alfabetização — leitura, escrita e noções de cálculo — era vista como um instrumento indispensável para a catequese dos povos indígenas. Nesse sentido, os colégios jesuíticos foram concebidos como centros que combinavam instrução religiosa e escolarização básica, sendo denominados "escolas de ler, escrever, contar e doutrinar".

No entanto, é importante reconhecer que a educação ofertada pelos jesuítas também funcionava como um mecanismo de assimilação cultural e de dominação simbólica. Por meio da transmissão de valores cristãos e da imposição da língua portuguesa, as instituições jesuíticas

contribuíram para a transformação — muitas vezes forçada — das cosmovisões indígenas, substituindo práticas e saberes tradicionais por modelos europeus.

Com o fortalecimento estratégico da Capitania de Santa Catarina, o rei D. José I ordenou, em 1750, a fundação de um colégio jesuíta na vila do Desterro, atual Florianópolis, com o objetivo de oferecer formação religiosa e intelectual à juventude local, moldando-a nos valores da fé católica. A instituição foi instalada com o apoio da Coroa portuguesa, ainda que de maneira modesta, tanto em termos de estrutura física quanto de recursos. No entanto, o cenário político da época, marcado por disputas de poder e pela crescente desconfiança da monarquia em relação à influência jesuítica, levou à expulsão da ordem em 1759, conforme o decreto promulgado pelo Marquês de Pombal, que determinou a retirada dos jesuítas de todos os territórios sob domínio português (Cabral, 1940).

As primeiras escolas criadas pela Companhia tinham como propósito educar os filhos dos colonos e os curumins — como eram chamados os filhos dos povos indígenas. Nesses espaços de ensino, as crianças aprendiam a ler, escrever, realizar operações aritméticas básicas, além de receberem instrução religiosa por meio do catecismo. Outras atividades, como teatro, dança e música, também faziam parte do currículo. Com o tempo, esse ensino elementar passou a ser estendido também a crianças escravizadas de origem africana.

A formação oferecida aos filhos dos colonos, no entanto, era mais ampla e estruturada. Visava prepará-los não apenas para a vida religiosa, como futuros missionários, mas também para dar continuidade aos estudos nas universidades portuguesas, já que, até a Independência do Brasil, não havia instituições universitárias no território colonial.

O modelo pedagógico adotado pelos jesuítas era notoriamente rígido em relação à disciplina e ao comportamento dos alunos. Aqueles que não se adequavam às normas eram submetidos a punições, cuja intensidade variava conforme a idade. Os mais velhos eram inicialmente advertidos em particular e, se reincidentes, repreendidos em público. Os estudantes mais novos podiam ser punidos fisicamente: os de idade intermediária recebiam castigos com palmatórias, enquanto os mais jovens eram, por vezes, submetidos a açoites. De acordo com Assunção (2003), essas práticas tinham o objetivo de romper com os hábitos culturais dos indígenas, considerados pelos missionários incompatíveis com a moral cristã.

A fim de padronizar e organizar a atuação da Companhia de Jesus em suas instituições de ensino, foi elaborado na Europa um importante documento pedagógico: o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Este regulamento definia normas administrativas, curriculares e metodológicas para os colégios jesuíticos, servindo como base para a educação promovida pela ordem em diferentes partes do mundo.

Chegando ao Brasil em 1549 com a missão de contribuir para o projeto colonizador da Coroa portuguesa, os jesuítas acabaram assumindo um papel decisivo na difusão da cultura letrada no território colonial. Sua atuação foi essencial para a formação de uma nova identidade sociocultural, moldada pelos valores e princípios da fé cristã. Por meio das escolas primárias que estabeleceram, os inicianos facilitaram a expansão da língua portuguesa, promovendo o ensino sistemático de sua gramática em todos os colégios fundados pela Companhia de Jesus (Cabral, 1940).

Essas instituições também foram responsáveis pela formação intelectual de muitas figuras proeminentes do período colonial, como Frei Vicente do Salvador, Gregório de Matos, Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto, entre outros. O vínculo entre a história da educação brasileira e o processo de constituição do Estado nacional se torna evidente desde esses primeiros esforços de alfabetização. Como destaca Araújo, a educação no século XVI era predominantemente religiosa, conduzida pelos jesuítas, e, já no século XVII, havia no Brasil leitores razoavelmente formados — embora esse perfil se restringisse a um grupo social específico: homens de origem rural ou burguesa, com formação liberal e recursos financeiros, o que marcava os contornos iniciais da educação formal no país. No entanto, ainda não havia um sistema público e laico de ensino; a instrução existente era quase exclusivamente voltada à leitura de textos religiosos e à catequese.

Com a promulgação da legislação pombalina, em meados do século XVIII, observou-se um paradoxo histórico: consolidou-se uma aliança entre fé cristã, monarquia e Estado moderno (Oliveira, 2010), que passou a sustentar ideologicamente o projeto de construção da nação brasileira. Nesse momento, o ensino de línguas estrangeiras e o saber comercial passaram a ser articulados à instrução formal, ao mesmo tempo em que se fortalecia o uso da língua portuguesa como elemento central da identidade nacional. A partir desse contexto, surgiram também as primeiras legislações educacionais e os passos iniciais para a institucionalização da profissão docente no Brasil.

Até o século XIX, a educação no país funcionava como um mecanismo de distinção e hierarquização social. A sociedade brasileira, ainda fortemente marcada por uma economia patriarcal e escravocrata, cultivava uma cultura elitista e excludente. O ensino era majoritariamente doméstico ou voltado às elites, e as oportunidades educacionais estavam longe de refletir qualquer ideal de igualdade. Em uma sociedade que se pretende efetivamente democrática, espera-se que as decisões e ações do governo reflitam os interesses e necessidades da população. No entanto, essa não era a realidade observada no Brasil no contexto referido. Além disso, as disparidades no acesso à educação entre homens e mulheres eram significativas,

e a atividade docente, por sua vez, não dispunha de uma formação adequada e estruturada para o exercício profissional. Apenas a partir da década de 1870 começaram a ser construídos os primeiros edifícios escolares. Embora houvesse um discurso de democratização do ensino, suas estruturas continuavam profundamente elitistas, inseridas em uma sociedade rural, patriarcal e excludente (Azevedo, 1958).

No século XIX, com a restauração da Companhia de Jesus, os jesuítas retomaram suas atividades em território brasileiro. Em 1836, um grupo de padres espanhóis, expulsos da Argentina, encontrou em Santa Catarina um novo campo de missão. A partir de 1843, estabeleceram uma residência na cidade do Desterro, assumindo a igreja do Rosário e promovendo missões itinerantes por toda a província. A iniciativa mais marcante desse período foi a fundação do primeiro colégio secundário jesuíta da região, que rapidamente se destacou pela qualidade de seu ensino. A instituição oferecia formação em latim, filosofia, línguas modernas, geografia e ciências, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento intelectual da juventude catarinense e deixando um legado educacional que ultrapassou os limites do seu tempo (Cabral, 1940).

O colégio jesuíta do Desterro atraiu estudantes não apenas de Santa Catarina, mas também de outras províncias do Império e de países da região do Prata. Em 1849, a instituição já contava com cerca de 75 alunos, entre internos e externos, contando com o apoio da comunidade local e o reconhecimento das autoridades imperiais. A importância do colégio foi tamanha que chegou a receber a visita do imperador Dom Pedro II, o que atesta sua relevância no cenário educacional da época (Cabral, 1940).

Entretanto, ainda naquele mesmo ano, uma severa epidemia de febre amarela atingiu Florianópolis com intensidade, afetando profundamente a comunidade escolar. O surto vitimou nove pessoas entre alunos e membros da ordem, incluindo o superior e professores, o que levou ao encerramento das atividades do colégio. O padre Berdugo, idealizador e responsável pela fundação da instituição, expressou com pesar que "Deus, por Sua própria mão, havia encerrado aquela casa" (Cabral, 1940). O fechamento abrupto do colégio representou uma perda significativa para a educação na província, sendo reconhecido inclusive pelas autoridades locais como um vazio difícil de ser preenchido.

A trajetória dos jesuítas em Santa Catarina, entre os séculos XVI ao XIX, foi marcada por perseverança diante das adversidades, influência cultural e religiosa duradoura, e uma contribuição inegável à educação. Desde as primeiras missões entre os povos indígenas no século XVI até a fundação do primeiro colégio de ensino secundário da província, a atuação da Companhia de Jesus foi essencial para a formação espiritual e intelectual da sociedade local. A

expulsão dos jesuítas no século XVIII e, posteriormente, o encerramento trágico do colégio no século XIX refletem não apenas os desafios enfrentados pelas ordens religiosas em contextos coloniais, mas também os limites impostos por epidemias e instabilidades políticas sobre projetos educacionais e evangelizadores.

4.2 Desterro e o Colégio Catarinense: a presença jesuítica na formação social e educacional de Florianópolis (1751–1905)

Figura 4 - Vista aérea das Avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz, em 1940



Fonte: arquivo público de SC, divulgação

“Os jesuítas voltaram a Desterro com o mesmo espírito da fundação: ensinar, moralizar, ordenar. No colégio, a cidade reencontrou sua alma.” (Cabral, 1970). A análise da presença jesuítica em Santa Catarina, especialmente entre os anos de 1751 e 1905, exige a consideração de aspectos que ultrapassam a mera descrição institucional. Trata-se de compreender como os jesuítas, por meio de sua atuação pedagógica e pastoral, influenciaram a organização social, política e simbólica de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. O retorno da Companhia de Jesus marcou um momento de rearticulação entre fé e conhecimento, reafirmando o papel da educação como instrumento de formação moral e intelectual. Nesse contexto, o Colégio Catarinense assumiu a função de centro irradiador de saberes e valores,

contribuindo para o fortalecimento das práticas religiosas, da vida cultural e da coesão social na cidade.

Ao longo do século XIX, o Colégio Catarinense consolidou-se como uma das instituições mais prestigiadas da província, tornando-se referência não apenas pela qualidade do ensino, mas também pela formação moral e religiosa que oferecia. A presença jesuítica contribuiu para a criação de um ambiente educacional que valorizava a disciplina, a retórica e o rigor intelectual — elementos que conferiam distinção social àqueles que por ali passavam. O colégio transformou-se em um espaço de sociabilidade das elites locais e de preparação das futuras lideranças políticas, administrativas e eclesiásticas da região. Essa influência extrapolava as fronteiras da sala de aula, estendendo-se à vida cultural e cívica de Desterro, cujos eventos, celebrações e produções intelectuais promovidos pela instituição integravam-se à dinâmica urbana. Assim, o Colégio Catarinense assumiu papel de destaque na formação da identidade urbana e na difusão de valores que marcariam profundamente o desenvolvimento histórico de Florianópolis.

A leitura historiográfica de Oswaldo Rodrigues Cabral evidencia que a presença jesuítica foi decisiva para a consolidação de uma identidade catarinense fortemente influenciada pela tradição cristã e pelos ideais de civilização e progresso que orientavam o pensamento do período. Ao destacar a importância do colégio como espaço de referência cultural e moral, Cabral interpreta a atuação dos jesuítas como elemento estruturante da vida social de Desterro. Mais do que uma instituição de ensino, o Colégio Catarinense representou um elo entre a formação educacional e a construção simbólica da cidade, refletindo a permanência de valores que moldaram o comportamento, a visão de mundo e as práticas cotidianas da população local.

Cabral — médico, político e historiador — oferece uma narrativa rica sobre a história catarinense, na qual os jesuítas aparecem como agentes de transformação e continuidade. Sua obra *História de Santa Catarina* (1970) constitui uma das principais referências deste capítulo, servindo de guia para o entrelaçamento entre educação, fé e identidade urbana. Ao longo das seções seguintes, serão abordadas a fundação de Desterro, a instalação do colégio jesuítico, sua supressão em decorrência da política pombalina e sua posterior rearticulação na segunda metade do século XIX, culminando na consolidação do Colégio Catarinense em 1905.

A vila de Nossa Senhora do Desterro foi fundada por Francisco Dias Velho, em 1673. A localização estratégica da ilha de Santa Catarina justificava o interesse da Coroa portuguesa, que buscava consolidar sua presença no sul do território brasileiro. A chegada dos imigrantes açorianos, entre 1748 e 1756, impulsionou o crescimento urbano, a formação de instituições religiosas e o início de uma vida educacional mais estruturada. Segundo Cabral (1970), os

colonos açorianos trouxeram consigo “a fé simples, a devoção mariana e a ideia de escola como extensão da igreja”. A organização social da vila era, portanto, profundamente marcada pelo catolicismo, o que favoreceu a instalação da Companhia de Jesus na região.

A presença açoriana imprimiu à vila traços culturais e religiosos característicos da identidade local, unindo tradição, religiosidade e um forte senso de comunidade. A educação, ainda que incipiente, assumia papel central na transmissão desses valores, sendo conduzida, em grande parte, por instituições vinculadas à Igreja. A chegada dos jesuítas representou, portanto, a consolidação desse ideal formativo, que via na instrução um meio de promover não apenas o conhecimento, mas também a moral cristã e a coesão social. Nesse ambiente, o ensino estava intimamente ligado à vida religiosa, e o colégio jesuítico surgiu como espaço de saber, fé e disciplina, refletindo o espírito de fundação que unia a missão evangelizadora à formação do homem cristão.

Com a instalação definitiva do Colégio Catarinense, a atuação dos jesuítas em Desterro passou a exercer papel decisivo na estruturação educacional e moral da população local. O colégio não se limitava à instrução formal, mas buscava moldar comportamentos e consolidar valores, tornando-se referência intelectual e espiritual. As atividades pedagógicas seguiam o rigor do método jesuítico, com ênfase na retórica, na lógica e na doutrina religiosa, formando jovens preparados para ocupar posições de destaque na sociedade. A influência da Companhia de Jesus ultrapassava, assim, os limites da sala de aula, alcançando a vida pública e cultural da cidade, que, sob sua orientação, encontrava um modelo de ordem, fé e civilidade.

Em 1751, os jesuítas fundaram o primeiro colégio da vila de Desterro, com o objetivo de oferecer instrução religiosa e moral à juventude local. Essa iniciativa integrava o projeto mais amplo da Companhia de expandir suas ações pedagógicas por todo o território colonial, atuando como agente civilizador e catequizador. Cabral (1970) enfatiza que esse colégio representava não apenas um avanço institucional, mas também a consolidação de uma elite letrada na ilha: “O ensino jesuítico não era só catequese; era também formação das lideranças, dos futuros administradores da província”. A proposta pedagógica incluía o ensino de letras, latim, retórica e doutrina cristã, seguindo o modelo dos colégios da Companhia no Brasil.

O ano de 1759 marcou a estagnação da presença jesuítica no Brasil. Por ordem do Marquês de Pombal, os padres da Companhia de Jesus foram expulsos de todos os domínios portugueses, sob a acusação de conspirarem contra a Coroa e impedirem o progresso do Império. Em Desterro, essa decisão implicou o fechamento do colégio, o que, segundo Cabral (1970), teve efeitos duradouros na vida cultural da vila: “A saída dos padres foi o silêncio da inteligência. A juventude ficou sem norte e a cidade sem guia”.

O autor lamenta o impacto da expulsão como um retrocesso na formação moral e intelectual da sociedade desterrense, destacando a ausência de alternativas consistentes à educação oferecida pelos jesuítas. Com o tempo, a reaproximação entre Igreja e Estado durante o Império permitiu o retorno dos jesuítas ao Brasil, em especial à região Sul. Em 1871, Desterro recebeu novamente os padres da Companhia, que reativaram o projeto de ensino. Esse retorno deu origem ao Colégio Catarinense, instituição que viria a se consolidar como referência em educação religiosa e clássica até os primeiros anos do século XX.

A leitura de Cabral sobre essa fase é marcada por entusiasmo. Para ele, “o retorno dos jesuítas foi como a volta dos guardiões da ordem; o colégio reassumiu seu papel de formador da elite catarinense” (CABRAL, 1970). As práticas pedagógicas foram atualizadas, incorporando novos conteúdos, mas mantendo o rigor disciplinar e a formação espiritual como eixos centrais. Em 1894, após os episódios da Revolução Federalista, a cidade teve seu nome alterado de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, em homenagem ao marechal Floriano Peixoto. A mudança, imposta pelo governo republicano, simbolizou o rompimento com o passado religioso e monárquico da cidade. Criticando essa renomeação, Cabral (1970) salienta: “Não se apagou apenas um nome. Roubou-se à cidade a sua origem, sua devoção, seu vínculo com a fé”.

Nesse cenário de transição política e cultural, o Colégio Catarinense manteve-se como espaço de preservação da identidade religiosa da cidade. Em 1905, a instituição foi definitivamente incorporada à rede jesuítica, reafirmando sua missão educativa em consonância com os princípios da Companhia de Jesus. A trajetória do Colégio Catarinense, entre 1751 e 1905, está profundamente vinculada à história de Nossa Senhora do Desterro — atual Florianópolis — e à presença jesuítica em Santa Catarina. A análise de Cabral permite compreender essa trajetória como expressão da relação entre fé, educação e projeto civilizatório. O colégio não foi apenas uma escola, mas um agente de estruturação social, repositório da tradição e guardião de uma memória que resiste mesmo diante das transformações políticas.

A trajetória dos jesuítas em Santa Catarina demonstra uma expressiva capacidade de reconstrução e continuidade, mesmo diante das rupturas impostas pelas reformas pombalinas e pelas transformações sociopolíticas que marcaram o advento da República. A análise historiográfica de Cabral evidencia a importância de compreender os colégios jesuíticos não apenas como instituições de ensino, mas como espaços estratégicos de poder simbólico e cultural, fundamentais para a conformação da identidade catarinense e para a consolidação de uma cultura educacional fortemente hierarquizada.

Sob essa perspectiva, a atuação da Companhia de Jesus — especialmente por meio do Colégio Catarinense — revela uma prática educacional voltada prioritariamente às elites locais. Embora os jesuítas sejam amplamente reconhecidos por sua contribuição à difusão do ensino no Brasil colonial e imperial, o acesso à educação promovida por suas instituições era restrito a um grupo seletivo de estudantes, geralmente oriundos de famílias economicamente privilegiadas e associadas às estruturas de poder político e religioso (SAVIANI, 2008). Em contrapartida, a maior parte da população — composta por indígenas, pessoas escravizadas, trabalhadores rurais e camadas urbanas populares — permanecia excluída do processo educacional formal, perpetuando um cenário de desigualdade e reforçando a manutenção de uma ordem social excludente (PAIVA, 2015).

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, essa seletividade educacional não pode ser interpretada como mero acaso histórico, mas como resultado das contradições estruturais do modo de produção e da organização social de seu tempo. A educação jesuítica, ao privilegiar determinados grupos, desempenhava um papel ideológico essencial, servindo à reprodução das relações de dominação e à perpetuação das condições materiais que sustentavam o poder das classes dominantes (SAVIANI, 2014). O Colégio Catarinense, nesse contexto, constituía-se como espaço de formação de sujeitos moldados para a manutenção da ordem social vigente, e não como instrumento de transformação ou emancipação social.

Registros históricos apontam que o número de alunos matriculados no Colégio Catarinense era reduzido em comparação com a população total de Florianópolis e das demais localidades em que os jesuítas atuavam (ALMEIDA, 2014). Essa limitação revela que o objetivo principal da educação jesuítica não era a universalização do conhecimento, mas a consolidação de um projeto pedagógico seletivo e voltado à formação das elites. A exclusão das camadas populares reforça o caráter excludente e hierarquizador da escola colonial, cuja retórica evangelizadora e moralizadora mascarava a função de controle social e cultural exercida pela Companhia de Jesus (BORGES, 2019).

Dessa forma, a análise crítica permite compreender que a educação jesuítica em Santa Catarina, embora amparada em propósitos formativos e civilizatórios, atuava como mecanismo de preservação das desigualdades estruturais. O distanciamento entre os que tinham e os que não tinham acesso à escola refletia uma lógica social de concentração do saber e do poder, conforme evidenciam as mediações históricas entre religião, economia e educação. Retomar os dados sobre o quantitativo e o perfil dos alunos atendidos pelo Colégio Catarinense possibilita compreender, em termos concretos, como o ensino jesuítico contribuiu para a reprodução das

hierarquias sociais e para a legitimação das elites no processo de formação da sociedade brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito compreender a contribuição do Colégio Catarinense, sob a direção da Companhia de Jesus, para a formação social da cidade de Santa Catarina entre os anos de 1751 e 1905. Buscou-se demonstrar como a presença jesuítica, ainda que marcada por interrupções e reconfigurações ao longo dos séculos, manteve-se como força ativa na consolidação de experiências educacionais, culturais e sociais, contribuindo decisivamente para a formação de uma elite intelectual, moral e política na região. Mais do que uma instituição de ensino, o Colégio Catarinense configurou-se como espaço de articulação entre o poder religioso e o civil, desempenhando papel estratégico na construção de uma identidade social e política alinhada aos interesses dominantes.

Compreender a trajetória do Colégio Catarinense é também compreender a dinâmica das relações sociais que o sustentaram. A pedagogia jesuítica, orientada por princípios de disciplina, obediência e excelência acadêmica, serviu não apenas à formação intelectual, mas sobretudo à manutenção de um projeto de sociedade hierarquizada e centralizadora. Sob o olhar do materialismo histórico-dialético, essa influência revela a função ideológica da educação, que, ao transmitir o conhecimento, também reproduz as condições de dominação presentes na base material da sociedade. Assim, o colégio se constituiu como instrumento de legitimação da ordem vigente, moldando a consciência das elites locais e consolidando um modelo de ensino excludente.

A partir de uma abordagem qualitativa e de um levantamento bibliográfico criterioso, foi possível compreender o papel estratégico do Colégio Catarinense enquanto instituição formadora de sujeitos e valores. O diálogo com autores como Manacorda (2006), Delumeau

(2004), Layola (2000), Leite (1993) e Paiva (2015), somado às análises de estudiosos da história local, como Oswaldo Rodrigues Cabral e Rogério Luiz de Souza, permitiu estabelecer conexões entre o contexto regional e as dinâmicas mais amplas da atuação jesuítica no Brasil. Esse entrelaçamento revelou como a história da educação catarinense está profundamente vinculada ao projeto pedagógico e civilizatório dos inacianos.

O recorte temporal adotado, entre 1751 e 1905, abrange um período de intensas transformações — desde o fortalecimento das missões jesuíticas até a consolidação do Colégio Catarinense após a restauração da Companhia de Jesus. A expulsão dos jesuítas em 1759 e o posterior retorno da ordem não significaram o fim de sua influência, mas a reconfiguração de um projeto educacional pautado pela disciplina, pela retórica e pela formação integral do indivíduo. Mesmo diante das instabilidades políticas e das mudanças que marcaram a passagem do período colonial ao republicano, os jesuítas conseguiram preservar princípios pedagógicos que articulavam fé, saber e moral, demonstrando notável capacidade de adaptação às novas realidades históricas.

Essa permanência indica que a ação jesuítica não se restringia a um ideal religioso, mas estava profundamente vinculada à reprodução das relações sociais de dominação. O modelo pedagógico implantado pelos inacianos respondia a interesses concretos das elites coloniais e republicanas, formando sujeitos voltados à manutenção da ordem e à obediência à hierarquia social. A ênfase na disciplina e na moral cristã operava como mecanismo de controle ideológico que naturalizava as desigualdades. Dessa forma, o Colégio Catarinense constituiu-se em espaço de formação intelectual e política, consolidando uma cultura escolar que refletia as contradições da sociedade brasileira e servia à legitimação das hierarquias econômicas e culturais.

Assim, o Colégio Catarinense ultrapassou os limites de uma simples instituição de ensino e tornou-se agente de produção cultural e moral, articulado aos interesses das elites e à construção de uma identidade social e política para Florianópolis. Embora o discurso jesuítico estivesse centrado na formação integral do homem cristão, na prática esse ideal serviu à consolidação de um modelo social excludente e eurocêntrico. O legado jesuítico em Santa Catarina deve, portanto, ser compreendido como parte de um projeto mais amplo de controle ideológico e formação de consciências, essencial para a manutenção das estruturas de poder. A formação oferecida, embora sofisticada e pautada por princípios humanistas, destinava-se a um público restrito — os filhos das famílias abastadas, ligadas ao poder político e econômico —, enquanto as classes populares, os indígenas e os escravizados permaneciam à margem desse processo.

Essa herança, lamentavelmente, ainda se reflete na atualidade. As marcas deixadas pela educação voltada à elite perduram na estrutura do sistema de ensino brasileiro, que historicamente se constituiu sobre bases desiguais. A dualidade entre uma formação de qualidade para poucos e uma instrução básica para muitos evidencia a continuidade de um projeto que, desde o período colonial, destinava à escola a função de reproduzir as relações de poder. Mesmo transformado por novas legislações e políticas públicas, o modelo educacional brasileiro ainda carrega os resquícios de um passado que associava o saber ao privilégio e a instrução à posição de classe.

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, as desigualdades educacionais não podem ser entendidas como simples falhas de gestão, mas como expressões das contradições do modo de produção capitalista. A escola, nesse contexto, cumpre tanto o papel de instrumento de emancipação quanto o de reprodução das condições de dominação. As diferenças de infraestrutura, de qualidade docente e de acesso às oportunidades não são disparidades pontuais, mas sintomas de um sistema que naturaliza a exclusão e mantém a lógica de que o conhecimento deve servir à manutenção da hierarquia social.

Compreender o projeto educativo jesuítico, portanto, é compreender as raízes históricas dessa exclusão que se atualiza sob novas formas. A ênfase jesuítica na formação moral e intelectual da elite moldou um ideal de educação seletiva e excludente, cujos ecos ainda se fazem ouvir na contemporaneidade. Apesar dos avanços obtidos por meio das políticas educacionais recentes, o país segue dividido entre um ensino voltado às classes privilegiadas e outro destinado à população trabalhadora. O desafio que se impõe é romper com esse legado histórico, transformando o conhecimento de privilégio em direito — condição indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

A realização desta pesquisa não esteve isenta de desafios. O recorte temporal amplo exigiu constante retomada de contextos históricos e leitura crítica das fontes disponíveis. As dificuldades de acesso ao acervo documental do Colégio Catarinense e às fontes primárias representaram limitações relevantes, especialmente quanto à caracterização do perfil social dos alunos atendidos. Ainda assim, tais obstáculos fortaleceram o rigor metodológico e aprimoraram a reflexão crítica, conduzindo a interpretações mais consistentes e contextualizadas.

Apesar dessas limitações, os ganhos intelectuais e pessoais foram expressivos. O contato com a história da educação e com as contradições do ensino jesuítico ampliou o horizonte analítico e despertou novas inquietações científicas, consolidando o interesse em aprofundar o tema em nível de doutorado. Revisitar a trajetória dos jesuítas em Santa Catarina foi mais do

que um exercício historiográfico — foi um processo de compreensão das continuidades e rupturas que atravessam a educação brasileira.

Concluir este trabalho representou um exercício de amadurecimento acadêmico e autocrítico. A pesquisa reafirma que compreender o passado educacional é também uma forma de repensar o presente e projetar o futuro. A permanência das desigualdades entre ricos e pobres, mais de dois séculos após a fundação do Colégio Catarinense, mostra que o país ainda carrega marcas profundas de um modelo que serviu mais à conservação da ordem social do que à emancipação coletiva. Reconhecer essa herança é passo indispensável para a construção de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

REFERÊNCIAS

FLORIANÓPOLIS celebra lagunense Oswaldo Cabral. **Portal Agora Laguna**, 20 out. 2023. Disponível em: <https://agoralaguna.com.br>. Acesso em: 15 out. 2025.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23, n. 36/37, p. 185–198, 2014.

Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/download/2540/1764/10850>.

Acesso em: 17 out. 2025. <https://doi.org/10.22295/grifos.v23i36/37.2540>

AMANTINO, Marcia. **A Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, século XVIII**. Jundiaí: Paco, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Vanessa Freitag de. **Educação e religião na obra de Alexandre de Gusmão (1629-1724)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 30 abr. 2010.

ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2001.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Os Jesuítas no Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo: Atual, 2003.

AZEVEDO, Fernando. **A Civilização Brasileira**: introdução ao estudo da cultura Brasileira. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARROS, Aparecida Maria Almeida. **No altar e na sala de aula**: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963). 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BARROSO, Bruna Lana Prado Velozo. **A educação do Brasil Colônia**: o desenvolvimento sociocultural da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir da atuação da Companhia de Jesus (1567-1759). 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BORGES, Dalete de Souza Sales; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento; A educação jesuítica e o método de ensino Ratio Studiorum. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO CPAN, 4.; SEMANA INTEGRADA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CPAN, 3., 2019. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2019. Disponível em: https://cecpan.ufms.br/files/2019/12/C_33_.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 282–299, maio/ago. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200006>

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL PARALELO. Jesuítas – história e missão de uma das maiores ordens religiosas. **História do Brasil**, 16 ago. 2022.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na província**. [Florianópolis]: Imprensa Oficial, 1940. 105 p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria José Olympio Editora, 1970.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CANTOS, Priscila Kelly. **A educação na Companhia de Jesus**: um estudo sobre os colégios jesuítas. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 31 mar. 2009.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **A formação social da primeira capital de Santa Catarina: Florianópolis (1751-1905)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil Colonial. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 30 abr. 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, Franca, v. 30, n. 1, p. 349-71, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100017>

CHAVES, Sandra Botelho. **A primeira educação no Brasil: gênese e fundamentos**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

CLEMENTE XIV, Papa. **Dominus ac Redemptor**. Roma: Typographia Reverendae Camerae Apostolicae, 21 jul. 1773.

COMENIUS, João Amós. **Didática magna** (1592-1671). Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Paideia).

COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 31 jan. 2004. <https://doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v26n65p51-64>

COSTA, Célio Juvenal. A Companhia de Jesus: racionalidade e civilização. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, 9., 2005, Ponta Grossa, 2005. **Anais** [...] Ponta Grossa: UEL, 2005. Disponível em: https://processocivilizador.ufes.br/sites/processocivilizador.ufes.br/files/field/anexo/anais_xvi_i_sipcs.pdf. Acesso em: 17 de out de 2025.

COSTA, Célio Juvenal; OLIVEIRA, Anderson dos Santos de. Educação, história e religião: a Companhia de Jesus dentro do contexto religioso reformista do século XVI. **Impulso**, Piracicaba, v. 26, n. 64, p. 51-64, jan./abr. 2016.

CRUZ, Edmilson Pereira. **A repercussão da questão social nos documentos magistrais da Igreja Católica ao longo do século XX e os Jesuítas**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio Sinos, Programa de Pós-graduação em História, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. <https://doi.org/10.7476/9788539303007>

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2007. <https://doi.org/10.7476/9788539304578>

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco. **As famílias com filhos deficientes e a escolha da escola: o caso do Colégio Coração de Jesus**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. “**Virtus et scientia**”: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites catarinenses na Primeira República. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Tradução espanhola. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Tradução portuguesa. São Paulo, Editora Pioneira, 1989.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 2004.

DE PAIVA, José Maria. A política em Santo Inácio (1491–1556). In: MAINKA, Peter J. (org.). **A caminho do mundo moderno: concepções clássicas da Filosofia Política no século XVI e seu contexto histórico**. Maringá: EDUEM, 2007.

DIAS, Thiago Cancelier. **Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução: Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FACHINI, Ivo. **Ecologia política e educação: a sensibilidade ecológica em adolescentes do Colégio Catarinense e proposta de educação ecológica para Santa Catarina**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014.

FEBRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil. In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (org.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: CEHR, 2014. p. 91-104.

FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. O Altar e a coroa Iluminada: Educação de colonos e colonizados. In: ALVES, Ana Maria Magali. GONDRA, José Gonçalves (org.). **Educação no Brasil: História, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSP, 2003. p. 379-389.

FRANCA, Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o *Ratio Studiorum***. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria AGIR, 1952.

FREITAS JUNIOR, Carlos Alberto de. **Indicadores para a gestão das escolas da Companhia de Jesus no Brasil: estudo de caso do Colégio Loyola de Belo Horizonte**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 mar. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Luiz. **História do Colégio Catarinense: dos Jesuítas à República (1751–1905)**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

GONDIM, Carla Augusta Sousa. **Fundamentos da educação no Brasil colonial: a escola jesuítica**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2022.

GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRAFTON, Anthony; MOST, Glenn W.; SETTIS, Salvatore. **The classical tradition**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

GROSSI, Vitorino; SESBOÜÉ, Bernard S.J. Graça e justificação: do concílio de Trento à época contemporânea. In: SESBOÜÉ, Bernard. S.J. (dir.). **História dos dogmas: o homem e sua salvação**. Tomo 2. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 81-120.

HANSEN, Eugenio. Ordem Franciscana Secular. **Colégio Catarinense**, Florianópolis, 19 abr. 2014. 1 fotografia. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Col%C3%A9gio_Catarinense,_Florian%C3%B3polis,_Brasil.JPG. Acesso em: 9 jul. 2025.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v.1

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DORES, Hugo Gonçalves. As missões do império: política e religião no império colonial português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). **O império colonial em questão (séculos XIX–XX)**. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 119–156.

JORGE, Thiago Perez. **Em busca do corpo civilizado: o futebol como arte de governar do Colégio Catarinense em Florianópolis (1906-1918)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

KNORST, Patricia Andréa Rauber. Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina. **Unesco & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 198-205, jul./dez. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)**. Braga/Portugal, Livraria A.J. (Apostolado da Imprensa), 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOCATELLI, Éderson Luiz. **A construção de redes sociais no processo de formação docente Metaverso, no contexto do Programa Loyola**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**: anotações da congregação geral XXXIV (1997). São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LOYOLA, Inácio de (1491-1556). **Exercícios espirituais**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LOYOLA, Inácio de. Autobiografia. In: IPARRAGUIRRE, Ignacio; DALMASES, Candido de (org.). **Obras Completas de San Ignacio de Loyola**. Madrid: Edicion Manual: La Editorial Catolica, 1952, p. 129-144.

MACHADO, Alice Mattos. **Formação contínua e reflexão crítica na educação jesuítica**. [S. l.: s. n.], 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo. Cortez, 1989.

MAINKA, P. J. (2012). O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549). In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKANLINSKI, Oriomar Junior. Maringá: EDUEM, 2012. v. 1, p. 17- 88.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução Antonio Roberto Bertelli. São Paulo: Global Editora, 1986.

MELO, Iaci Iara Cordovil de. **Imaginária em colégios, fazendas e missões jesuíticas no Nordeste paraense**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MELLO, Juliana Topanotti dos Santos de. **Herdeiros da escola: trajetórias sociais de egressos do Colégio Catarinense (1951-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. **O silêncio da ação: jesuítas no Brasil pós-Reforma Pombalina**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, Maria Cristina. **Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MONTEIRO, Jonh Manuel. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Ney Marino. A grandes navegações e o descobrimento do Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 188-209, 2001.

DOI: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v0i40.530>. Disponível em:

<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/530/479>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MONTEIRO, Miguel Maria dos Santos Corrêa. **Inácio Monteiro (1724-18112), um jesuíta na dispersão**. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 2004.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **Considerações sobre a atuação da Companhia de Jesus na formação dos grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**. História Unisinos, v. 15, n. 1, p. 100-111, jan./abr. 2011.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A romanização do catolicismo e os instrumentos de restauração católica dos jesuítas no Brasil. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27.; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, p. 1-29.

<https://doi.org/10.4013/htu.2011.151.11>

MULLETT, Michael. **A Contrarreforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna europeia**. Lisboa: Gradiva, 1985.

NEVES, L. F. B. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios – colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1978.

NOLASCO, Patrícia Carmello. **A educação jesuítica no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira e Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 4, p. 145-163, dez. 2010. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639811>

OLIVEIRA, Natalia Cristina de. **Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948)**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

OSWALD, Cristina. Jesuítas no Brasil – séc. XVI. In: DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 135-146.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. **Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba - MG (1940-1971)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 201-222, out./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-4698136933>

PAIVA, J. M. de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PAIVA, José Maria de. **Educação jesuítica no Brasil colonial**. 2008.

PAIVA, José Maria de. **Padre Vieira. Pensamento americano**. São Paulo: Ícone Editora 2002.

PEREIRA, Maria Aparecida. **Colégios jesuíticos no Brasil colonial na produção científica de teses e dissertações**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PIERONI, Geraldo; VIANNA, Márcia. **Os degredados na colonização do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1999.

PINTINHA, Marcos Eduardo. **Catequese e educação na obra do Padre José de Anchieta**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

POMPA, Maria Cristina. O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, ed. 64, v. 3, p. 83-95, nov. 2002.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANDALL, Catharine (ed.). **Black Robes and Buckskin: a selection from the jesuit relations**. New York: Fordham University Press, 2011.
<https://doi.org/10.5422/fso/9780823232628.001.0001>

RHEINHEIMER, Juliana Mercedes. **O ensino da Matemática nas instituições educacionais da Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus: um olhar a partir de intelectuais mediadores jesuítas, suas obras e práticas educativas (1845-1939)**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

RIGHI, Augusto de Carvalho. **Padre José de Anchieta: formação intelectual e prática no Brasil colonial**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A educação pública antes da independência. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 32-47.

RODRIGUES, Francisco S. J. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1938. v. 1, t. 2.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Presença jesuítica na vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do colégio jesuítico (1708-1759)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

RUIZ, Tânia Maria Barroso. **A posição axiológica do jornal escolar O Colegial (1945-50) acerca das práticas de leitura**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SABEH, Luiz Antonio. **Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)**. Curitiba, 2009.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde; MAINKA, Peter Joseph. Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da História e da História da Educação na época colonial – um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e061, 2019.
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v19i0.46967>

SANTOS, Breno Machado dos. **Os jesuítas no Brasil dos Filipes: encontros e desencontros de uma ordem plural**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SANTOS DE MELLO, Juliana Topanotti dos. **Herdeiros da escola: trajetórias sociais de egressos do Colégio Catarinense (1951-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS SOBRINHO, Djanni Martinho dos. **História do ensino de Geografia em grupos escolares do Rio Grande do Norte (1908-1931)**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, set. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006>

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 121-129.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Salta, 2015.

SILVA, Daniele Hungaro da. **Circulação da Pedagogia Personalizada e Comunitária no Brasil e no México (1954-1983)**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA, Márcia Regina da. **Configuração do campo da Educação no Brasil: estudo bibliométrico da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. **A Inquisição**. São Paulo: FTD, 1998.

SOARES, Tarissa Correa Stern. **O ensino e aprendizagem de língua portuguesa no Colégio Catarinense a partir da LDB 5.692/71: o embate entre o discurso da mudança e o discurso da tradição**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOL, Geraldina Vicente. **A educação escolar jesuítica nas primeiras décadas do século XX no Nordeste do Brasil: uma análise das conferências pedagógicas da Companhia de Jesus**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada No Brasil I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 331-445.

VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso; MARTINS, João Paulo. As Reformas Pombalinas e a Instrução (1759-1777). In. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 137-168.

WRIGHT, Jonathan. **Os jesuítas: missões, mitos e história**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ANEXO A – IMAGENS ADICIONAIS

Fotografia 1 - Imagem do antigo dormitório do Colégio Catarinense



Fonte: acervo do colégio Catarinense.

Fotografia 2 - Imagem da antiga biblioteca do Colégio Catarinense



Fonte: acervo do colégio Catarinense.

Fotografia 3: Vestimentas usadas pelos alunos



Fonte: acervo do colégio Catarinense

Fotografia 4: Fachada atual do Colégio Catarinense



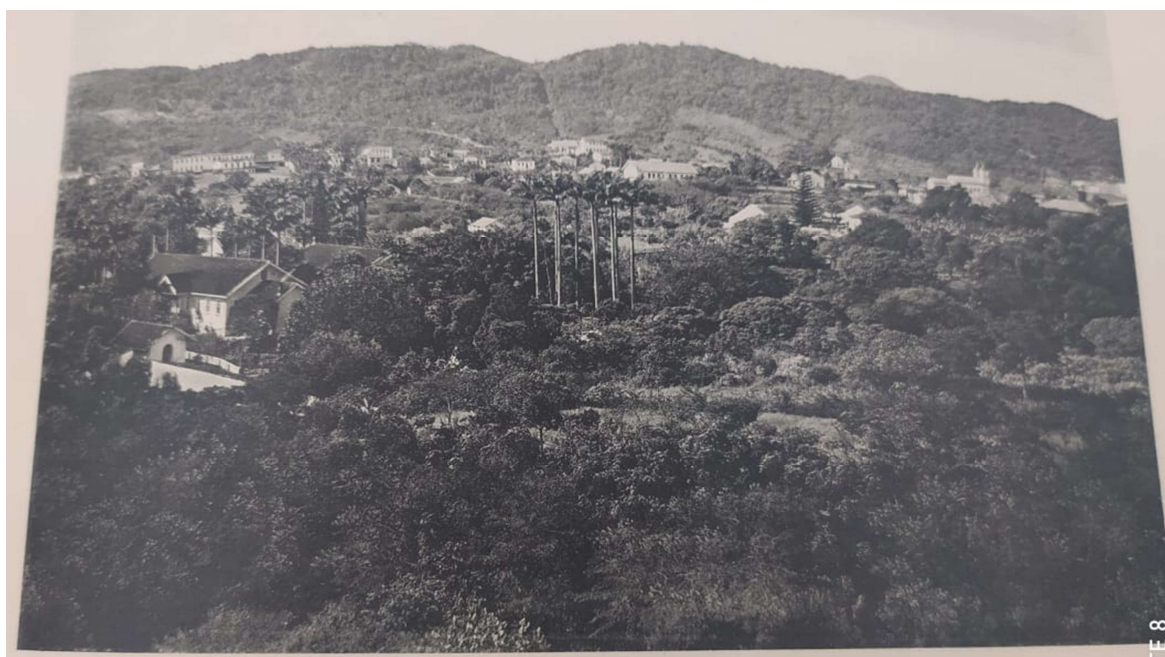
Fonte: a autora

Fotografia 5: Acesso aos jornais antigos na Biblioteca Estadual de Santa Catarina



Fonte: a autora

Fotografia 6: A cidade vista da torre do Observatório da cidade de Florianópolis



Fonte: acervo do Colégio Catarinense

Fotografia 7: Museu do Homem do Sambaqui- Colégio Catarinense

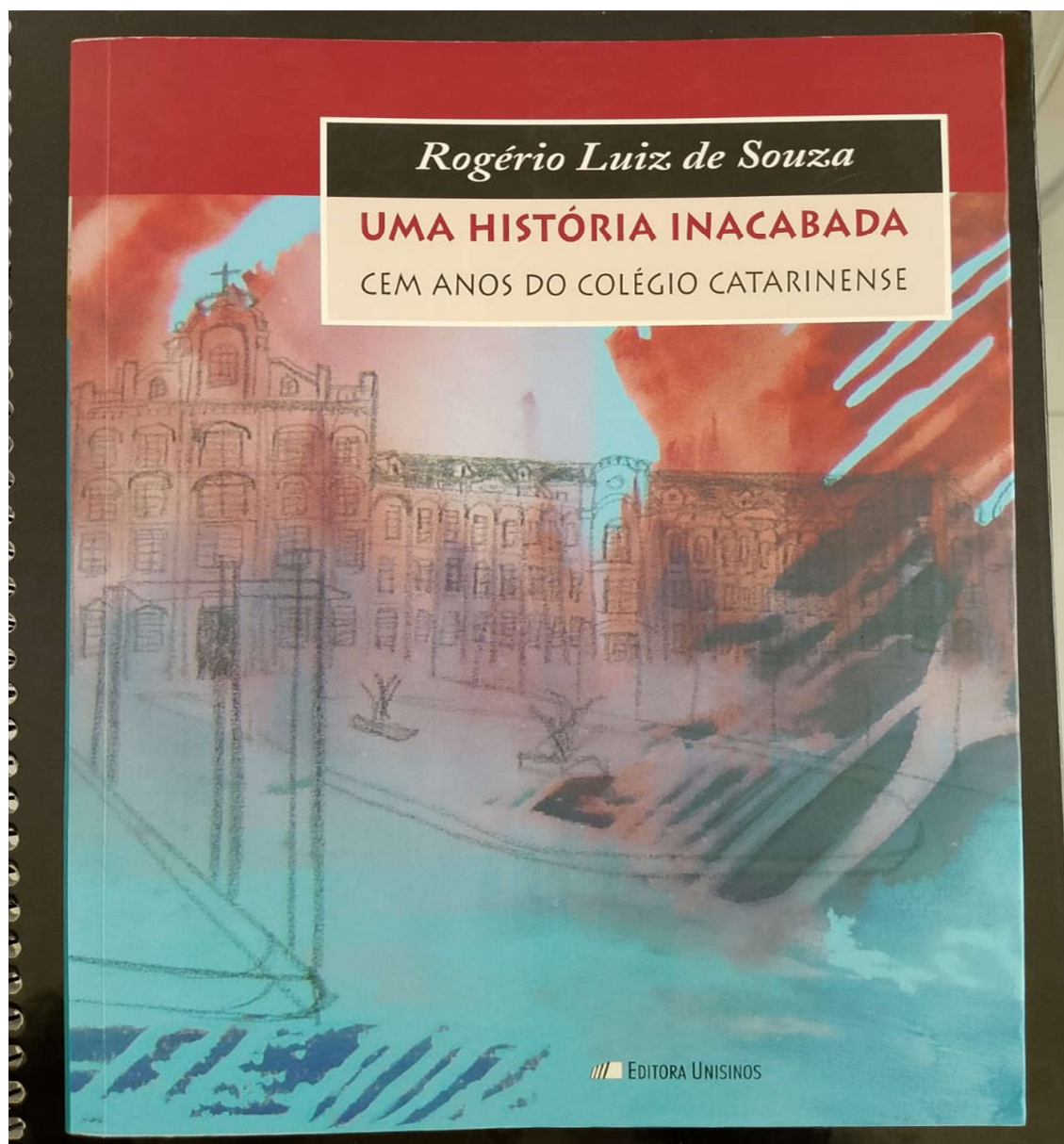


Fonte: a autora

Nota: o museu fica no piso superior do prédio histórico do colégio. É um espaço aberto para visitação, necessita de agendamento com antecedência. A foto é panorâmica devido o impedimento de divulgação das imagens.

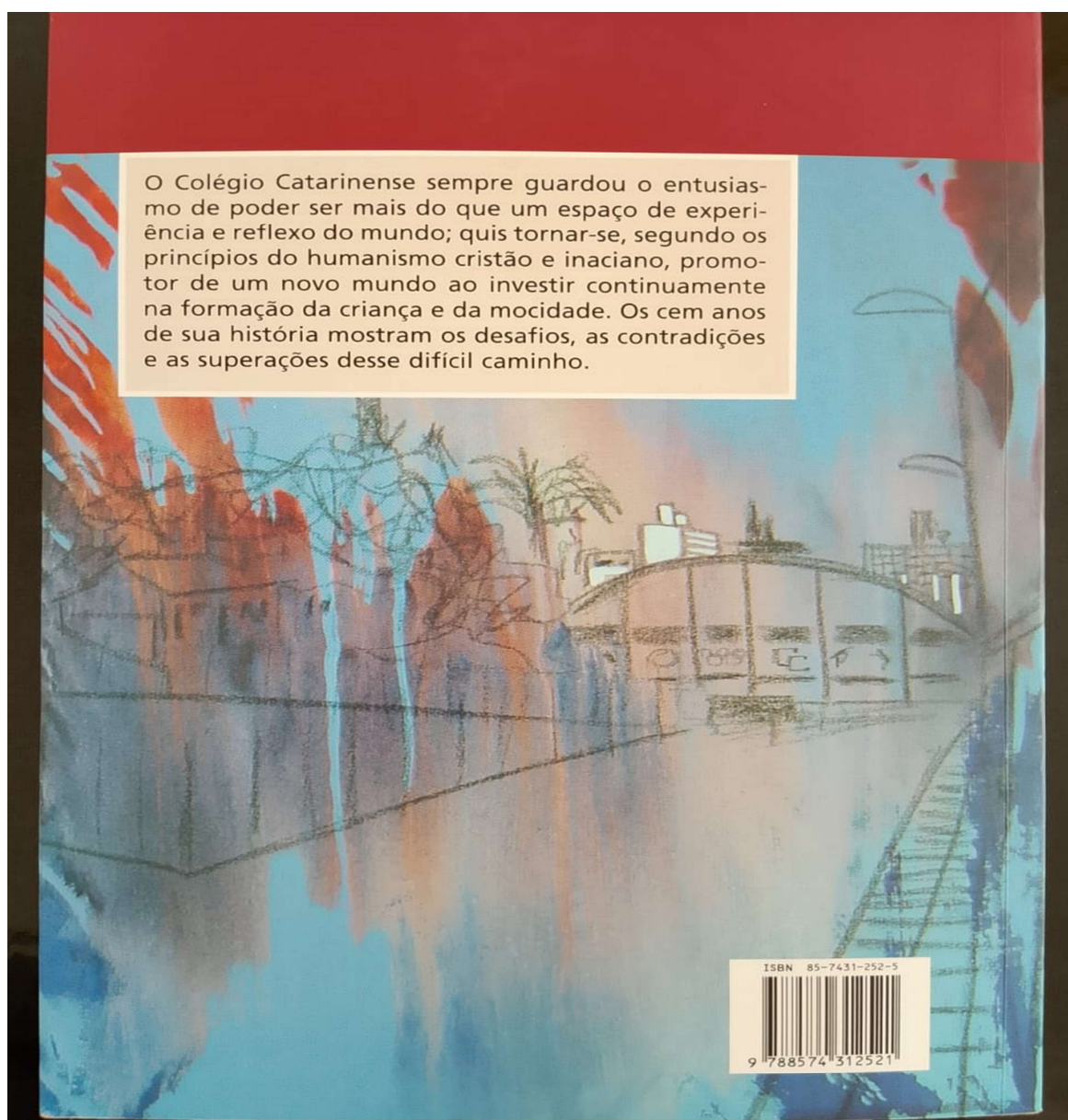
Registros das principais obras históricas utilizadas para direcionar a pesquisa

Figura 1: Obra histórica utilizado na pesquisa (capa)



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 2: Obra histórica utilizado na pesquisa (contracapa)



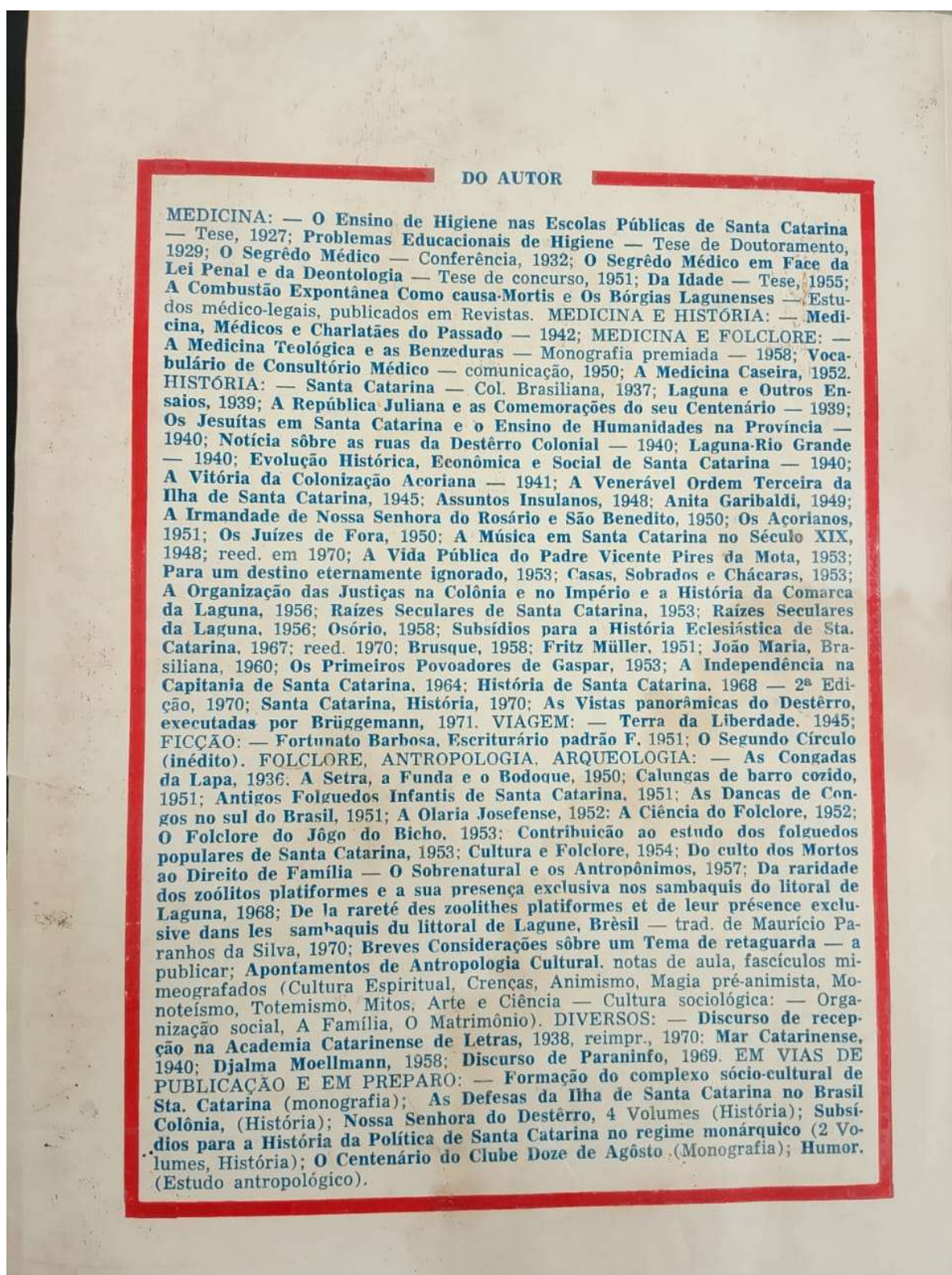
Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 3: Obra histórica utilizado na pesquisa (capa)



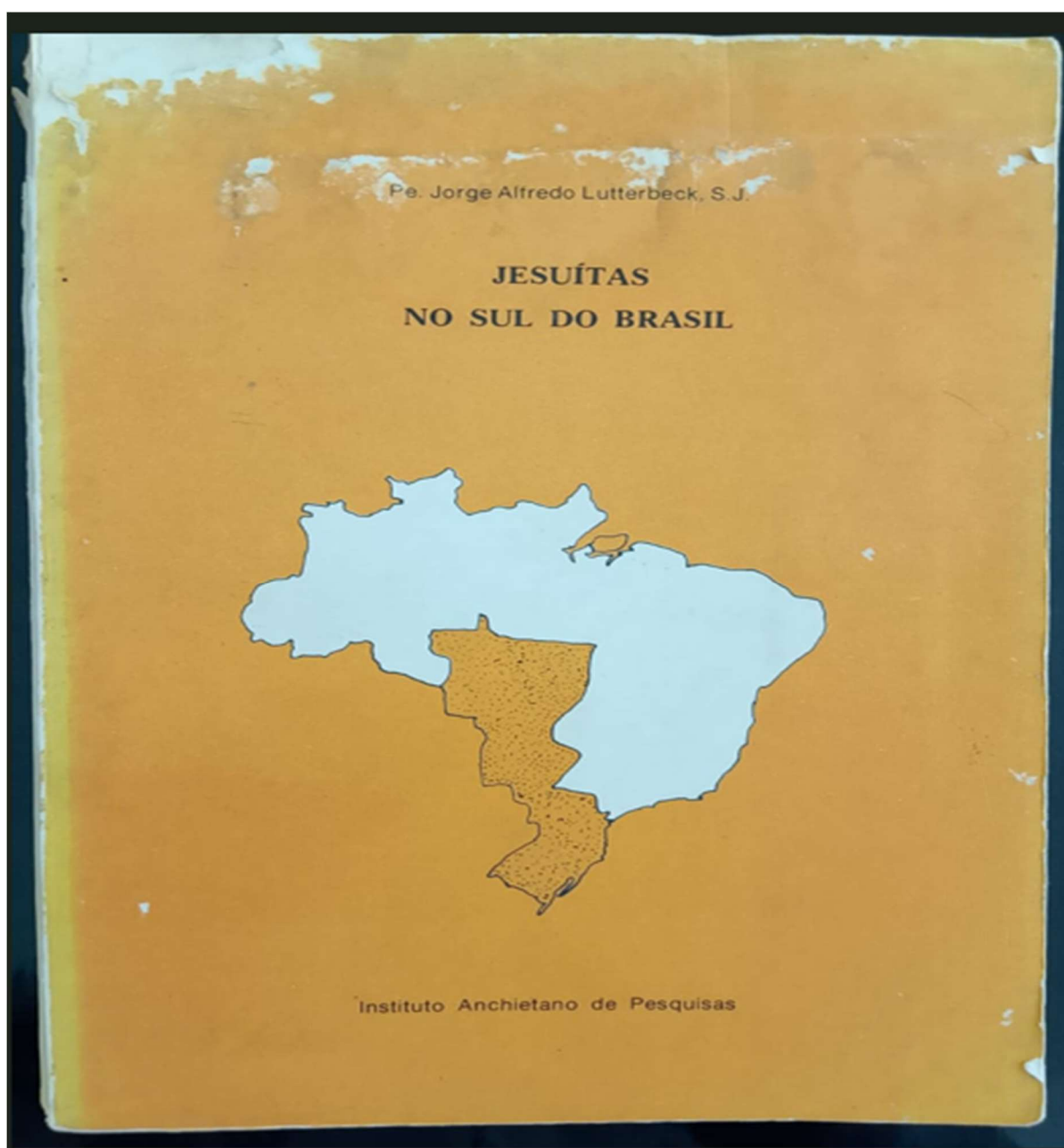
Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 4: Obra histórica utilizado na pesquisa (contracapa)



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 5: Obra histórica utilizado na pesquisa (capa)



Fonte: acervo pessoal da autora